



PPGEDAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM**



Almira Alice Fonseca Araújo Martins

CAMINHO DAS ÁGUAS:

Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil.

**Belém
2010**

ALMIRA ALICE FONSECA ARAUJO MARTINS

CAMINHO DAS ÁGUAS:

Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil.

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará

Área de concentração: Uso e Aproveitamento dos Recursos Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Mitschein.

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Magalhães.

**Belém
2010**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Central/ UFPA, Belém-PA**

Martins, Almira Alice Fonseca Araújo.

Caminho das águas: proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil / Almira Alice Fonseca Araújo Martins; orientador, Prof. Dr. Thomas Mitschein e Co-Orientadora Prof. Sônia Magalhães _ 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local. Área de concentração: Uso e Aproveitamento dos Recursos Naturais. Belém, 2010.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Recursos Naturais. 3. Moda. I. Mitschein, Thomas, orient. II. Magalhães, Sônia, co-orient. III. Título.

CDD: 21. ed. 338.17492098115

ALMIRA ALICE FONSECA ARAUJO MARTINS

CAMINHO DAS ÁGUAS: PROPOSTA PARA O APROVEITAMENTO DE UM SUBPRODUTO ICTIOLÓGICO NA RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ, PARÁ, BRASIL.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de Concentração: Uso e Aproveitamento dos Recursos Naturais

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thomas Mitschein – Orientador
Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local.

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local

Prof. Dr. Orlando Franco Maneschy. Universidade Federal do Pará.
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Ao Dr. Eivaldo de Jesus Araujo, meu pai (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

A fé, único sentimento capaz de fazer superar obstáculos.

Ao meu marido Remilson Afonso Martins e filhos Heitor e Murillo, fontes de estímulo.

Ao Prof. Dr. Thomas Mitschein, por me mostrar uma Amazônia possível, centrada no homem local e em seus valores.

À Profa. Dra. Sonia Magalhães, por sua generosidade em compartilhar conhecimentos fundamentais para este estudo.

Aos pescadores e seus saberes, a Colônia Z5, a AUREMAG, ao ICMBIO/ seção Pará a Prefeitura e Vice-prefeitura de Curuçá, ao Projeto RENAS, na pessoa da Profa. Dra. Lourdes Furtado e equipe, ao SEBRAE na pessoa do consultor Delzimar Braga, ao Dr. Peter Mann Toledo, a Dra. Noemi Vianna, ao Sr. Jadson Chaves, aos empresários do setor de couro e moda, por todas as fontes disponibilizadas.

Aos professores Dr. Sérgio Cardoso de Moraes e Dr. Orlando Franco Maneschy por aceitarem participar da Banca Examinadora contribuindo, assim, para a importância deste trabalho.

Aos meus familiares e amigos, presentes em todas as horas.

E a todos que, de alguma forma, colaboraram para a conclusão desta pesquisa.

*A vida é combate que aos fracos abate
Aos bravos e fortes só pode exaltar.*

(Gonçalves Dias)

RESUMO

Este estudo visa investigar a possibilidade da ampliação da cadeia produtiva dos recursos pesqueiros em uma Reserva Extrativista, na Amazônia, com foco em melhores perspectivas econômicas à população haliêutica. O eixo central da pesquisa é: até que ponto o extrativismo pode contribuir para o desenvolvimento local da Amazônia, impactando no modo de vida de populações tradicionais, associando inovação tecnológica a um instrumento político, calcado nos preceitos da sustentabilidade. Nesse sentido, o estudo se fundamentou no neoextrativismo como estratégia para a manutenção dos recursos naturais no universo da RESEX e sua relação com a justiça social, segurança ambiental e viabilidade econômica. O objeto da pesquisa é o aproveitamento de um subproduto ictiológico, hoje tratado como descarte na RESEX MGC, PA. A escolha do objeto de estudo recai sobre a necessidade de maior inserção de populações tradicionais em um contexto econômico pela ótica da sustentabilidade, além da relevância sóciopolítica da reserva extrativista: um instrumento de gestão ainda recente, criado no sentido da proteção das bases culturais e naturais de tais populações. Ainda que o Comércio Justo venha apontando sinais de fortalecimento, não se percebeu ações nessa direção. Deste modo, buscou-se caracterizar a cadeia produtiva a partir da pesca artesanal, investigando a viabilidade social, ambiental e econômica da expansão dessa cadeia e oportunidades para a inserção do *ictiocouro*. Pretende-se contribuir com a reflexão quanto ao neoextrativismo enquanto estratégia para o desenvolvimento local e consolidação das RESEX.

Palavras-chave: Neoextrativismo. Desenvolvimento local sustentável. Comércio justo. Couro de peixe.

RESUMÉ

Cette étude a pour but d'enquêter sur les possibilités d'expansion de la chaîne d'exploitation des produits de la pêche dans une Réserve Extractiviste (RESEX) d'Amazonie, en vue de l'amélioration des perspectives économiques pour la population locale. On se demandera dans quelle mesure l'extractivisme peut contribuer au développement local en Amazonie, compte tenu des répercussions sur le mode de vie des populations traditionnelles lorsque l'on associe l'innovation technologique à un instrument politique fondé sur le principe de la durabilité. L'étude, pour ce faire, s'appuiera sur la stratégie du néo-extractivisme, qui combine la préservation des ressources naturelles (au sein d'une RESEX, en l'occurrence), la justice sociale, la sécurité environnementale et la viabilité économique. La recherche porte sur les possibilités d'exploitation d'un sous-produit de la pêche aujourd'hui rejeté par les habitants de la RESEX MGC, dans l'Etat du Pará. Le choix de tel objet est dû à la nécessité d'insertion de certaines populations traditionnelles dans un contexte économique donné et dans une perspective de durabilité, ainsi qu'à l'importance sociale et politique de la Réserve Extractiviste en tant qu'instrument de gestion récemment créé en vue de la protection des bases culturelles et naturelles de ces populations. Malgré certains signes de croissance du commerce équitable, on ne note aucune initiative dans ce sens-là. Nous cherchons à caractériser la chaîne d'exploitation des produits de la pêche artisanale et à vérifier la viabilité sociale, environnementale et économique de l'expansion de cette chaîne, en considérant les possibilités d'incorporation de l'*ichthyocuir*. Nous souhaitons ainsi contribuer à une réflexion sur le néo-extractivisme en tant que stratégie visant le développement local et la consolidation des RESEX.

Mots-clé: Néo-extractivisme. Développement local durable. Commerce équitable. Cuir de poisson.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Pesca, Resex Tapajós-Arapiuns, Pará	17
Foto 2	Ignacy Sachs à esquerda	35
Foto 3	Cosméticos ecosustentáveis desenvolvidos pela Empresa Natura	58
Foto 4:	Produtos ecossustentáveis	59
Foto 5:	Campasa: Vista externa	68
Foto 6:	Campasa: Vista interna 2	69
Foto 7:	Vista interna da Campasa: chegada de remessa de pescado em dos portos da empresa (1)	69
Foto 8:	Vista interna da Campasa: chegada de remessa de pescado em dos portos da empresa (2)	70
Foto 9:	Vista interna da Campasa: pescado para filetagem	70
Foto 10:	Pescadores artesanais revisando petrechos de pesca, Porto do Abade, Curuçá/PA	72
Foto 11:	Porto do Iupura, em Curuçá/ PA	73
Foto 12:	Pescadores artesanais saindo para o esforço de pesca, Porto do Iupura, Curuçá/PA	74
Foto 13:	Atravessadores e/ ou balanceiros no aguardo do pescado, Porto do Iupura, Curuçá/PA	75
Foto 14:	Pesca artesanal no Pará	76
Foto 15:	Cena de pesca amazônica	78
Figura 1:	O esquema da cadeia de pesca artesanal no Pará	79
Mapa 1:	RESEX's no território nacional	82
Foto 16:	Vista da RESEX MGC, PA	85
Foto 17:	Área das instalações da Casa do Pescador, sede da AUREMAG, RESEX MGC, PA	86
Foto 18:	Floresta de Mangue área da RESEX MGC, PA	87
Mapa 2:	Localização espacial da RESEX MGC, PA	88
Mapa 3:	Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, PA	89
Foto 19:	Entorno da RESEX MGC, PA	91
Foto 20:	Recepção e embarque do pescado	92
Foto 21:	Grupo Focal, Curuçá/PA (1)	98
Foto 22:	Grupo Focal, Curuçá/PA (2)	99
Foto 23:	Embarcações para pesca artesanal ancoradas no Abade, Curuçá/PA	118
Foto 24:	Área da RESEX MGC, PA em frente ao Porto no Abade, Curuçá/PA	124

Foto 25:	Cupom fiscal: demonstração do valor do quilo do filé de pescada amarela Belém/PA	126
Foto 26:	Selovac	127
Foto 27:	Modelo Robotic 900 TecMac	127
Foto 28:	Pescado salgado: segmento <i>gourmet</i> : Madrid: Espanha jul/ 2009	128
Foto 29:	Salmão defumado: segmento <i>gourmet</i> : Alicante - Espanha jul/ 2009	128
Foto 30:	Couro de pescada amarela, curtido e tingido na empresa Fora D'Água, Belém/ PA	129
Foto 31:	Fulão	130
Foto 32:	Sandália de couro de pescada amarela, curtido e tingido e couro bovino fabricado na empresa Eri JR, Belém/ PA.....	130
Foto 33:	Sacola em couro de tilápia do Nilo curtido e tingido e lona distribuída em caráter de brinde aos participantes da “3ª.	130
Foto 34:	Carteira em couro de pescada amarela, curtido e tingido e pelica dourada fabricada na empresa Fora D'Água, Belém/ PA	131
Diagrama 1:	Valor agregado	133
Diagrama 2:	Diagrama de relações	137
Fluxograma 1:	Etapas do curtimento do couro de peixe	142
Quadro 1:	Relação de equipamentos para a operacionalização de um curtume de pequeno porte (800kg)	145
Quadro 2:	Relação dos equipamentos para a operacionalização de um curtume de pequeno porte (800kg)	145
Quadro 3:	Relação de equipamentos para a operacionalização de um curtume de pequeno porte (100kg)	150
Quadro 4:	Relação dos equipamentos para a operacionalização de um curtume de pequeno porte (100kg)	151
Figura 2:	Galpão para instalação do curtume de ictiocouro: Vista externa	143
Figura 3:	Galpão para instalação do curtume de ictiocouro: Vista externa	143
Figura 4:	Galpão para instalação do curtume de ictiocouro: Vista interna	144
Figura 5:	Galpão para instalação do curtume de ictiocouro: vista interna com pórtico	144
Figura 6:	Galpão para instalação do curtume de ictiocouro: planta baixa	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Tipo de Habitação dos moradores do entorno da RESEX MGC, Pa	119
Tabela 2:	Nível de escolaridade dos moradores do entorno da RESEX MGC, Pa	119
Tabela 3:	Renda Mensal dos moradores do entorno da RESEX MGC, Pa.....	119
Tabela 4:	Infraestrutura social do entorno da RESEX MGC, Pa.....	119
Tabela 5:	Estado civil dos moradores do entorno da RESEX MGC, Pa.....	120
Tabela 6:	Opinião dos moradores do entorno da RESEX MGC, Pa sobre a implantação da RESEX MGC	120
Tabela 7:	Quantitativo dos moradores do entorno da RESEX MGC, Pa que pertencem a associações ou cooperativas	121
Tabela 8:	Associações ou cooperativas a que pertencem alguns moradores do entorno da RESEX MGC, Pa.....	121
Tabela 9:	Opinião sobre o trabalho da pesca dos pescadores que residem entorno da RESEX MGC, Pa.....	121
Tabela 10:	Opinião sobre a expectativa de futuro dos filhos dos pescadores que residem entorno da RESEX MGC, Pa.....	122
Tabela 11:	Percentual de proprietários que residem entorno da RESEX MGC, Pa que já foram pescadores	122
Tabela 12:	Tempo em que os pescadores que residem entorno da RESEX MGC, Pa estão praticando a atividade pesqueira	123
Tabela 13:	Tempo em que os pescadores que residem entorno da RESEX MGC, Pa estão praticando a atividade pesqueira	123
Tabela 14:	Safra e entressafra dos pescados mais rentáveis ao curtimento da pele	123
Tabela 15:	Cálculo de faturamento de um curtume de pequeno porte 100kg/ictiocouro/mes	145
Tabela 16:	Cálculo de faturamento de um curtume de pequeno porte 100kg/ictiocouro/ano	146
Tabela 17:	Cálculo de faturamento da comercialização do ictiocouro semimanufaturado/mês	151
Tabela 18:	Cálculo de faturamento da comercialização do ictiocouro em artesanato/ mês – detalhado por produto	153
Tabela 19:	Cálculo mensal de produção/ comercialização do ictiocouro em artesanato/mes	153
Tabela 20:	Cálculo mensal de faturamento comercialização de ictiocouro semimanufaturado e em artesanato	153

LISTA DE SIGLAS

APAS	Áreas de Proteção Ambiental
AUREMAG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CAETA	Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
CAMPASA	Camarões do Pará S/A
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CJ	Comércio Justo
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Economia Solidária
EU	<i>European Union</i> (= União Européia)
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FLO	<i>Fairtrade Labelling Organizations International</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
MPF	Ministério Público Federal
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

ONG's	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente
PPGEDAM	Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RENAS	Projeto Populações Tradicionais Haliêuticas-Impactos Antrópicos, Uso e Gestão da Biodiversidade em Comunidades Ribeirinhas e Costeiras da Amazônia Brasileira
RESEX	Reserva Extrativista
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SEBRAE/PA	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará
SEMTA	Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPAQ	Secretaria de Pesca e Aqüicultura do Governo do Estado do Pará
SINPESCA	Sindicato das Indústrias de Pesca e das Empresas Armadoras e Produtos, Proprietárias de Embarcações de Pesca Industrial do Estado do Pará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPP	Sistemas de Produção Pesqueiro
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia –
UC	Unidade de Conservação
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
WFT	<i>World Fisheries Trust</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO	22
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS	22
2.1.1	O extrativismo e a colonização lusitana	22
2.1.2	O extrativismo no espaço amazônico	23
2.1.3	O extrativismo e as políticas desenvolvimentistas	25
2.2	NEOEXTRATIVISMO: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	26
2.2.1	Princípios do Neoextrativismo	26
2.2.2	Desafios e críticas ao Neoextrativismo	27
2.2.3	Perspectivas para o Neoextrativismo	30
3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	33
3.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITUAÇÃO E REFLEXÕES	33
3.1.1	Desenvolvimento Sustentável nas bases da Teoria dos Sistemas Complexos	33
3.1.2	Desenvolvimento Sustentável: Discussões Globais	34
3.1.3	Desenvolvimento Local Sustentável	36
4	ASPECTOS CONCEITUAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	40
4.1	ECONOMIA E SOLIDARIEDADE	40
4.1.1	Economia Solidária no Mundo e no Brasil	42
4.1.2	Princípios da Economia Solidária e Comércio Justo	44
4.1.3	Críticas, desafios e perspectiva a Economia Solidária	46
4.1.4	Práticas da Economia Solidária: Cooperativismo	49
5	MODA E ECONOMIA SOLIDÁRIA	52
5.1	O SISTEMA MODA: REFLEXÕES TEÓRICAS	52
5.1.1	O que é Moda?	52
5.1.2	Como surgiu a Moda?	53
5.1.3	Moda e novas formas de consumo sustentável	55
5.1.4	Uso e aproveitamento dos recursos naturais no mercado de Moda: diálogos possíveis?	60
5.1.5	Moda e Comércio Justo: possibilidades e desafios	62
6	O MUNICÍPIO DE CURUÇÁ	65
6.1	ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS	65
6.1.1	História e Cultura	65
6.1.2	Localização e importância estratégica	66

6.1.3	Manejo dos recursos naturais: aspectos ambientais, sociais e econômicos	67
7	ASPECTOS DA PESCA ARTESANAL EM CURUÇÁ	72
7.1	A PESCA EM CURUÇÁ: ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RESEX MGC/PA	72
7.2	AS RESEX: ESPAÇOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?	79
7.2.1	Marcos históricos	79
7.2.2	Política de implantação	81
7.2.3	A Reserva Extrativista Mãe Grande de Cucuçá, Pa	83
7.2.3.1	Processo de implantação e gestão	83
7.2.3.2	A RESEX MGC a luz da TSC	89
8	METODOLOGIA	95
8.1	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	96
8.2	ANÁLISE COM GRUPO FOCAL.....	97
8.3	QUESTIONÁRIOS	100
8.4	ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	101
9	A CADEIA PRODUTIVA ICTIOLÓGICA EM CURUÇÁ, AMBITO DA RESEX MGC, PA – DISCURSO DOS PRINCIPAIS ATORES	103
9.1	O PODER MUNICIPAL	103
9.1.1	Prefeito	103
9.1.2	Vice-prefeito	106
9.2	A COLÔNIA Z5	109
9.3	A GESTÃO DA RESEX MGC/PA E AUREMAG	111
9.3.1	ICMBIO	111
9.3.2	AUREMAG	114
9.3.3	Os pescadores artesanais	116
10	ARCABOUÇO TEÓRICO DA PROPOSTA PARA A VERTICALIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA ICTIOLÓGICA NO ÂMBITO DA RESEX MGC/PA	124
10.1	INSUMOS BÁSICOS PARA A AGREGAÇÃO DE VALOR A CADEIA PRODUTIVA ICTIOLÓGICA POR MEIO DA AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA	124
10.1.1	Processamento e beneficiamento	125
10.1.1.1	Tratos Iniciais	125
10.1.1.2	Filetagem	126
10.2	O COURO DE PEIXE	129
10.2.1	O couro de peixe na cena global e local	131
10.2.2	O Ictiocouro	133
10.2.2.1	O Negócio <i>Ictiocouro</i>	135

10.2.2.2	Caracterização do produto	136
10.2.2.1.3	Utilização do produto	136
10.2.2.1.4	Substitutivos	137
10.2.2.1.5	Vida útil do produto	138
10.2.2.2	Matéria prima e mercadoria.....	138
10.2.2.2.1	Organização do processo produtivo	139
10.2.2.2.2	Fisco e tributos	140
10.2.2.2.3	Exigências legais Específicas	141
10.2.2.3	O curtume para o processamento do <i>ictiocouro</i>	142
10.2.2.4	Principais produtos	142
10.3	CENÁRIO 1: MERCADO NACIONAL	143
10.3.1.1	Investimento em equipamentos e custos	144
10.3.1.2	Estrutura humana	147
10.3.2.1	Automação	148
10.3.2.2	Capital de giro	148
10.3.1.3	Fatores locacionais	148
10.3.1.4	Setor Produtivo	149
10.4	CENÁRIO 2: MERCADO LOCAL	149
10.4.1	Estrutura Física	150
10.4.1.1	Investimento em equipamentos e custos	150
10.4.1.2	Estrutura Humana	152
10.4.1.3	Setor Produtivo	152
10.2.1.4	Fatores locacionais	154
10.4.1.5	Canais de distribuição	154
10.4.1.6	Principais fornecedores e principais clientes	155
10.4.1.7	Principais concorrentes	156
10.4.1.8	Novos entrantes	156
10.4.1.9	Diversificação/ agregação de valor	156
10.4.1.6	Divulgação	156
10.4.2	Autogestão comunitária	157
10.4.2.1	Geração de Renda	157
10.4.2.2	Gerencia e organização	158
10.4.2.3	Nós críticos	158
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	REFERÊNCIAS	169
	ANEXOS	181

1 INTRODUÇÃO

A reserva extrativista é um instrumento de gestão ambiental considerado ainda muito recente e passível de análises abissais, uma vez que trata de questões delicadas fundadas na relação homem-natureza-economia (FURTADO, 2009). A complexidade se aprofunda na medida da inserção em um contexto contemporâneo capitalista.



Foto 1: Pesca, Resex Tapajós-Arapiuns, Pará
Fonte: Vivianne Fonseca em abril de 2009.

A União contabiliza 56 reservas extrativistas, no entanto, existe em tramitação na esfera federal requisição para criação de mais 150 (ICMBIO, 2010). Das institucionalizadas, 17 estão no Pará (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2009), nenhuma conta com Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais, concluído. Segundo o PNUD, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO estima investir R\$ 6 milhões até fevereiro de 2010 na elaboração dos planos, visando dotar 49 Unidades de Conservação (UC's) desse instrumental legal imprescindível à consolidação das áreas.

O Plano de Manejo pretende materializar *in situ* o determinado em lei. No caso das RESEX: caracterizar o bioma, a relação deste com a população local focado na conservação do meio ambiente e geração de renda. Entabular também qual estratégia de fiscalização,

estrutura física e contingente humano será necessária a implantação, execução e monitoramento do plano.

A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá - RESEX MGC, PA, igualmente a 86% do conjunto das UC's com este perfil, não possui Plano de Manejo. Ela, e mais 5 reservas paraenses, seria contemplada com recursos doados pelo governo da Noruega, por meio do PNUD. Este instrumento é basilar para a MGC, PA, na medida em que norteia seus gestores no esforço coletivo em administrar a pesca local, definir e implementar, de forma acordada, medidas de controle e restrição de entrada da pesca industrial, visando à extração e o uso adequado da biodiversidade (MCGRATH et al., 1993) nortear projetos voltados à geração de renda da população haliêutica, categoria na qual se inclui a presente pesquisa.

É pertinente ainda afirmar que apesar das especificidades do *locus* amazônico, do ponto de vista da inserção econômica de sua população tradicional haliêutica, a sustentabilidade de produtos calcados no neoextrativismo, passa, não somente pela viabilidade social e ambiental, mas pelo posicionamento mercadológico de formas advindas da biodiversidade (FLORES, 2007). É imperativo, portanto, associar tais produtos a um canal que comungue com esses preceitos, como o *fair trade*, ou comércio justo.

Segundo o IBGE (censo concluído em 01 de abril de 2007), a população brasileira é de 183,9 milhões de habitantes maciçamente concentrada nos centros urbanos. Na Panamazônia vivem mais de 33 milhões de pessoas, 23,61 milhões habitam a Amazônia Brasileira. Com relação a Região Norte, ainda que expressiva parcela da população integre os centros urbanos de capitais como Manaus e Belém - 1,6 e 1,4 milhões respectivamente - este estudo volta-se para o contingente humano que ainda subsiste sob copas de castanheiras milenares e “estradas de água”. Nesse sentido contextualiza-se historicamente o extrativismo: por um lado o alçó da floresta, por outro, meio de vida de populações tradicionais, focando o neoextrativismo enquanto estratégia para a sedimentação das RESEX, na condição de instrumentos voltados à gestão ambiental, segurança sócio-cultural e geração de renda aos que dela fazem jus (IBGE, 2007).

O estudo se concentra no aproveitamento de um subproduto ictiológico, a pele do peixe. Hoje descartada no meio ambiente, ela tem se mostrado importante item no nicho que abriga as peles exóticas, onde figuram, há alguns séculos, as de répteis. A transformação da pele em couro gera possibilidade de agregação de valor à cadeia produtiva ictiológica. O que atualmente é lixo na RESEX, causa danos ambientais e à saúde da população, pode vir a se metamorfosear em um produto, que mesmo semimanufaturado, possa oferecer retorno

pecuniário importante.

É imperativo investigar possibilidade de ampliação da cadeia produtiva da pesca, na RESEX MGC, visando melhores perspectivas econômicas à população haliêutica a partir da agregação de valor a um subproduto da pesca. Mais especificamente a reflexão passa do extrativismo quinhentista lusitano à visão militar setentista de “Integrar para não entregar”, apregoadada como estratégia ao crescimento nacional, até chegar ao sujeito dependente da exploração dos recursos naturais para situar-se economicamente, tomando para isto, a célula mais próxima de si: o território municipal, cenário primo para o desenvolvimento local sustentável.

Buscou-se ainda descrever um panorama da pesca artesanal da Amazônia, no Pará e em Curuçá, contextualizar historicamente a RESEX MGC, PA tendo em vista sua missão em contribuir à manutenção da população tradicional residente em seu entorno, além de verificar a existência de propostas da RESEX MGC, da Colônia Z5 e da gestão municipal, no que diz respeito a verticalização da cadeia produtiva do pescado no tocante ao beneficiamento da pele em couro, para em seguida se entabular uma proposta de ampliação da cadeia produtiva ictiológica tendo em vista a agregação de valor a partir do ictiocouro, baseado em um cenário favorável para o comércio do produto.

O problema central é entender se há por parte da gestão da RESEX MGC, PA, em parceria com o poder municipal e Colônia Z5 preocupações e/ ou ações voltadas para a verticalização da cadeia produtiva do pescado focando o beneficiamento da pele do peixe para o mercado de moda, conformando um cenário positivo ao ictiocouro. Em caso assertivo, quais são essas ações e de que forma são apresentadas?

Atualmente não existem ações concretas voltadas à verticalização da cadeia produtiva do pescado do ponto de vista da pesca artesanal visando agregação de valor, uma vez que no âmbito da RESEX MGC, Pa a comercialização do pescado é realizada maciçamente *in natura*.

No capítulo inicial, se reflete sobre as discussões relativas ao extrativismo sob o ângulo histórico, sua estreita ligação com a Amazônia seja pela lupa política, social ou/e ambiental, resultando em outras formas de olhar tal prática milenar ao associá-lo a novas tecnologias, o neoextrativismo, em uma relação dialógica com o desenvolvimento sustentável no âmbito global e suas conseqüências nos espaços nacional e localregional.

Acredita-se ser contraproducente pensar a gestão de recursos naturais com foco no desenvolvimento local da Amazônia, sem empunhar a bandeira da sustentabilidade. Portanto,

capítulo seguinte, reflete sobre o tema, do ponto de vista de sua importância social, na medida em que o mote impacta a vida no planeta, utilizando como aporte teórico a Teoria dos Sistemas Complexos em um contexto mais amplo onde urge novas atitudes humanas centradas na ciranda extrair-produzir-consumir-descartar.

Na seqüência o capítulo 4º trata de um alternativa à novas relações comerciais calcadas na Economia Solidária. Traz-se à tona os conceitos de economia e solidariedade, princípios, desafios e possibilidades para a Economia Solidária em âmbito nacional e internacional grifando o Cooperativismo enquanto forma de materialização possível à Economia Solidária. Interseções entre Moda e Economia solidária são entabuladas no 5º capítulo onde se busca conceituar a Forma Moda tratando-a do ponto de vista histórico, bem como sua relação com uso e aproveitamento dos recursos naturais em um cenário contemporâneo. Busca-se refletir Moda sob o enfoque epistemológico na medida em que o sujeito também exercita a comunicação por meio de seu próprio comportamento em sociedade. Apesar de Moda, entendida como um campo de saber, ser algo bastante recente, sobretudo no Brasil, estudos nesta área buscam provar que ela, a Moda, permeia todas as esferas do comportamento humano, exercendo forte viés comunicacional entre os indivíduos.

No capítulo 6º se contextualiza o município de Curuçá sob os aspectos histórico, geográfico e socioeconômico, enfocando a importância estratégica da qual está investido. No capítulo 7º. remete-se ao sistema de pesca vigente na Amazônia, no estado do Pará e no município de Curuçá. Há séculos a pesca artesanal embasa a economia dessa região, portanto, situou-se o *labor* no contexto nacional e estadual do ponto de vista social, ambiental e econômico, grifando a relação de aviamento longevamente plasmada. Na seqüência se desenrola ainda o discurso sobre a inserção das reservas extrativistas no cenário nacional enquanto modelo de preservação ambiental e proteção de bases sociais. Os subcapítulos lançam luz sobre as tentativas de operacionalização de reservas extrativistas, como alternativa de preservação socio-ambiental alinhada à economia. Para tanto se caracterizou este tipo de UC, sítio da pesquisa no município de Curuçá, território ao qual se sobrepõe a RESEX Mãe Grande, enquanto *locus* prioritário para o objeto em estudo, bem como os conflitos gerados pela extração e uso dos recursos naturais locais fazendo-se uma análise à luz da Teoria dos Sistemas Complexos.

Os procedimentos metodológicos são tratados no 8º capítulo. A pesquisa bibliográfica se alicerçou nas disciplinas cursadas durante o mestrado, literatura indicada pelos orientadores, encontradas em bibliotecas acadêmicas e institucionais, leitura de periódicos e

buscas em sites especializados. Vale ressaltar o importante acesso ao banco de teses do Projeto Renas, na medida em que estruturou um diagnóstico etno-social da RESEX MGC, PA. O trabalho lançou mão da pesquisa quantitativa com levantamento de dados *in loco* e qualitativa por meio de entrevistas diretas com os principais atores: prefeito, proprietário da terceira maior empresa exportadora de pescado do Brasil e sediada no entorno da RESEX MGC, PA, vice-prefeito, Chefe da Unidade Avançada do ICMBIO também Presidente do Conselho Deliberativo dessa UC e ainda gestor da RESEX, a presidente da AUREMAG e a presidente da Colônia Z5. Aplicaram-se questionários fechados e semi-abertos à população haliêutica (Abade). Utilizou-se o Grupo Focal enquanto técnica de avaliação na busca de informações qualitativas. Para tanto se contou com a participação de representantes das associações ligadas à pesca artesanal na RESEX MGC, PA. A pesquisa qualitativa centrou-se na observação direta tanto com os mencionados atores como em curtumes e pequenos empresários ligados à manufatura do couro de peixe destinado ao mercado de moda. A investigação focou a coleta de dados transmutada em informações capazes de auxiliar no desenho de um cenário para o *ictiocouro* do ponto de vista de sua viabilidade social, ambiental e econômica, no contexto da RESEX MGC, Pa. No capítulo posterior expõe-se, o discurso dos principais atores, neste trabalho, investidos na figura do prefeito e vice-prefeito enquanto poder municipal, da Colônia Z5, mais antiga representante da categoria haliêutica em Curuçá, do gestor da RESEX com seus múltiplos papéis e desafios, da AUREMAG, associação representativa dos usuários da RESEX MGC, PA e por fim dos pescadores e proprietários de embarcações dispostos ao ofício da pesca artesanal.

O 10º e último capítulo elenca uma proposta para a verticalização da cadeia produtiva haliêutica investida da autogestão comunitária tomando como cenário a RESEX MGC, PA. Aqui se explana as possibilidades e desafios ao alargamento da cadeia produtiva quanto ao beneficiamento do pescado, hoje comercializado maciçamente *in natura* para mais objetivamente, em seguida, tratar do aproveitamento da pele de peixe, descartada no meio ambiente e sua transformação em *ictiocouro* ao mercado no âmbito da Economia Solidária.

2 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Em uma equação simplista, o extrativismo é a exploração dos recursos naturais, utilizando-se para isto um conjunto de técnicas e sistemas de produção tendo como base insumos naturais. No entanto, a história demonstra o quão complexa é a relação homem-natureza sob a ótica do ciclo extrair-produzir-consumir-descartar, acelerada pela Revolução Industrial, criando um abismo entre os fornecedores de insumos e os detentores de tecnologia que os transformariam em bens de consumo em larga escala.

2.1.1 O extrativismo e a colonização lusitana

Três anos depois do “achamento” termo utilizado pelos navegantes europeus para tratar suas descobertas, a coroa portuguesa organizou duas expedições com o intuito de conhecer melhor as novas terras. Na Europa, a repercussão dos relatos de Américo Vespúcio fora de tal maneira impactante, ao ponto do novo continente se chamar América, em sua homenagem. Aos olhos reais portugueses a “Ilha de Vera Cruz (1500) era o almoxarifado perfeito para servir aos interesses mercantis hegemônicos e afirmação política lusitana. Sob a ótica eurocentrista, as riquezas se concentravam no ouro e outros metais preciosos. Como não houvessem encontrado o que buscavam, se voltaram ao Pau Brasil - primeiro insumo natural explorado e única matéria prima de interesse imediato. A subtração intensa ao longo de trinta anos, resultou em expressiva vantagem portuguesa frente ao mercado asiático, onde a madeira também era abundante. Na visão dos donos da Terra Nova / Terra dos Papagaios (1501), Terra de Vera Cruz/Terra de Santa Cruz (1503) e por fim Terra de Santa Cruz do Brasil, deles era tudo que sobre a terra havia, tendo nos habitantes silvícolas mero detalhe a ser “domesticado” (RIBEIRO, 2006).

Ao dialogar com Fanon (1961), percebe-se que um dos instrumentos da colonização é a alienação. O colonizador tentava convencer o colonizado que estava ali para “arrancá-lo das

trevas”, mantendo-o longe da barbárie e da animalização.

No plano do inconsciente, o colonialismo não pretendia ser visto pelo indígena como uma mãe doce e bondosa, que protege o filho contra um ambiente hostil, mas sob a forma de uma mãe que, a todo o momento, impede o filho, fundamentalmente perverso, de se suicidar, de dar livre curso a seus instintos maléfico (FANON, 1961).

Alguns índios impunham mais resistência, porém a Igreja estava presente nas comitivas, também para tornar tal tarefa facilitada, “A mãe colonial defende o filho contra ele mesmo, contra seu ego, sua fisiologia, sua biologia, sua infelicidade ontológica” (FANON, 1961). Os religiosos em missão catequizadora, logo descobriram as verdadeiras riquezas do lugar: os insumos naturais aliados a sabedoria dos nativos (SALLES, 1976; RIBEIRO, 2006). Salles chama atenção também para o fato de que “Obras jesuíticas, em determinados pontos do Pará, foram nefastas para os indígenas”. Escasseando o índio-escravo, a população negra veio a ser introduzida na Amazônia por conta das *Drogas do Sertão* quando a economia nacional focou na região suas expectativas de desenvolvimento diante da extinção de especiarias nordestinas.

2.1.2 O extrativismo no espaço amazônico

Das drogas do sertão passa-se ao látex extraído das seringueiras amazônicas. O Ciclo da Borracha, como historicamente é conhecido o auspicioso período nortista compreendido entre o final do século XIX início do XX(1870-1945), capitaneou para a região grande interesse internacional fazendo a prosperidade das cidades de Belém e Manaus, calcadas na economia do extrativismo seringalista. O cenário formatado pelo desenvolvimento industrial de pneumáticos na Europa e Estado Unidos favoreceu a extração e exportação da *Hevea Brasiliis*, em quantidade e qualidade que satisfaziam tais mercados, aliado a farta mão de obra barata por conta da imigração nordestina, fortaleceu a exploração extrativa da borracha e a dependência dos seringueiros por conta do sistema de aviamento. (ALVES FILHO, ALVES JÚNIOR, NETO, 2008).

No entanto *La belle époque amazônica* logicamente se materializava nas camadas mais altas da pirâmide social. A prosperidade não beneficiou a base da população, sobretudo, a mão de obra extrativista. O incentivo ao seringalismo levou muitas etnias indígenas a serem

dizimadas pelos que laboravam no interior da floresta tropical (SALLES, p. 76). Na intenção de se desfazer do monopólio amazônico, aliado a crescente demanda por pneumáticos, europeus centraram seus esforços em pesquisas e tecnologias que viessem atender a esse fim. Em 1876, o inglês Henry Wickham, contrabandeia 70 mil sementes de *Hevea* para a Inglaterra, que reproduz a espécie em suas colônias na Ásia, rapidamente dominando o mercado mundial e provocando a derrocada da economia amazônica silvestre.

Em 1926 razões econômicas fizeram Henry Ford se voltar para a Amazônia, recebendo do governo local “10 mil km de terras localizadas às margens do Rio Tapajós” para abrigar uma população de “100 mil pessoas” cujo sustento se desenvolveria em torno do plantio, manejo e comércio de 800 mil seringueiras. As árvores foram plantadas no lugar da floresta nativa, tombada em menos de dois anos, no sentido de atender ao acordo com a *Ford Motor Company*. Motivações naturais e sociais são apontadas como fio condutor do estrondoso fracasso do empreendimento: o fungo *Dotidhella ulei* devastou a plantação induzida, por conta do grande número de árvores concentradas em um pequeno espaço, quando na floresta se encontravam a mais de 100 metros umas das outras, e a mão de obra extrativista que não se adequara às novas tecnologias de manejo (ALVES FILHO, ALVES JÚNIOR, NETO, 2008).

Por mais uma ocasião a economia gomífera ressuscitou na Amazônia, demandada pela 2ª Guerra mundial, uma vez que a produção em colônias européias na Ásia se via comprometida diante do poder nipônico. Foram criados órgãos federais (Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA) e Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) e Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), a fim de arregimentar contingente humano e material necessário as “batalhas da borracha” travadas no interior da selva no propósito de soerguer a economia *hevea*. Injeção de crédito norte-americano fez nascer o Banco da Borracha, hoje Banco da Amazônia, fragilizando o sistema de aviamento e estabelecendo uma relação mais monetarista entre o seringalista e os chamados “soldados da borracha”. No entanto, a injeção de recursos externos não foi capaz de suplantar as condições subumanas, a malária, lutas entre os “estabelecidos” (índios) e “outsiders” (trabalhadores arregimentados no nordeste do Brasil), nem de alterar as profundas diferenças sociais no âmbito extrativista. (ALVES FILHO, ALVES JÚNIOR, NETO, 2008, p. 33-39). Por outro lado, o desenho traçado para a Amazônia em âmbito nacional contou com amplo apoio da cena política local, incentivando o loteamento da região “no afã de gastar gentes e matas, bichos e coisas para

lucrar, acabam com as florestas mais portentosas da terra [...] Gastam gente aos milhões” (RIBEIRO, 2006, p. 93).

2.1.3 O extrativismo e as políticas desenvolvimentistas

Desde a colonização lusitana, passando pelo extrativismo seringalista, o governo voltou para a industrialização de JK - “50 anos em 5”, seguido pelos governos militares crentes na lógica “integrar para não entregar”, a região Amazé tida pelo senso comum como berço de matéria prima. As políticas adotadas pelo Estado Nacional para o desenvolvimento da Amazônia têm relação direta com a acentuação do processo de empobrecimento das populações nortistas menos favorecidas. Daqui foram, e são exportados minérios, gemas orgânicas/ inorgânicas, oleaginosos, e, raramente, jóias, acessórios ou cosméticos, estes últimos, distantes da sistematicidade. No entanto, há várias maneiras para se abordar a tônica do extrativismo. Embora ele ocorra no mundo todo, o espaço amazônico é terreno fértil ao debate. É certo que se o sujeito não encontra outra forma rentável de subsistência, se tornará um fio condutor para a destruição da floresta, no sentido *latu* (MITSCHHEIN, 2009, p. 308).

As políticas traçadas para o “desenvolvimento” da Amazônia durante a década de 70 se mostraram falhas no que diz respeito ao acréscimo a qualidade de vida do amazônida e preservação da biodiversidade. O modelo de Desenvolvimento Desequilibrado e Corrigido, operacionalizado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM em 1976, cuja base era incentivo fiscal para setores minerais, agropecuário e pesqueiro industrial, partia do princípio que o excedente produzido, ao ser exportado, geraria recursos para quitar o principal da dívida externa e empréstimos tomados no sistema bancário internacional. No entanto, a despeito da tentativa da mão federal em “transformar a região numa reserva de modernidade”, o que se constata são o avanço das fronteiras agropecuárias e o retorno social incipiente advindo da exploração mineral ou da geração de energia “exportada” para o restante do país (MITSCHHEIN, 2009, p. 313).

Conforme Ribeiro (2006, p. 62) “menos êxito teve, ainda, em seus esforços por integrar-se a civilização industrial. Hoje, seu desígnio é “forçar-nos a marginalidade da civilização que está emergindo” ao refletir sobre a aliança entre o estado nacional e forças internacionais não terem trazido boaventura à Amazônia. O fracasso político, econômico e

social provocado pelo ciclo da industrialização endividada impulsionado pelo Banco Mundial na América Latina nos anos 70, conformou parte do cenário adverso experimentado pela Amazônia sob a ótica extrativista. Isto levou a outras estratégias para o desenvolvimento regional, dentre as quais estão a implantação de projetos demonstrativos, em vez de grandes projetos, por conta da cooperação internacional entre os sete países mais ricos do mundo e os em desenvolvimento, âmbito em que se insere o PPG7. Daí o aproveitamento de espaços produtivos e apoio a agricultura familiar no sentido venal do produto a partir de processos sustentáveis (MITSCHHEIN, 2008, anotações de aula).

2.2 NEOEXTRATIVISMO: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

2.2.1 Princípios do Neoextrativismo

“Se queres ai a tens: a liberdade para morrer de fome” (FANON, 1961, p. 15). A frase contextualiza a arrogância das potências colonizadoras sobre o colonizado, vocalizada por Frantz Fanon, em *Les Damnés de La Terre*. Conceitos de alienação entabulados por Marx e Hegel, auxiliaram Fanon a analisar os mecanismos de dominação da consciência do povo colonizado, grifando os dois pólos antagônicos do colonialismo: o colonizador e o colonizado. Na leitura de Fanon, o colonizado, ao introjectar um complexo de inferioridade, nega-se: seu sistema de reprodução social, a originalidade de sua cultura local, evade-se de seus valores e adota os do colonizador, fortalecendo-o. É nessa perspectiva em que o neoextrativismo busca operar em favor “do colonizado”, tentando fortificá-lo em seus saberes tradicionais para dotá-lo de mecanismos capazes de fazê-lo integrar-se a lógica contemporânea da economia. Rego (1999, p. 33) esclarece que:

Neoextrativismo é um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção.

A lógica que norteia o princípio do neoextrativismo é descolada do modelo neoliberal, onde o mercado é um dos principais marcos regulatório, e se aproxima da visão mais moderna

de desenvolvimento, abrangendo, por conseguinte, o uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativistas. No sentido econômico, neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular (REGO, 1999; ALEGRETTI, 2008). Trata-se, portanto, do extrativismo realizado em comunidades, sobretudo em reservas extrativistas e não o que é praticado pelas transnacionais. Estas têm a seu lado um complexo cenário conjuntural favorável à exploração em grande escala. Contudo, “em vez de pensar nos objetivos ecológicos e econômicos como conflitantes, deve-se compreender que os sistemas econômicos dependem dos sistemas ecológicos de apoio à vida e incorporar ao nosso pensamento e as nossas ações, a noção de complementaridade entre “capital natural” e “capital construído pelo homem” (CONSTANZA, 1991, p. 83).

As diretrizes tomadas pelo estado Nacional no tocante à Amazônia têm vínculo direto com a modificação das relações homem-território-natureza. (MITSCHERIN, 2008, notas de aula). A gestão dos recursos naturais tende a focar na preservação dos ecossistemas tomando como base a reivindicação das populações locais para se apoderarem de seu desenvolvimento com vistas ao mercado de forma integrada. Ao contrário das décadas de 60 e 70, hoje a noção de “conservação” pode ser mais bem traduzida por preservação, não excluindo o homem do território a ser preservado e se insere em uma realidade econômica, não mais de forma ativista, porém racional e realista (PINTON; AUBERTIN, 1997). A medida da preservação deve alcançar o meio ambiente, a cultura a diversidade alinhada a uma lógica de mercado adequada ao contexto contemporâneo. Nesta perspectiva, Rego (1999) entende o neoextrativismo apoiado na construção de novas relações sociais embasadas na coerência entre peculiaridades locais, aspirações e exigências culturais das populações amazônicas, vislumbrando a reprodução econômica advinda da produção familiar como a estrutura adequada para o desenvolvimento do que ainda resta da Amazônia (REGO, 1999).

2.2.2 Desafios e críticas ao Neoextrativismo

Entender as especificidades locais, portanto, é basilar para a implantação de políticas públicas formatadoras do desenvolvimento social-econômico e ambientalmente viável. Por

outro lado, é premente reconhecer que a sociedade regional não dispõe de “recursos técnicos e financeiros para avançar”, necessitando de suporte externo. (MITSCHHEIN, 2009, p 313). Dentre os desafios encontrados além da questão relacionada a políticas de estado e peculiaridades regionais sob o aspecto histórico-cultural das comunidades locais (WAGLEY, 1988); está o de estabelecer estratégias comerciais para atores sociais não integrados ao mercado de uma forma convencional e transpor obstáculos do crédito, da organização comunitária e do ganho de escala (MITSCHHEIN, 2008). Portanto, do ponto de vista econômico da conservação para o desenvolvimento local com base em predados naturais, o cenário conjuntural mostra-se um tanto adverso ao extrativismo calcado nos preceitos da sustentabilidade.

A desarticulação dos níveis de poder, incipientes recursos para políticas ambientais, o desenho homogêneo formatando políticas fiscais e tributárias potencializam as barreiras em utilizar insumos amazônicos de forma desejada. O pesquisador em foco advoga que: “a polarização espacial e social acompanhada da destruição da floresta em uma ambivalência impressionante, conforma a contradição entre a ecologia e economia que penetra em discurso em níveis nacionais e internacionais” (MITSCHHEIN, 2008).

Segundo Mitschein, o economista Rifkin acredita que os recursos bioenergéticos estarão para o século XXI como petróleo para o XX. Ele corrobora com o discurso afirmando que o esforço hercúleo para retirar a Amazônia da “fronteira experimental” (MITSCHHEIN, 2005, p. 316) em que foi transformada na década de 90 pelos projetos demonstrativos, exige intervenções práticas urgentes, do ponto de vista da gestão dos recursos naturais, saúde, desemprego, violência, se atentando sempre para a realidade local repleta de especificidades, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável a partir de uma visão holística dos fatores que envolvem a comunidade. Do ponto de vista da articulação entre o mercado mundial, o estado nacional e os territórios locais se verificam, de antemão, que nessa corrente, os territórios amazônicos são os elos mais frágeis. O sistema global se configura em um conjunto das relações capitalistas do ponto de vista da área agrária industrial e financeira, cuja lógica é a geração de excedente para geração de lucro.

Uma das linhas de ação do PPG7 era o aproveitamento de espaços produtivos e apoio à agricultura familiar no sentido venal do produto a partir de processos sustentáveis. Porém, sabe-se que em uma relação de troca, a simples comercialização da matéria prima não agrega valores economicamente significativos. São necessários outros elementos, como a industrialização do produto, para levar ao acúmulo de lucro substancial. Plantio ou coleta,

manejo, processamento e estratégia de comercialização são essenciais aos pequenos extrativistas. Conhecimentos, habilidades e ferramentas para estocagem, armazenamento, processamento e posicionamento mercadológico. Ciência, tecnologia e inovação, portanto estão na base do neoextrativismo (ALEGRETTI, 2008).

Pesa ainda contra o desenvolvimento local sob a ótica do neoextrativismo, a insuficiente massa crítica de pessoal capacitado e qualificado para inverter a lógica vigente por meio da aplicação do conhecimento nas áreas necessárias para transformar o bem natural em bem social. O recurso natural sem o conhecimento humano não gera divisas. Sob a ótica de Alex Fiuza de Mello, reitor da Universidade Federal do Pará (2000 a 2008): “A riqueza social é gerada a partir da aplicação do trabalho com foco na produção, para que toda a virtualidade amazônica se transforme em realidade”.¹

Homma (2008) questiona a aplicabilidade do neoextrativismo às expectativas do desenvolvimento local, ancorando seus argumentos na base de teoria econômica neoclássica. Segundo este autor:

A economia extrativa [...] começa pela descoberta do recurso natural que apresenta possibilidade econômica ou útil [...]. A seqüência natural é o início do extrativismo como atividade econômica. Em geral, o crescimento do mercado e o processo tecnológico fazem com que seja iniciada a domesticação desses recursos extrativos [...] e com que sejam descobertos substitutos sintéticos (HOMMA, 2008, p. 25).

O foco corroboraria com a visão clássica que o extrativismo nada mais seria que “a fase inicial do desenvolvimento humano”, restando ao extrativista se transformar ou em agricultor ou em assalariado urbano. Contudo, mesmo cético, Homma (2008) aponta uma série de opções de produtos advindos do extrativismo, que manejados corretamente poderiam substituir importações onerosas aos cofres nacionais. Allegreti (2008) afirma que um dos motivos para a falta de atenção ao neoextrativismo no âmbito paraense, seria a compreensão limitada da intelectualidade local, na medida em que os grupos sociais envolvidos com a atividade não se categorizavam nem em campesinato, nem em assalariados. Entretanto, ressalta-se que o neoextrativismo, advogado por Rego (1999) e Allegreti (2008), desagrega-se do olhar reducionista meramente econômico, para atrelar-se ao conhecimento científico e tecnológico enquanto pilares de outra racionalidade capaz de respeitar a diversidade, a multiculturalidade, antagônicas ao extrativismo puro de coleta ou dominação, entendido por

¹ Informação registrada durante o Seminário “Geração de renda, estratégias de comercialização e pequena produção rural na Amazônia”, evento promovido pelo Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia – PPGEDAM/UFPA, de 12 a 13 de novembro de 2008, no Auditório do POEMA/UFPA.

Homma (2008).

2.2.3 Perspectivas para o Neoextrativismo

O sistema econômico global, no que tange à Amazônia, tenta dispositivos de gestão para conseguir se legitimar. Atualmente tem se apoiado na noção de desenvolvimento sustentável, que leva em conta tanto a gestão local dos recursos naturais quanto das populações “beneficiárias” deste desenvolvimento. No entanto, desde a pré-história há modificação do plano ambiental (LIMA apud CASTRO, 1996).

Os homens jamais conseguem conviver em uma paisagem sem alterá-la. Seja em uma tribo longínqua seja em uma grande metrópole, os ambientes são permanentemente recriados. É condição humana mudar, alterar o entorno a seu próprio favor (CAIRNCROSS, 1992).

Ao contrário de épocas pretéritas onde os processos de desenvolvimento poderiam se materializar de forma mais lenta, a contemporaneidade exige celeridade. Uma urgência que se dá na justa medida da parcimônia ao tratar os recursos naturais. É notório que a Amazônia é rica tanto do ponto de vista ecológico quanto social. Há necessidade de pesquisas focadas na inovação atreladas à informação e tecnologia em uma relação dialógica calcadas em mecanismos que possibilitem o conhecimento migrar da academia para a produção, mas também capaz de absorver o fluxo contrário em um movimento retroalimentável (BECKER, 2005). O compromisso sério entre os atores reunidos em agendas práticas pautadas em uma rede de conhecimento voltada ao desenvolvimento local materializado em inovação, portanto, seria outro ponto importante no qual estaria ancorado o desenvolvimento sustentável a partir de bases extrativistas.

A peculiaridade da inovação no cenário local, é que esta se configura tanto em fomento quanto em limite com relação ao neoextrativismo sob a ótica das redes de tecnologia e informação agregadas à cooperação, seja no âmbito técnico-científico seja no *locus* comunitário. Recursos minerais, sementes, oleaginosos, fibras e outros produtos advindos da biodiversa Amazônia, atraem para a região expressivo número de grandes empresas, como Vale e Natura, mas também médias e pequenas, estas de perfil regional, como a Chamma da Amazônia e a Juruá Cosméticos e Perfumaria, a mais longeva com 60 anos de existência.

Projetos do quilate do *Amazon Paper* e a experiência do POEMA foram, e são fundamentais para materializar o esforço voltado ao neoextrativismo em favor do desenvolvimento sustentável local.

Todavia, a exploração das potencialidades extrativistas sob a ótica do desenvolvimento sustentável se dá a partir de políticas públicas e do entendimento por parte da comunidade local envolvida. Ações isoladas e que não encontrem empatia na população, certamente não conseguirão frear o avanço sobre os recursos naturais. Na medida em que o homem é um ser social interativo corrobora-se com o pensamento de Florestan Fernandes ao pregar que “o ideal é partir da idéia de sociedades que mudam que, quando não se transformam, se enfraquecem”. Por outro lado é fundamental a efetividade de políticas públicas pensadas para garantir um modo de vida sustentável às comunidades calcadas no extrativismo. No conjunto de proposições que sintetiza a Reserva Extrativista o primeiro argumento é o social, depois o ambiental do ponto de vista legal e, por último, o econômico, focado na valorização dos recursos naturais amazônidas (ALLEGRETTI, 2008).

Em tese, lançar mão do neoextrativismo enquanto estratégia capaz de oferecer qualidade de vida ao sujeito se estará evitando tanto a pressão desordenada aos recursos naturais locais, quanto à migração para os centros urbanos. Por outro lado, a ausência de condições suficientes para subsistir no campo, aliada aos apelos da modernidade, são pontos de atração para camponeses se deslocarem até a urbe em busca de emprego ou acesso à vida urbana. Apoiado em estatísticas do IBGE, Mitschein (2009) constata que no Pará, cerca de 70% da população interiorana vive em centros urbanos ou cidades. Apesar do representativo afluxo campo/cidade, Lewis (1997) grifa um traço peculiar da cultura camponesa que se concentra na “insistência de defender um conjunto de normas econômicas, sociais, psicológicas e políticas, que a família camponesa, associa virtualmente, com a sua existência na terra”. Essa é uma âncora interessante para a sedimentação do neoextrativismo em reservas - RESEX, na medida em que o homem do campo encontra certa resistência em “abrir mão de seu sítio de subsistência e dos laços culturais a sua volta” (LEWIS, 1997, p. 34).

Não se trata de uma visão conservadora ou atrasada contra o progresso, mas a proposta de uma outra racionalidade sob a ótica de quem é íntimo dos recursos naturais: preservar para desenvolver. É necessário, portanto, contextualizar o discurso do extrativismo imbricado no desenvolvimento sustentável local, atrelado a lógica do mercado de consumo contemporâneo enquanto uma das possibilidades para a efetivação do modelo neoextrativista em questão (BECKER, 2005).

O Plano Plurianual 2004 – 2007, editado pelo governo federal, elenca a necessidade de associar produtividade/competitividade com inclusão social, por meio da geração de emprego e renda. No tocante a Amazônia, mais um plano foi estruturado: o Plano Amazônia Sustentável - PAS. Ele segue o princípio da transversalidade, “em que o meio ambiente deixa de ser tratado como uma variável independente e participa das políticas de todos os ministérios” (MMA, 2005). O PAS se apóia em cinco eixos estratégicos: Gestão Ambiental e Ordenamento do Território; Novo padrão de financiamento; Inclusão social; Infraestrutura para o desenvolvimento; e Produção sustentável com inovação tecnológica e competitividade. Nesta perspectiva, é notório o papel da transferência de tecnologia, para a “sustentabilidade dos ecossistemas florestais, por sua importância econômica, social e política na região amazônica” (BECKER, 2005), no entanto, a lógica da “floresta ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável” continua a impor um grande desafio.

Segundo Becker (2005, p. 336)

O Brasil já efetuou três grandes revoluções tecnológicas: a exploração do petróleo em águas profundas; a transformação de cana-de-açúcar em combustível (álcool) na Mata Atlântica e a correção dos solos do cerrado, que permitiu a expansão da soja.

Isto demonstra a capacidade de transformação da realidade nacional quando vontade política e capital canalizam suas forças pra o interesse da nação. Na mesma linha de raciocínio, ressalta a urgência de “implementar uma revolução científico-tecnológica na Amazônia”, capaz de materializar o desenvolvimento sustentável por meio de “cadeias tecnoproductivas com base na biodiversidade, desde as comunidades da floresta até os centros da tecnologia avançada”, como o único caminho viável na direção de um cenário positivo (BECKER, 2005).

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITUAÇÃO E REFLEXÕES

É fundamental definir o que, exatamente, se está tratando quando se fala de desenvolvimento sustentável. Portanto, abandonar a conotação polissêmica é um dos primeiros passos para a legitimação do conhecimento construído sobre o tema, evitando assim seu desgaste, e, até certa inocuidade ocasionada pela inflação no uso do termo.

3.1.1 Desenvolvimento Sustentável nas bases da Teoria dos Sistemas Complexos

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a Teoria dos Sistemas Complexos - TSC se apresenta como um norte calcado na racionalidade, exigida para consolidar um novo modelo, apoiado nas dimensões econômica, social, ecológica, ambiental, cultural e espacial rumo a uma sociedade viável. (SACHS, 1993). O paradigma da Teoria Geral dos Sistemas - TGS relata que “um sistema é um todo complexo ou organizado. É um conjunto de partes ou elementos que formam um todo unitário ou complexo, onde a soma das partes não resulta, necessariamente no *totum* (FENZL, 2009). No entanto a investigação de qualquer parte do sistema deve fluir em uma relação dialógica com o todo. Em uma definição simplificada poderia se dizer que um sistema é um conjunto de elementos ou componentes independentes que interagem em prol de um objetivo.

A TGS os classifica segundo a Constituição: físico ou abstrato; Elemento: simples ou complexos; Natureza: abertos ou fechados; Mudança: estáveis ou dinâmicos Ambiente: adaptáveis ou não adaptáveis e tempo de duração: permanentes ou temporários. Por outro lado, quebra de paradigmas em função de avanços nas áreas das ciências exatas e biológicas ocorridas nas décadas de 70 e 80, fizeram com que a TGS se apresentasse hoje como Teoria de Sistemas Auto-poiéticos, auto-referenciais e operacionalmente fechados” (MATHIS, [1999]). *Autopoiesis* significa que um sistema complexo reproduz os seus elementos e suas estruturas dentro de um processo operacionalmente fechado com ajuda dos seus próprios

elementos. Enquanto Maturana/Varela restringem o conceito da *autopoiesis* a sistemas vivos, Luhmann o amplia para todos os sistemas em que se pode observar um modo de operação específico e exclusivo.

O russo Ilya Prigogine, prêmio Nobel de Química em 1977, utilizou o princípio da complexidade nos estudos dos processos irreversíveis para chegar à formulação da Teoria das Estruturas Dissipativas. Edgard Morin, sociólogo e filósofo francês, um dos mais importantes pensadores dos séculos XX e XXI, usa a trans e interdisciplinaridade como um dos pilares para o entendimento da complexidade, basilar para a compreensão dos Sistemas Complexos. Morin afirma que a relação homem X natureza está longe da estabilidade, uma vez que é permeada por “conflitos, contradições e perdas” (MORIN apud MORAES, 2007, p. 75). No campo da ecologia, Holling, através da introdução dos conceitos *stability* e *resilience*, tentou fornecer uma explicação nova sobre o processos dinâmicos de sistemas ecológicos frente a uma perturbação externa. Capra, Jung, Senge, Vasconcelos, Fenzl, Bosel e outros cientistas se valem da citada teoria em suas áreas de conhecimento, de forma interdisciplinar, onde o pensamento sistêmico busca ser uma alternativa à lógica reducionista cartesiana, sem, no entanto, descartá-la completamente.

O desenvolvimento sustentável, portanto, não é apenas um modismo em consequência dos problemas ambientais que desafiam a humanidade, afirma Norbert Fenzl. Apesar de ser um termo utilizado *ad nauseam* tanto na esfera governamental quanto privada “a teoria de sistemas complexos mostra que a sustentabilidade é a força motriz de desenvolvimento de todo sistema aberto, auto-organizado e capaz de evoluir” (FENZL, 1998, p. 34)

3.1.2 Desenvolvimento Sustentável: Discussões Globais

A década de 90 trouxe consigo o tema sustentabilidade como uma nova forma de olhar o processo de desenvolvimento humano. O debate floresceu e a filosofia que dicotomiza a noção de crescimento do que possa significar desenvolvimento, institucionalizou-se a partir da Conferência de Estocolmo, 1972, baseada fundamentalmente, na ocorrência simultânea da equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Desta forma, o desenvolvimento que, até então, somente incluía preocupações ecológicas em seu bojo, ampliou tal atenção também ao sujeito passando a ser entendido como desenvolvimento sustentável o que fosse

capaz de viabilizar a equação citada. O marco da questão foi o documento intitulado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, 1987, que legitimou o Grande Encontro da Terra – a ECO92 – no Rio de Janeiro, Brasil, do qual resultou a Agenda 21, “cujas recomendações abordariam mais de 115 áreas programáticas dialogando entre ações políticas, sociedade civil e empresas” (SACHS, 1993, p. 27).



Foto 2: Ignacy Sachs à esquerda.

Fonte: Pesquisa de campo, realizada em novembro de 2009

Por outro lado, a relação de trocas comerciais é antiga. Primeiramente vestida pelo escambo, depois adquirindo perfil venal mercantilista acelerada na civilização urbano-industrial e “desfronteirizada” pela globalização. O paradigma do desenvolvimento sustentável focado em “utilizar os frutos do crescimento (capital) para reduzir os fluxos materiais, recuperar o meio-ambiente e redistribuir renda” (SACHS, 2004, p. 33) se opõe ao cerne do crescimento quantitativo, que rege a lógica do capital mundial. Portanto um dos maiores desafios apresentados ao homem contemporâneo é “materializar” o conceito de desenvolvimento sustentável, para que o principal foco da ação: o sujeito, sobretudo o menos provido de mecanismos de inclusão social, possa desfrutar do que ele entenda por desenvolvimento, já que tal assertiva passa necessariamente pela qualidade de vida centrada na satisfação de necessidades básicas como saúde, educação, segurança, alimentar inclusive,

para a garantia de preservação dos recursos naturais.

O mote sustentabilidade não encontrou de imediato, eco na esfera pública, sobretudo no cenário nacional dos anos 70/80. Por outro lado, pressões internacionais e advindas da sociedade organizada levaram a maior efetividade do aparato jurídico construído para tratar questões ambientais vinculadas a desdobramentos sociais negativos. Atualmente o enfoque alcança empresas de grande porte como bancos e indústrias, que passaram a incluir em seu balanço contábil anual, não apenas o teor fiscal, mas ainda o ambiental e o social, inclusive disponibilizando papéis no mercado aberto. Apesar de tais ações estarem impregnadas de um cunho midiático aportado no *ecomarketing*, é notória a importância dedicada ao tema sustentabilidade na sociedade contemporânea. Enfoca-se aqui esta questão porque se compreende que o desenvolvimento sustentável, em toda sua latitude, não pode ser obra apenas de estado, setor privado ou sociedade organizada e sim uma árdua tarefa a ser encarada em toda sua dimensão, por todas as esferas sociais capazes de alguma ação efetiva.

É imperioso refletir o desenvolvimento a partir de sociedades sustentáveis, segundo parâmetros e tradições culturais próprias (DIEGUES, 1992). Poderia o sujeito extrativista unir em um mesmo tear, o “melhor da modernidade” como educação adequada, acesso à assistência, medição ‘empowerment’ enquanto cidadão, ao “melhor da sociedade tradicional” (LEWIS, 1997, p. 40) focado na atenção das necessidades básicas para todos os membros da família, satisfação das necessidades humanas na medida das materiais, e, sobretudo, uma atitude preservacionista com relação à natureza? Das diversas soluções exógenas pensadas para a preservação da região amazônica, pouco se volta ao homem que a habita. Todavia, “admitir a complexidade do desenvolvimento sustentável, suas múltiplas motivações e sua estreita relação com a pessoa e com que a cerca, passa pelos esforços tecnológicos e políticos das alternativas originais” (CAIRNCROSS, 1992).

3.1.3 Desenvolvimento Local Sustentável

O Plano Amazônia Sustentável - PAS - elenca como um dos nós críticos para uma Amazônia sustentável a ausência de inovação e transferência de tecnologia capaz de otimizar a reduzida escala da produção familiar-policultural extremamente diversa “sendo esta diversidade em si uma força produtiva e uma qualidade econômica” (BRASIL, 2005). A

precariedade em associar saber científico e tradicional, capaz de intervir positivamente nesses sistemas acaba por dificultar a formação de capital social, uma das molas mestras do desenvolvimento local, na medida em que, dificilmente se dá consistência às formas concretas de evolução da produção familiar sem algum tipo de associativismo.

O plano destaca, ainda, um conjunto de questões cuja importância é reconhecida para o desenvolvimento regional e que perpassa tanto as macro e sub-regiões, quanto os segmentos socioprodutivos, consideradas nos eixos temáticos propostos:

- a) a gestão ambiental e o ordenamento territorial;
- b) a produção sustentável com inovação e competitividade;
- c) a inclusão social e a cidadania;
- d) a infraestrutura para o desenvolvimento;
- e) o novo padrão de financiamento.

A regionalização, as composições socioprodutivas associadas aos biomas florestal e não florestal entrelaçam-se aos eixos temáticos, para tecer a referência básica à montagem da estratégia do PAS. O foco está em:

- a) Viabilizar atividades de produção sustentável com inovação tecnológica;
- b) Estimular a geração de emprego e renda e aumento da segurança alimentar com maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais;
- c) Priorizar a melhor utilização de áreas já abertas e o uso múltiplo da floresta em bases sustentáveis;
- d) Fortalecer a inclusão social e a cidadania por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas;
- e) Envolver parcerias entre órgãos governamentais, a sociedade civil e o setor privado, com transparência e controle social, facilitando o acesso da população regional às políticas universais de educação, saúde, segurança pública, previdência social;
- f) Entabular ações prioritárias voltadas para o enfrentamento dos problemas urbanos e o fortalecimento do sistema de cidades, e por fim, implementar e manter obras de infra-estrutura nos setores de transporte, energia.

A superação dos limites poderia dar lugar à abordagem, do desenvolvimento sustentável, que busca integrar, em vez de separar, proteção e produção e estimula a

criatividade, a inovação e a apropriação de conhecimentos em todas as dimensões da vida regional. A inclusão social com respeito à diversidade cultural é elemento fundamental da base conceitual dessa abordagem, pois a qualidade de vida de diversos grupos da população passa pela garantia de acesso aos recursos naturais (reconhecimento de suas “territorialidades”) e pela valorização de conhecimentos tradicionais sobre a sua utilização sustentável. A ferramenta básica de um processo como esse, de conformação de um setor produtivo integrado e competitivo, é a inovação. É preciso, portanto, instituir toda uma cultura favorável à inovação, cuidando especialmente da capacidade do setor produtivo de absorver conhecimentos úteis à produção e da obrigatória mudança de mentalidade e postura que tal atitude implica, não só nas empresas, mas também nas instituições de pesquisa e nos órgãos de financiamento do desenvolvimento.

Estudos sobre o extrativismo na Amazônia apontam a importância da inserção econômica da população extrativista, para a diminuição da pressão sobre os insumos da floresta. É certo que a maioria dos trabalhos acadêmicos se concentra na exploração vegetal enquanto principal vilã do desmatamento na região, elencando como parte da solução o manejo e a atenção às populações tradicionais, de maneira não afastá-las de seu ancestral *modus vivendi*. Rego (1999) conceitua populações tradicionais aquelas que usam interferir na biota dos ecossistemas naturais, reconhecendo-se como parte do sistema natural, no entanto baseia a intervenção na “racionalidade da reprodução familiar/comunitária, “sobredeterminada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza.” (REGO, 1999). Por outro lado há discordâncias importantes sobre o que seja população tradicional a luz do Direito, onde o enfoque ambiental não dialoga com o fundiário e patrimonial (FLORES, 2009, anotações de aula).

A despeito das discussões quanto a pertinência das RESEX, diagnósticos do Ministério do Meio Ambiente - MMA, informam que a institucionalização desse tipo de unidade de conservação tem diminuído a pressão sobre os recursos naturais, nos últimos cinco anos, no entanto, a inserção econômica a partir desse instrumento de proteção sócio-ambiental ainda é um desafio. (MMA, 2009). As RESEX contam com apoio legal para infraestrutura; definição e implantação de investimentos financeiros; definição e implantação de estratégias de *marketing*, com aplicação de mercado, certificação ambiental dos produtos, valorização identitária dos produtos; inovação e pesquisa; capacitação e treinamento; desenvolvimento de produtos.

Conforme já citado, catástrofes ambientais, segundo especialistas, motivadas pela

forma adotada por países industrializados para atingirem suas metas de crescimento, aliado às discussões quanto à necessidade de uma nova racionalidade que impulsionasse o desenvolvimento humano, não mais centrado no referencial do “lucro pelo lucro”, alternativas vem sendo pensadas ao modelo extrair-transformar-consumir-descartar, diante das novas relações homem-natureza (REGO, 1999; FENZL, 2009, anotações de aula).

A reflexão, logicamente motivada por organismos internacionais, como a Organizações das Nações Unidas - ONU, trás à baila a importância de se adotar “estilos de vida sustentáveis”, para a garantia de qualidade de vida às gerações futuras. Nessa perspectiva, há uma rede formada por atores posicionados em todas as esferas: governamentais, não governamentais, midiáticas, empresariais e sociais que incentivou a comercialização de produtos advindos da biodiversidade, oriundos de práticas sustentáveis do ponto de vista social e ambiental, fazendo com que se firmassem, sobretudo, em mercados internacionais, no contexto do comércio justo ou *fair trade* (FLORES, 2009; *FUNDACIÓN SINCHI SACHA*, 2009). Apesar disso, estudos e experiências realizadas pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente – POEMA/ UFPA, mostram que o cenário amazônico impõe uma série de barreiras entre o produto e o mercado, dentre as quais as próprias distâncias amazônicas, canais para escoamento da produção, baixa escolaridade e capacidade técnica da população extrativista, sistema de coleta de impostos destoantes da realidade extrativista, dificuldade em transformar o ribeirão em um empresariado “*sui generis*”. (MITSCHHEIN, 2008 anotações de aula e acervo bibliográfico POEMA).

4 ASPECTOS CONCEITUAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1 ECONOMIA E SOLIDARIEDADE

Antes de se concentrar no termo Economia Solidária, inicia-se com os aspectos conceituais sobre economia e em seguida solidariedade. A partir das origens etimológicas vai-se concatenando os dois conceitos em busca de um terceiro: Economia Solidária

No entendimento aristotélico, economia advinha de duas concepções principais: *Oikonomia*, que em grego significa “administrar a casa”, mais propriamente ao abastecimento e cuidado, não somente a moradia de uma família mas a cidade: local dos cidadãos. A segunda acepção é *Crematística* que poderia significar a forma artificial e mercantil de adquirir bens por meio da incansável ganância. Em Aristóteles economia esta relacionada à ética e às finalidades humanas (FREITAS, 2004). Amartya Sen (1992 e 1999) ao basear-se no pensamento aristotélico entende que a economia tem duas origens viceralmente atreladas à política: uma relacionada à noção ética e outra a engenhosidade, esta por sua vez trata na logística em busca de meios para se alcançar um fim. Ainda que a economia esteja ligada a riqueza e a forma mercantil de aumentar a produtividade e acumular bens, não pode estar dissociada de nível mais profundo que seria promover o bem-estar humano, portanto estaria para além do mercado. (ARAÚJO, 2009). Na década de 80 Sen verificou a diferença de desenvolvimento entre o sul e o norte da Itália. No norte, mais precisamente na região da Toscana, as pessoas se uniam e trabalhavam em conjunto, ao contrário do sul. Por outro lado, os consórcios não tinham estatuto, eram baseados na confiança entre as pessoas de onde adveio a teoria do capital social unindo homens em direção ao desenvolvimento (ARAÚJO, 2009).

Ainda sobre o conceito, Laville (2003, p. 15) acredita ser a economia real formada pelos princípios do mercado, mas ainda pelo princípio da redistribuição e da reciprocidade. Em sua análise a sociedade organizada se apropria de uma parte da produção no sentido da redistribuição conforme normas previamente acordadas. No segundo uma parte da economia é administrada para minimizar a desigualdade entre pessoas e grupos, a exemplo de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio – OMC. Vale ressaltar que o princípio da reciprocidade sempre foi adotado desde as sociedades primitivas até as atuais.

Por outro lado a palavra solidariedade é impregnada de polissemia, carregando em seu bojo significados históricos e espaciais distintos. No entanto sob a luz da etimologia, o termo vem do latim *solidus*, cujo sentido original é sólido – um todo inteiramente composto de elementos coesos – (LISBOA, 2003, p. 242). Portanto a idéia de conjunto formado por partes intrinsecamente interligadas partilhando da mesma origem. Em Durkheim (1999), a solidariedade seria a responsável pela coesão social entre os homens e a sociedade. Em seu entendimento a solidariedade não seria absoluta, mas sim relativa de acordo com a organização social, divisão de trabalho e certa consciência coletiva plasmada entre os membros de determinada sociedade. Chegou a tipificar a solidariedade em mecânica e orgânica. A primeira “liga diretamente o individuo à sociedade sem nenhum intermediário (DURKHEIM, 1999, p. 106), nesta prevalece o principio da semelhança como o que liga o proprietário a seus bens, ou seja a relação não é recíproca e sim mecânica, “O individuo não se pertence [...] ele é, literalmente, uma coisa de que a sociedade dispõe” (DURKHEIM, 1999, p. 107-108). Nas sociedades simples, primitivas e antigas esse tipo de solidariedade prevalece. No entanto a solidariedade orgânica é produto da divisão do trabalho social. Este tipo de solidariedade supõe a diferenciação e complementaridade de funções como forma de cooperação entre os membros da sociedade. Para o pensador é este o tipo de solidariedade que permanece nas sociedades atuais. O conceito durkheiminiano para solidariedade no sentido de coesão social foi amplamente aceito no campo político, econômico e ainda na esfera governamental.

Para autores como Vainer os termos são antagônicos e não podem estar no mesmo contexto, na medida em que nas sociedades orientadas pela economia impera um mundo de competição e concorrência, classificando o termo Economia Solidária de ideológico e utópico, pois não há formas da solidariedade se difundir amplamente sob a tutela do capital (VAINER, 2000). Contudo Sen, seguindo as bases do pensamento aristotélico, advoga a crença da complementaridade entre solidariedade e economia. Por ser um conceito em construção, no entanto, não se pode tratar os termos como absolutamente divorciados nos sentidos *stritu* das palavras. Os avanços das relações no comercio mundial demonstram haver possibilidades de implantação de uma economia não viceralmente submissa ao capital, onde a cooperação, a ética e a própria solidariedade se façam presentes como é o caso de empreendimentos calcados na filosofia do cooperativismo.

Um dos primeiros autores a estudar as experiências de Economia Solidária foi o chileno Luis Razeto, na década de 80. Filósofo sociólogo e educador, Razeto publicou

“Economía de solidaridad y mercado democrático”, em 1984, “Economía Popular de Solidariedad”, em 86 e “Los caminos de La economía de solidaridad” em 1993 quando alcança expressão internacional por tratar o assunto economia por outra ótica que não a estritamente monetarista, abrindo novas possibilidades ao comércio mundial. Razeto prega que a solidariedade deve ser introjetada nas diversas fases do ciclo econômico: produção, circulação, acumulação e consumo. Resume seus estudos em basicamente priorizar o sujeito acima do capital e a solidariedade antes do individualismo. (RAZETO, 1997, p. 10). Para o autor a “economia da solidariedade” não é a negação da economia de mercado, mas uma reorientação transformadora das grandes estruturas, dos modos de organização e ação que estruturam a economia contemporânea.

4.1.1 Economia Solidária no Mundo e no Brasil

Não se conhece uma data precisa ou origem histórica para a Economia Solidária, no entanto, segundo Wautier (2003, p. 111) se encontra relatos sobre economia social já no século XIX em organizações que não se enquadravam nem no mundo capitalista, nem no estatal sob a lógica econômica da época. Nesse bojo de acontecimentos, onde surgiram os sindicatos, formou-se o tripé da economia social: as cooperativas, as mutualidades e as associações. A cooperativa denominada Os Pioneiros de Rochedale, na Inglaterra, a mais importante cooperativa de consumo, formada por tecelões, estabeleceu uma carta de princípios em 1814, base para a legislação a nível mundial, que vigora até os dias de hoje.

“Desde as origens no século XIX tanto o cooperativismo quanto o associativismo surgiram como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado” (SANTOS, 2002, p. 33). Na América Latina o interesse renovado por esses tipos de propostas foi expresso na reativação da chamada “Economia Solidária” – setor da economia que corresponde formas diversas de produção associativa em que se destacam a cooperação e as mutualidades (SINGER; SOUSA, 2000). Hoje a produção solidária tem se mostrado um dos focos mais ativos de criação de alternativas aos modelos econômicos convencionais (SANTOS, 2002, p. 44).

No cenário nacional a Economia Solidária teve sua gênese com a adoção do cooperativismo, nos primeiros anos do século XX quando imigrantes europeus aqui

desembarcaram trazendo consigo o ideal cooperativista, sobretudo relativo ao consumo nas zonas urbanas e agrícolas. No entanto foram modificando seus perfis por conta de contextos sociais e políticos deixando de ser autogestionárias e, portanto afastando-se do cerne da Economia Solidária. O fortalecimento da Economia Solidária em território nacional também se deu por meio de parcerias firmadas entre universidade e cooperativas e ou associações tuteladas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, cuja primeira célula foi criada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINGER, 2002).

Os números da SENAES revelam que no Brasil, mais da metade dos empreendimentos solidários encontram-se em áreas rurais nordestinas, tendo como ponto forte a produção têxtil. Demonstra ainda que tais empreendimentos tem estreita relação com o desenvolvimento local, por meio do diálogo entre territórios rurais e urbanos (BRASIL. MTE, 2009). Na década de 90 Paul Singer analisa a revalorização de uma Economia Solidária no âmbito nacional avaliando a diversidade de instrumentos que se apropriam desse condão, questionando se a Economia Solidária poderia operar uma transformação sistêmica na direção de nova formatação política para o Brasil.

A Economia Solidária ressurgiu no Brasil diante da abertura de mercado ocorrida entre 80 e 90 gerando concordatas e um profundo processo falimentar no âmbito empresarial (SINGER, 2000, p. 87) uma vez que a atividade coletiva oferece menos riscos que a individual isolada. (SINGER, 2000, p. 106). Ela compõe empreendimentos que, efetivamente, praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão, o que segundo Singer, raramente acontece (SINGER, 2000, p. 86). A Economia Solidária é, portanto, um modo de produção que, ao lado do capitalismo e outros modos de produção, compõe a formação social capitalista, pois o capitalismo além de ser o maior dos modos de produção, molda a “superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses” (SINGER, 2000, p. 86). Para Johnson (2004, p.16), a viabilidade do Comercio Justo reside no imenso contingente de pessoas “abstraídas do capital” vislumbrando que essas poderiam:

praticar o consumo dos produtos destas redes solidárias, nas quais podem integrar-se igualmente como produtores, comerciantes ou tomadores de crédito, sob uma estratégia de desenvolvimento local capaz de reorganizar os fluxos de consumo e produção, os fluxos de mercadorias e valores que atravessam os territórios onde estão situados, capaz de constituir arranjos sócio-produtivos, ecologicamente sustentáveis e socialmente justos.

O que Johnson prega é encontrado também nos autores referenciados “a prática do Comércio Justo está diretamente relacionada a capacidade dos atores envolvidos agir

colaborativamente, em processos mais abrangentes, em redes de Economia Solidária, conformando formas éticas de finanças, produção, comercialização, consumo pesquisa e desenvolvimento tecnológico a fim de gerar sinergia inimaginada aos atores que operam, de maneira, compartimentada, nesses segmentos” (JOHNSON, 2004, p. 17). Ainda segundo Johnson “ativar ciclos locais de produção e consumo significa, em geral, expandir ações de comércio solidário” (JOHNSON, 2004, p. 23).

Ainda no cenário nacional o Instituto de Economia Aplicada – IPEA, concluiu em 2007 o Atlas da Economia Solidária revelando que aquela altura existiam no Brasil 22 mil empreendimentos com este perfil, associado 1,7 milhões de pessoas e movimentado R\$6 bilhões/ ano. Na reflexão do presidente do órgão “dados como estes permitem avaliar o tamanho e o peso econômico e social da ES, o que facilita a divulgação de ‘outra economia’ como parte integrante da realidade brasileira”. Conforme já relatado a ES é fomentada por programas oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Fundação Banco do Brasil que inclusive, aportam recursos para que universidades realizem projetos voltados ao sistema de ES. Ainda segundo o IPEA a missão de programas voltados a ES implementados pela SENAES, é apoiar redes e cadeias produtivas formadas por empreendimentos solidários, uma vez que pequenas iniciativas isoladas ficam enfraquecidas, além do que, são carentes nos quesitos capacitação e inovação tecnológica, “o que reduz suas chances de estabelecer diálogos econômicos”. A dotação orçamentária a políticas voltadas à ES ainda buscam facilitar a inserção de produtos em mercados locais, nacionais e internacionais por meio de participação em feiras via Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, por fim possibilitam microcrédito a produtores de baixa renda em micro empreendimentos comunitários.

4.1.2 Princípios da Economia Solidária e Comércio Justo

Resumindo o pensamento de Singer, “compreende-se por Economia Solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo e crédito sob a forma de autogestão” (BRASIL. MTE, 2009), encerrando as seguintes características: Cooperação onde interesses e objetivos comuns resultam na união de esforços e capacidades, visando à propriedade coletiva de bens, partilha de resultados e responsabilidade solidária, definindo

alguns tipos de organização coletiva como associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo, dentre outros.

A dimensão econômica na Economia Solidária parte da motivação em agregar esforços para a produção, ampliando as possibilidades de comercialização e consumo, permeados por aspectos culturais, ambientais e sociais (DEMOUSTIER, 2001). Por fim o caráter de solidariedade dos empreendimentos é expresso na justa distribuição dos resultados obtidos, nas janelas de oportunidade que levam ao desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas, na preocupação com o bem estar tanto de quem produz quanto de quem consome e na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base local, regional e nacional.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (SINGER, 2009).

Ainda nesse cenário discursa-se sobre o possível posicionamento mercadológico do produto artesanal, por meio do Comércio Justo, conhecido também como Comércio Ético, Comércio Justo e Solidário. Este tipo de transação comercial foca seus esforços em minimizar a distribuição desigual dos custos e oportunidades gerados pela globalização no interior da sociedade pós-moderna. Johnson, no entanto, o diferencia do *Fair Trade* que entende ser o “praticado por redes do primeiro mundo que importam produtos de países periféricos e dependentes” (JOHNSON, 2004, p. 16). O Comércio Justo se preocupa com as formas de produção socialmente justas e ambientalmente éticas. Questões relativas a origem da matéria prima, utilização de mão de obra infantil ou em condições desumanas, certificação e escala de produção/ comercialização também estão no cerne dessa estrutura de mercantilização. (REYNOLDS; MURRAY; WILKINSON, 2005, p. 8). Esta forma de comércio guarda estreita relação com a polarização Norte/Sul evidenciada por discussões centradas no desenvolvimento sustentável ao final dos anos 80 e acentuada pelo processo de globalização iniciado na década de 90. Portanto, o Comércio Justo está ligado à Economia Solidária, por princípio.

O principal foco do Comércio Justo são produtos advindos de comunidades periféricas, distanciadas dos grandes mercados e incluem em seu bojo valores imateriais como os culturais. Entre 2004 e 2005 o *Fair Trade* movimentou U\$S 1.614 milhões de dólares, cujo

principal mercado foi a União Européia (REYNOLDS; MURRAY; WILKINSON, 2005, p. 20). Naquele período os produtos mais relevantes ainda eram *commodities* como café e frutas, no entanto o Brasil alcançou um tímido sexto lugar ficando atrás do México e da Nicarágua. Embora os números sejam importantes para uma avaliação quantitativa não são capazes de expressar “o profundo significado” do Comércio Justo fundado em valores éticos subvertendo a mercantilização pura e simples (JOHNSON, 2004, p 15).

Monbiot (2004), ao discursar sobre a inexistência de um modelo único de desenvolvimento que atenda todos os países globalmente, revela-se cético a efetividade do Comércio Justo. Mesmo reconhecendo o valor da iniciativa e partidário do mercado ético, ele acredita que a polarização entre ricos e pobres se estabelece na medida em que nenhuma atitude parte dos países ricos em direção aos pobres, a menos que beneficie os primeiros (JOHNSON, 2004, p. 226). O autor discorda também da forma “autoritária” como é feita a certificação *Fairtrade Labelling Organizations Internacional* (FLO), dos produtos ditos éticos pensando não haver diferença entre os mecanismos regulatórios entre o “comércio comum” e o justo: uma entidade fixa padrões, a empresa se inscreve para obter a certificação, outra monitora o processo” alijando o viés voluntário intrínseco a esse tipo de atividade. (JOHNSON, 2004, p. 234).

4.1.3 Críticas desafios e perspectiva a Economia Solidária

Apesar dos avanços nos estudos de Durkheim e Singer não há consenso científico quanto a definição exata do que viria se constituir a Economia Solidária, sendo este o principal desafio: suplantar a polissemia do termo.

A diversidade de experiências adjetivadas como Economia Solidária em práticas populares, sem, no entanto atenderem regras únicas e estatutos uníssonos se configuram em um desafio. Segundo Lisboa (2000, p. 2),

[...] não se pode confundir o setor da economia formal [...] com o conjunto de pessoas que se dedica às atividades econômicas [...] sem a presença de relações de assalariamento, e que dependem da contínua realização de seu próprio fundo de trabalho para sua reprodução”. Ainda segundo o autor, outro desafio que se impõe sobre as redes de economia solidária é o intercâmbio dessas redes entre si em níveis regionais, nacionais e mundiais.

Um dos nós críticos elencados por Monbiot é a insipiência de produtos advindos do CJ nas transações internacionais (MONBIOT, 2004, p. 235). Aponta o Comercio Justo como uma proposta a nível governamental a ser adota nas relações comerciais entre países do Norte e do Sul, reconhecendo, no entanto, que a vontade política no âmbito dos governos é condição *sin ne qua non* para o estabelecimento desse outro modelo de relação mercantil em tempos de globalização (CANTOS, 1998, p. 47). Dentre os pontos conformadores de obstáculos para a ampliação do Comércio Justo, alguns elementos o Consorcio Bolsa Amazônia experimenta na prática: carência de apoio de políticas públicas às redes de comercialização, capaz de dotar os produtos de selos e certificações palatáveis ao consumidor *Fair Trade*; utilização de *ecomarketing* no sentido de posicionar produtos alienígenas ao conceito de Comércio Justo, gerando desconfiança ao consumidor de produtos éticos e por fim a dificuldade logística em posicionar mercadorias advindas de pequenas produções no cenário global (REYNOLDS; MURRAY; WILKINSON, 2005, p. 30).

Para Boaventura de Souza Santos, um dos grandes desafios da Economia Solidária é libertar as ações da sociedade civil da alcunha estatal. É necessário possibilitar um maior controle social da sociedade sobre o Estado e não o contrário, permitir que o Estado se torne o ator principal e condutor do processo. Isto evitaria também que os empreendimentos solidários fossem cooptados pelo Estado e tornem-se futuramente dependentes da ajuda financeira deste (SANTOS, 2002).

Além das já citadas críticas à Economia Solidária existe ainda a do localismo e escalas de produção deficitárias. Segundo autores como Santos, as redes de produção voltadas à Economia Solidária não são capazes de atuar a níveis globais na medida em que apenas conseguem atender restritas demandas. Outro ponto ainda a ser aprofundado é a criação de indicadores formais e confiáveis capazes de medir os índices da Economia Solidária, na medida em que ela atende a um mercado específico orientado por seus princípios. Não se trata de a Economia Solidaria negar absolutamente a economia capitalista e sim integrar-se a ela sem, no entanto se afastar de seus princípios norteadores voltados ao respeito ao meio ambiente, e ao ser humano na justa medida da ética. Lisboa (2000, p. 1-7) acredita que:

a superação da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados [...]. O mercado está imbricado de rede concreto de relações sociais, sendo inevitavelmente uma construção social e um campo de disputa política.

Ainda com relação ao setor produtivo, o Comercio Justo propicia maior inserção

social de pequenos produtores, pois são estabelecidas relações comerciais mais vantajosas, do ponto de vista do produtor. Técnicas fabris são alinhadas com o respeito ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que conseguem unir conhecimentos tradicionais a esses modos de produção. (TENDANCES de la cohésion sociale, 2005) Empreendimentos com esse perfil têm maior facilidade em certificar os produtos com selos aceitos internacionalmente. Por outro lado os valores caros ao CJ estão embutidos no preço final da mercadoria, o que a torna em torno de 30 a 50% majorada se comparada a um similar. Porém Ana Asti, representante da Organização Mundial do Comércio Justo (WFTO), entrevistada em 04.06.2009 para o jornal O Globo sobre o assunto, informa que a crise global pelo qual o mundo atravessa, não tem afetado o CJ “sobretudo, na Europa, as pessoas entendem que o fortalecimento do Comercio Justo pode impedir que novas crises, motivadas pela crise financeira, voltem a ocorrer”. Asti afirma que em 2007 o Comercio Justo movimentou 3 bilhões de dólares e vem crescendo 46% ao ano (CÁSSIA, 2009).

Em 16.02.2009 quando a crise econômica mundial parecia mais devastadora, representantes do Comercio Justo no eixo latino americano, se mostraram pessimistas quanto aos rumos das redes. O argentino Ruben Ravera e o mexicano Eduardo Rojo temiam que o “desespero e emergência em garantir gêneros de primeiras necessidades” dificultassem ainda mais as negociações para o posicionamento mercadológico desses produtos. Segundo dados estatísticos revelados pela *Fair Trade Labelling Organizations International* (FLO), com sede na Alemanha, até 2007, 1,4 milhão de pessoas se dedicaram à produção voltada ao comercio justo, gerando um faturamento de US\$2,9 bilhões, “o dobro do registrado em 2005”. Não existem dados precisos quanto aos números latinos, no entanto, o México, onde o CJ é bastante dinâmico, calcula que 50 mil famílias estejam labutando nesse campo, cuja quase totalidade da produção (89% a 60%) é absorvida pelo mercado norte-americano.

No Brasil as vendas internas sustentam as redes de CJ representando 3 bilhões de reais, equivalentes a 1,5% do PIB nacional, gerados por cerca de 22 mil empreendimentos solidários. Apesar do CJ nacional não depender prioritariamente de exportações, o setor monta estratégias para fortalecer as parcerias no MERCOSUL, na medida em que preços prefixados e apoio de políticas governamentais ao homem do campo protegem o setor. (FACES DO BRASIL, 2009). Existem os otimistas como Maria Miuet e Homts, ambos argentinos, acreditando que a produção restrita, fortalece o Comercio Justo e ainda em estratégias de divulgação dos benefícios do CJ no sentido de auxiliar a sedimentação dessa prática na América Latina. Para não sucumbir à crise, analistas do Comercio Justo

aconselham o fortalecimento do mercado local e o estreitamento das relações entre as organizações que se dedicam a atividade (CEVALLOS, 2009). Gabriela Frers, diretora para a América latina da Organização Mundial de Comércio Justo, informa que redes que comercializam com a Europa EUA e Canadá já registram perdas de 5% nos dois primeiros meses de 2009. 64% das vendas latino-americanas do CJ se dirigem ao hemisfério Norte, principalmente França, Espanha Itália e Grã Bretanha, além de EUA e Canadá. Em *La audácia de La esperanza*, publicado em 2007, o então senador Barack Obama cita o *Fair Trade* como um dos instrumentos capazes de diminuir os abismos sociais, no mundo.

4.1.4 Práticas da Economia Solidária: Cooperativismo

É necessário lembrar que em uma cooperativa o principal capital é o social, no entanto deve ser administrada como uma empresa do ponto de vista dos direitos e deveres dos cooperados. Segue legislação específica, porém visa o ganho pecuniário de cada membro na medida de sua função primordial prestar serviço aos sócios para que possam exercer a profissão e auferir ganhos pecuniários com o resultado de seu próprio esforço. O objetivo da cooperativa é a melhoria econômica do sujeito. Acredita-se que ao acessar maiores quantidades de bens e serviços atingirá outro patamar social, porventura almejado. O art. 3º da lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, celebra o contrato entre pessoas de forma recíproca para uma atividade econômica em proveito comum sem objetivo de lucro (na linguagem cooperativista denominada sobras). O cooperado é ao mesmo tempo proprietário e usuário da cooperativa. Ética seriedade, honestidade digna de confiança, portanto estão na base do cooperativismo, enfim não há desenvolvimento sem o fortalecimento do capital social.

O ganho social resulta do ganho econômico gerado uma vez que opera em uma sociedade capitalista. Dr. Erivaldo Araujo, presidente do Sistema OCB/ SESCOOP-Pa exemplifica o entendimento do cooperativismo como uma mesa sustentada por quatro pernas, onde a primeira é a necessidade. Os interessados devem reunir-se avaliando, prioritariamente, a exigência de existência daquele arranjo. Refletir se unidos poderão enfrentar desafios intransponíveis quando separados. Na medida em que produzirá algo a ser comercializado, a cooperativa necessita ter viabilidade econômica, cuja uma das variáveis é o mercado. Ela

necessita ainda de recursos aportados pelos cooperados: a chamada cota-parte, no entanto a legislação vigente prerroga que esta cota parte deve ficar preservada de gastos, pois é devolvida ao sócio quando ele deixa a cooperativa por qualquer motivo. A terceira perna é o gerenciamento empresarial. A função administrativa não requer ser exercida exatamente por um cooperado podendo haver contratação externa. A quarta e última perna é a chamada identidade cooperativista. Esta oferece a verdadeira medida de cada cooperado no papel de dono do negocio e como tal responsável pelo sucesso ou fracasso do mesmo. Estas pernas só se firmam se alicerçadas em um solo chamado confiança mútua, pois cooperativa é essencialmente uma sociedade de boas pessoas.

O cooperativismo na região norte e mais especificamente no Pará encontra barreiras culturais. Em 2008 foram registradas 738 cooperativas no estado das quais apenas 238 demonstraram condições para realizar recadastramento. A maioria foi extinta por falta de viabilidade econômica ou por falta de compromisso dos cooperados. Por outro lado, Dr. Erivaldo Araujo, cooperado fundador da UNIMED Belém, lembra que a empreitada iniciada em um porão do bairro da Cidade Velha com apenas 21 médicos hoje é uma potência dispensando maiores comentários. A Cooperativa Mista de Castanhal – CAMTA, encabeçada por nipônicos, é bastante longeva, contabilizando jubileu de ouro. Ainda na área de cooperativas agrícolas Araujo cita a CAST de Tailândia que processa castanha de caju e uma em Dom Eliseu concentrada em fruticultura. Em Tucuruí a COPAGRO centrada em derivados do leite.

O cooperativismo conta com linhas de fomento específicas tanto no Banco do Brasil, com o Cooperfat, quanto no Banco da Amazônia. Oferecem credito a juros baixos, a partir de apresentação de projetos. Em 2008 o Banco do Brasil financiou 120 microônibus para uma cooperativa de transportes em Parauapebas. O Banco da Amazônia também subsidiou uma cooperativa centrada na reciclagem de lixo no município de Moju. “Geralmente as linhas oferecem 6 meses de carência e 10 anos para quitar o debito”, conclui Araujo (2009). Na avaliação do então presidente, “o problema cultural do Pará é que o povo está acostumado ao assistencialismo o que causa inércia na busca por atividades empreendedoras” (ARAÚJO, 2009). Outro nó crítico ao alargamento do cooperativismo no Estado, segundo o médico, é o “não pagamento de dividas advindas de empréstimos bancários, inviabilizando novas solicitações de recursos” (ARAÚJO, 2009).

As cooperativas auxiliam na geração e circulação de riquezas no mundo todo. São 250 mil cooperativas na Índia e 70% da movimentação do capital do campo, na China, advêm de

cooperativas. Na década de 80 economistas estudiosos do chamado polígono do desenvolvimento elencavam quatro capitais imprescindíveis às nações: o capital natural, formado pela geografia, físico infraestrutural, conformado pelas intervenções antrópicas como vias, rodovias, usinas, etc, financeiro relativo ao PIB e o capital humano, sintetizado no que as pessoas eram capazes de agregar juntando se valendo dos três capitais. O Brasil apesar de estar bem aquinhado no primeiro e parcialmente no segundo, ainda carece de boas escolas, hospitais e toda a gama de serviços capazes de auxiliar os brasileiros a exercitarem suas capacidades. A ess~encia do cooperativismo se associa ao sistema Moda no tocante ao papel social da segunda enquanto importante geradora de postos de trabalho, auxiliando na circulação de riquezas.

5 MODA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

5.1 O SISTEMA MODA: reflexões teóricas

5.1.1 O que é Moda?

A moda ocupa, no mundo contemporâneo, um lugar de notável centralidade. Trata-se de um fenômeno mundial no qual o conhecimento sobre os universos que a tangenciam revestem-na de grande importância social, cultural e econômica. A questão da sustentabilidade está contextualizada na moda enquanto atitude inerente ao homem contemporâneo.

A palavra “moda” tem sua etimologia na palavra *fashion* que por sua vez vem do latim, *factio*, que significa fazer. François Baudot, associa moda e movimento como fenômenos siameses. A palavra “moda” é originária do substantivo feminino da língua francesa *mode, la mode*, e quer dizer: “uso, hábito ou estilo geralmente aceito, variável no tempo e resultante de determinado gosto, idéia, capricho e das interferências do meio” (FERREIRA, 2004, p. 344). Moda é também “um fenômeno social e cultural, de caráter mais ou menos coercivo, que consiste na mudança periódica de estilo e cuja vitalidade provém de conquistar ou manter determinada posição social” (FERREIRA, 2004, p. 344). caracterizando-a como uma “variável utilizada em estatística para determinar o que está em um conjunto de observações ou distribuição de frequência, o valor de ocorrência mais freqüente” (FERREIRA, 2004, p. 344).

Moda, no entanto, ultrapassa os limites do corpo adquirindo viés comunicacional através das civilizações. Na acepção de Gilberto Freyre, a Moda nunca foi frívola. “Ela é antropológica, sociológica e cultural” (FREYRE, 1987, p. 34). Mais que *Casa Grande e Senzala*, Freyre escreveu a própria história do povo brasileiro no seu mais puro conteúdo, nas suas marcas emocionais. O antropólogo analisava o sistema moda, inclusive como fator de inclusão social, por meio do discurso visual que ela possibilita. Além de fazer considerações sobre as diferenças culturais de gênero, ou seja, peculiaridades de manifestação vestimentar e social próprias do universo masculino e do feminino, Freyre sempre defendeu uma expressão genuína da identidade nacional por meio da moda.

Advirta-se de modos e de modas que, neste livro, são considerados sob perspectiva mais sociológica que em puros sentidos literários. Mais: admitindo-se, de modas, que sejam condicionadas por modos e de modos que não sejam, atualmente, só de homens, mas que venham crescentemente incluindo atuações de mulheres competidoras com homens. E ainda: que no contexto sócio-histórico brasileiro, os ritmos de relações entre modos e modas vêm, para o autor, variando, tendo sido um, antes de 1850, outro, em épocas seguintes, podendo-se dar destaque à década de 70, como início de significativo abasileiramento de modelos importados, por vezes passivamente. (FREYRE, 1987, p. 181)

5.1.2 Como surgiu a Moda?

Estudos revelam que a moda remonta ao século XVII. Naquela época, moda “significava, sobretudo uma maneira de ser” (BAUDOT, 2004, p. 8). Tal maneira traduzia-se por meio da organização vestimentar que o sujeito arquitetava sobre o corpo. Há relatos de que em Florença, no ano de 1532, um cidadão registrava a mudança de hábitos vestimentares em prol da diferenciação entre estrangeiros e florentinos. Escrevem as autoras: “Ao demarcar uma fronteira explícita entre ‘nós que usamos’ e ‘eles que não usam’ essas alternâncias de hábitos acionaram a ignição do culto da mudança nos modos com que o ser humano organiza sua exterioridade” (GARCIA; MIRANDA, 2005, p. 11).

No entanto, a literatura especializada frequentemente se refere ao inglês Charles Frederick Worth como o marco da moda no mundo, por ele ter criado o conceito de alta-costura. Segundo Moutinho (2005, p. 16), Worth foi o “primeiro costureiro a criar em Paris, uma *Maison de Couture*, [...] a apresentar seus modelos em desfiles com manequins e a cobrar preços bem mais altos que os usuais para quem quisesse usar sua marca” e, para Braga (2005, p. 63), “Worth vestia toda a prestigiada sociedade parisiense, inclusive Eugênia de Montijo, esposa de Napoleão III”. Ao fixar regras para a alta-costura parisiense sob a égide do Segundo Império, Worth fez da moda “um negócio para especialistas” (BAUDOT, 2002, p. 8). Entende-se, portanto, que a partir desse momento estabeleceu-se, ainda que de maneira intuitiva, “uma indústria da moda”.

A percepção de que o sujeito desejava ser admirado, reconhecido, lançando mão da organização vestimentar acessível a poucos, bem como de outros elementos que lhe conferissem a distinção de um grupo e a identificação com outro, alertou setores da sociedade,

sobretudo a indústria e o comércio, para a importância da moda como uma engrenagem que poderia movimentar muitos recursos. A criatividade humana aliada ao gosto por descobertas, por novidades e pelo exclusivo uniram interesses pessoais e/ou institucionais a arsenais tecnológicos e midiáticos na intenção de possibilitar a construção de novas formas de expressão do sujeito.

A contemporaneidade viu surgir verdadeiros impérios calcados exclusivamente em negócios de moda, como os conglomerados franceses LVMH, cuja principal marca é a tradicional Louis Vuitton. Em 2004 o grupo faturou 12,6 bilhões de euros, com lucro líquido de 1 bilhão de euros, “40% mais que no ano anterior”. Outros dois grandes grupos, *Printemps Redoute* e *Richemont* também utilizam a recente fórmula mercadológica de “reunir marcas-fetice em um mesmo conglomerado”, de maneira a fazer com que o luxo atraia os recursos do exigente mercado financeiro². É imperativo afirmar que tais faturamentos estão sempre acompanhados de altos investimentos em *marketing*. (LIPOVETSKY, 2005)

Há de se notar, entretanto, que moda e coerência eco-socio-responsável nem sempre são partícipes dos mesmos ideais. Em determinado período do século XVIII, a moda dos espartilhos condenou milhares de baleias à morte. Tal peça, imprescindível na composição vestimentar feminina, utilizava as barbatanas dos mamíferos como matéria-prima para afinar as cinturas das vaidosas mulheres. Compelidas a acompanhar a silhueta socialmente aceita na época, muitas tiveram seus diafragmas perfurados diante de apertos desumanos. Sob o clima quente e úmido dos trópicos, peles de raposas adornavam os pescoços aristocratas da Amazônia, abastados pelos recursos despejados durante o áureo período da borracha, em finais do século XIX. (VIGARELLO, 2006)

Os modernos celulares que conectam o planeta oferecendo conforto ao homem contemporâneo são os mesmos que materializaram a violência contabilizando mortos em dias de horror na cidade de São Paulo, em ofensiva gerada por presidiários, no dia 14 de maio de 2006, Dia das Mães, conforme divulgados pelos noticiários nacionais³. A Internet, que desintegra fronteiras geográficas aproximando pessoas, é a mesma que fabrica *cyber-sociopatas*. São objetos ou comportamentos de moda. Seduzem, conferem *status*, exprimem a subjetividade, alinham a realidade. Na tese de Baudot “a desordem organizada em constante mutação, dessa proveitosa aliança entre o acaso e a necessidade, entre a arte e a indústria, entre a exigência de exprimir-se e a de cobrir-se, não se pode formular uma história coerente

² Os dados apontados neste parágrafo foram coletados em <www.veja.abril.com.br> e <www.economistasdofuturo.blogspot.com>, durante o primeiro semestre de 2006.

³ Mais informações a respeito da violência a que nos referimos podem ser obtidas em <www.orm.com.br>

do venha a ser o ‘planeta Moda’.” (BAUDOT, 2002, p. 8).

Percebe-se, então, que a moda não é apenas a organização vestimentar utilizada para cobrir o corpo que anseia “discursar” sua subjetividade, mas um movimento que acompanha de maneira intrínseca o próprio desenvolvimento da sociedade e de diversas culturas. Na medida em que as transformações operadas pela moda interferem em todo o cosmo social, modificando hábitos, gostos, costumes, rearquitetando a polis, intervindo na arte, redesenhando corpos, transformando a vida, etc., ela não pode deixar de ser entendida como um campo de saber, que energiza direta e cotidianamente a existência do homem sobre a Terra.

5.1.3 Moda e novas formas de consumo sustentável

A noção de moda como forma de comunicação, linguagem visual pela qual o sujeito expressa seus valores, é bastante recente. Talvez por ser alicerçada em conhecimentos “supernovos”, a moda é constantemente ligada apenas ao vestuário, encontrando algumas barreiras sob o enfoque epistemológico.

Não é o objetivo deste trabalho, porém, discorrer sobre a história da moda. O enfoque que se busca está centrado na forma Moda como sistema comportamental contemporâneo, basicamente focalizado no uso e aproveitamento sustentável de determinado recurso natural ictiológico. No entanto, não se pode pretender pensar em moda sem fazer alusão à comunicação em sociedade, conforme afirmou Massimo Canevacci⁴ (2005. Informações verbais):

A moda não é roupa, é um conceito abstrato de comunicação corpórea. É um corpo cheio de mentes e de signos que o homem constrói para seduzir, para trazer a si. É um sistema de comunicação corporal ligado à arte e à metrópole. É o corpo cheio de mente que se coloca numa rua desterritorializada onde se coliga a um tipo de arte, arquitetura e comunicação polissexual.

A sociedade contemporânea é apresentada, quase diariamente, a novas formas de intervenções comunicacionais. A maciça presença da mídia no cotidiano é a prova da diversidade de meios encontrados pelo homem para interagir com seus pares, segundo Kathia Castilho e Marcelo Machado Martins (2005, Prefácio):

⁴ Canevacci, que é especialista em Antropologia Visual, professor da Universidade La Sapienza.

Pensar a comunicação em suas relações sociais e na sua relação com a moda, difusão, comercialização e adequação de produtos, quando inseridos como valor de mercado e bens de consumo, nos faz refletir sobre questões históricas e estéticas, do desenvolvimento criativo do desejo de informação e de significação dos objetos produzidos pela moda, de seu valor cultural e de mercado com diferentes abrangências que dizem respeito ao âmbito pessoal, social e ultimamente também, aos valores globalizados e à rapidez na difusão, mutação e propagação desses valores”.

Ocorre então, uma revolução silenciosa, na qual a arma é a motivação natural que impulsiona o homem em direção à novidade. Pode-se até dizer que tal motivação é transversal, pois em algum momento passa pelo desejo permanente que o sujeito contemporâneo sente de estar na moda ou em protagonizar discursos de moda. É nesse sentido que Castilho e Machado Martins (2005) ponderam:

É notável a alta receptividade da moda em absorver e descartar com a mesma intensidade valores de uma determinada época, de um determinado momento por meio de uma voracidade e antropofagia de conceitos que se transformam em tendências cada vez mais rapidamente (CASTILHO; MACHADO MARTINS, 2005. Prefácio).

Este sentimento de aproximação de códigos dignificantes é peculiar ao sujeito. O exemplo da longevidade do sentimento são as “leis suntuárias” instituídas por nobres na Idade Média cujo um dos vieses era impedir castas inferiores o consumo de determinados tipos de produtos exclusivos à nobreza. Até a organização cromática vestimentar servia de delimitador social, a exemplo da cor púrpura, privilégio de poucos. No discurso de Carol Garcia e Ana Paula de Miranda (2005, p. 13):

O maior incentivo nessa direção teria vindo dos duques da casa de Valois (1364-1477), na Borgonha, os quais mais poderosos que seus pares de outras regiões européias, criaram as leis suntuárias no sentido de refrear a disseminação de suas preferências vestimentares fora dos círculos da nobreza.

Aproximar-se do supostamente acima de si na pirâmide social, portanto, é um desejo secular da humanidade e se torna cada vez mais evidente com a transformação das economias mundiais no tocante ao estimulado consumo. Há de se considerar ainda, porém, que o sujeito não pretende ser “tão diferente” a ponto de distanciar-se de seus pares e perder a identidade de seu grupo, nem “tão igual”, ao nível de se perder na homogeneidade, conforme Gilles Lipovetsky (1989, p. 53), “desse duplo movimento de imitação para obter distinção, e diferenciação, nasce a mutabilidade da moda”.

Sendo a moda estreitamente ligada ao comportamento das sociedades, é sob esta ótica que se encontra a ligação entre moda e desenvolvimento sustentável, tema contemporâneo, integrado ao das preocupações dos homens do século XXI.

Alguns teóricos afirmam que “a ecologia está na moda”. Porém, por definição, moda é algo que encontra uma massa expressiva de adeptos a alguma coisa, por um período de tempo⁵. Moda não é constante. Moda passa. O *Art-nouveau* foi substituído pelo *Art-Dèco*, que deu lugar ao Moderno e assim por diante. *Jazz* foi moda, *Bossa Nova* ídem, *Discothèque* também, *Axé Music*, todos sucedidos por “novas modas”. No entanto, mesmo no mundo da moda existem os clássicos. Aqueles atemporais, “eternos”, que conseguiram estar acima do universo *fashion*. Camisas Pólo, diamantes, a cor preta, são alguns exemplos de modas consideradas atemporais. Nesta perspectiva atenção ao sujeito e ao meio ambiente necessitam ser incorporados em atitudes cotidianas. Somente sob esta lógica “política-ambientalmente” correta seria interessante associar a eco-socio-responsabilidade à moda. Não como algo “que todo mundo está usando”, mas sim o que todos “irão usar sempre”.

Na avaliação de Nazaré Imbiriba⁶, “o que derruba a mata é a fome” (IMBIRIBA, 2005). Segundo a estudiosa, não se pode ousar impedir o ribeirinho de “vender seu quintal” para comprar alimentos e até um certo conforto, como televisão ou geladeira. Se ele não encontra outra forma rentável de subsistência, vai se tornar um fio condutor para a destruição da floresta. As políticas ambientais são diversas, assim como diversas são as soluções pensadas para a preservação da Amazônia, sugeridas por “ternos e gravatas” confortavelmente instalados em seus gabinetes. Aceitariam essas pessoas trocar de lugar com o sujeito que precisa privar-se do mimo mais medíocre, para, em troca de “nada”, manter a árvore “em pé”? Pouco provável! A sobrevivência da floresta passa pelo convencimento de que a mata viva vale mais que morta. Para isto, é imperativo que esse amazônida, historicamente extrativista, encontre meios de vida em recursos florestais não- madeireiros de forma ecologicamente correta e sustentada.

Segundo o SEBRAE, organismos que dedicam atenção à ecologia têm sua imagem melhorada perante a sociedade. Empresas dos mais diversos portes procuram realizar coletas seletivas, buscando o reaproveitamento de resíduos. Publicam, por exemplo, seus balanços contábeis ou emitem extratos bancários em papéis reciclados. Nessa mesma dimensão, o sujeito contemporâneo se revela a seus pares como alguém perfeitamente integrado às questões de seu tempo, dentre as quais estão o discurso da sustentabilidade. Desta forma, tal

⁵ Cf. as diferentes acepções arroladas sobre o termo, no início deste capítulo.

⁶ Secretaria Nacional do Programa Bolsa Amazônia – Consultora da UNESCO.

sujeito redireciona suas opções de consumo para produtos que reflitam sua “consciência eco-socio responsável”, adotando bens reciclados ou recicláveis, energias renováveis e atenção ao sujeito socialmente mais frágil (SEBRAE, 2009).



Foto 3: Cosméticos ecosustentáveis desenvolvidos pela Empresa Natura
Fonte: Revista Elle Mexico, fevereiro de 2010, p. 111

A consciência sócio-ambiental é algo recente e mais fortemente percebida em países do dito “Primeiro Mundo”, notadamente os da Europa, que são os que já destruíram suas florestas e esgotaram a quase totalidade de seus recursos naturais. Talvez por não contarem mais com tais recursos e necessitarem prosseguir em sua escalada de crescimento, se vejam dependentes economicamente de países como os da América Latina ou do Oriente Médio. Por outro lado, a mídia, através de campanhas de *marketing* muito bem planejadas, começa a criar uma nova cultura de consumo, sobretudo nas regiões do planeta cujos habitantes já têm supridas suas necessidades básicas de desenvolvimento como saúde, educação e segurança. Assim sendo, existe uma parcela da população mundial que direciona, por muitas vezes, suas preferências de consumo a produtos que sejam consoantes com suas idéias de preservação ambiental e respeito ao homem.

Tanto na Europa, berço da indústria de cosméticos francesa *Loccitane*, quanto nos Estados Unidos, sede da multinacional *Lush Lush*, outra fábrica de cosméticos, e também no Brasil, algumas empresas de grande porte utilizam o mote “ecologia” como uma poderosa ferramenta de *marketing*. Mostrando a imagem de “alguém” que respeita o meio ambiente e que adota ações ecologicamente corretas, conseguem posicionar-se no cenário internacional, expandindo sua marca de forma vantajosa. A empresa de cosméticos brasileira Natura é um

claro exemplo do *eco-marketing*. Criando uma linha ligada direta e semanticamente à ecologia, a linha *Ekos*⁷, a empresa conseguiu firmar-se entre as grandes do mundo. A base é a biodiversidade amazônica.



Foto 4: Produtos ecossustentáveis
Fonte: Revista Elle Mexico, fevereiro de 2010, p. 119

Evocando “a força e a energia da floresta”, a Natura, que cognominou a castanha-do-pará de “Castanha do Brasil”, comercializa xampus, sabonetes, óleos essenciais, onde andiroba, cupuaçu, murumuru, breu branco e a famosa raiz de pripioca - de perfume fresco, amadeirado e picante - fazem muitos dólares adentrarem aos cofres da empresa, segundo seu próprio balanço contábil. Intitulando-se “ambientalmente responsável e comprometida com a construção de um mundo melhor”, a empresa informa que desvendou os “segredos da floresta até então restritos aos nativos das matas” (NATURA, 2009). Infelizmente não se encontrou em nenhuma das fontes pesquisadas relatos sobre os benefícios que a Natura levou “aos povos da floresta”.

⁷ Cf. origem etimológica da palavra *ecologia*, a que nos referimos acima.

5.1.4 Uso e aproveitamento dos recursos naturais no mercado de Moda: diálogos possíveis?

As reflexões sobre o Sistema Moda focado nos recursos naturais tem relação direta com a Amazônia e com novas atitudes sociais, na medida da relevância quanto o uso racional da biodiversidade ao *modus vivendi* contemporâneo.

Do ponto de vista epistemológico, a moda, se configura em um complexo campo de conhecimento apoiado em ciências como a antropologia, sociologia, economia, comunicação e outras ainda. Na medida em que tem o "poder" de construir e modificar o *habitus*, a *polis*, o *homo*, não pode ter seu raio de influência ignorado. Muito mais que roupa, a moda deve ser entendida sob a ótica do comportamento. É uma forma de expressão do sujeito. Para Lipovetsky (1989, p. 23), "O homem muda o mundo e os chamados Movimentos de Moda são imperativos em tais transformações". Com relação ao *Fair Trade*, para que uma marca possa ostentar o selo de sustentável é necessário primeiramente que desfralde a bandeira da ética. Vale ressaltar que os entraves para o posicionamento de um produto sustentável vão desde a má fé em "dotar de selos eco-socio-responsáveis" produtos que, na verdade, maculam não só o meio ambiente, mas, sobretudo, o homem amazônico, até a complexa logística para posicionamento mercadológico. Do ponto de vista ético, não se pode dizer que um produto é sustentável apenas por utilizar tururi, curauá, gemas orgânicas, ou porque o processo fabril inclui mão-de-obra comunitária. A atitude sustentável a ser refletida no produto, requer muito mais que usar insumos amazônicos ou oferecer trabalho às camadas menos favorecidas da população.

Logicamente se faz necessário a integração de uma rede de relações estruturadas na direção de uma "moda sustentável". Por outro lado o entendimento do que seja sustentabilidade está impregnado de um forte viés cultural. A realidade européia, por exemplo, é bastante diversa da nacional. Eles possuem uma gênese histórica diferente da brasileira, a matriz racial formadora do *homo brasilis* é única e assim por diante. Cada sociedade tem seu perfil, sua verdade. Portanto não se pode generalizar.

O mosaico regional é de uma delicadeza praticamente etérea, seja do ponto de vista social, ambiental, ou econômico. Por muitas vezes, o sujeito é compelido a desempenhar o papel de vítima e algoz simultaneamente, quando se trata de um comportamento sustentável. Seja na favelização da periferia urbana seja na fronteira ribeirinha ou do campo, as soluções não são simples. Neste quesito a academia desempenha papel fundamental. "Há de ficar bem

claro para as instituições de ensino o desafio da interdisciplinaridade como instrumento ao avanço científico e, efetivo benefício social” (MITSCHIN, 2008, anotações de aula).

Porventura Belém, enquanto uma das capitais mais importantes da região Norte poderia se configurar em um "pólo de moda sustentável"? Seria imperativo a articulação dos diversos atores sociais, estivessem eles na esfera pública ou privada, deveriam ser capazes de produzir cenários favoráveis focados no desenvolvimento sustentável local, sem perder a noção do global. O desafio, portanto, é hercúleo. Encontrar mecanismos capazes de respeitar as especificidades regionais utilizando-as como diferencial mercadológico é o grande paradigma que a Amazônia impõe ao século XXI. É fundamental perceber a moda enquanto fator de inclusão por conta das categorias produtivas e sociais que abrange. Estimular o desenvolvimento da moda local sob a ótica da sustentabilidade é criar diálogos com instâncias nacionais e globais, atreladas ao imenso potencial regional no sentido das necessidades do povo paraense.

A exploração sustentável dos recursos naturais calcados no neoextrativismo é apenas um dos pilares capazes de fornecer perspectiva de desenvolvimento para o amazônida. É inegável que o *Amazon Power* ainda é bastante significativo tanto no cenário nacional quanto internacional. Por outro lado alinhar o discurso da sustentabilidade à prática, sobretudo do ponto de vista econômico não é tarefa fácil. Ademais a contextualização histórica da colonização do Brasil. De Cabral às políticas traçadas pelo estado Nacional para a Amazônia, embasadas no crescimento econômico e não no desenvolvimento regional, provocam dinâmicas complexas resultando em formatos conjunturais diferentes da tríade desejada: socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável. Existe ainda a necessidade de articulação de políticas públicas relacionadas ao aparato fiscal-tributário voltadas às empresas que tentam gerar trabalho e renda a partir de insumos naturais sob a ótica sustentável. Contudo, os mais importantes observatórios de tendências do planeta apontam para um *modus vivendi* sustentável. Afirmam, portanto, que em um futuro próximo, o produto que não passar necessariamente pelo conceito da sustentabilidade, não encontrará mercado. (IPSOS, 2008).

Sob a ótica do senso comum, basta folhear revistas ou acessar *sites* para se perceber o *eco-marketing* saltando aos olhos: são "carros-verdes", energias alternativas, produtos recicláveis, biodegradáveis e toda sorte de opções para "salvar o planeta". Evidentemente qualquer empresa visa lucro, porém uma nova atitude está se firmando no cenário pós-moderno. O *new concepts* em relação à sustentabilidade talvez seja um processo lento, todavia

quanto mais demorado ele for, menos chance a Amazônia terá de se desenvolver de maneira sustentável.

Existem meios de formatar um cenário favorável à sustentabilidade? Provavelmente, no entanto o assunto é extremamente complexo, porém é fundamental o entendimento quanto à conscientização de que o desenvolvimento local passa necessariamente pelo viés da sustentabilidade. A lógica que atrela moda à futilidade ficou na medievalidade. O sujeito contemporâneo busca a moda como viés de expressão. Exercita identidade e alteridade por meio das construções que realiza sobre o corpo. Seria interessante o empresariado local prestar atenção nesse novo consumidor-consciente e buscar a aderência da proposta da marca ao produto. Empresas nacionais, hoje transnacionais, calcam todo seu posicionamento mercadológico na Amazônia. Não apenas a indústria fármaco ou estética podem realizar bons negócios baseados na biodiversidade local. Existem fibras, frutos e uma diversidade de produtos e subprodutos que, baseados no extrativismo sustentável, seriam capazes de fazer frente aos anseios tanto do consumidor quanto do produtor.

Há o alerta para a necessidade de que o conhecimento produzido na academia não fique apenas no âmbito da reflexão teórica, mas possa imergir em problemas de ordem prática. A vida real das comunidades amazônicas exige uma visão holística. Portanto o conhecimento tratado de maneira interdisciplinar é central para dar conta das preocupações focadas na gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local. Somente por meio da pesquisa o homem é capaz de buscar avanços sejam eles sociais tecnológicos ou científicos em direção a uma civilização mais justa e inclusiva (ROCHA, 2009⁸).

5.1.5 Moda e Comercio Justo: possibilidades e desafios

O Comércio Justo - CJ, conceituado como “um sistema adotado mundialmente, para garantir condições de troca para produtos em desvantagem comercial”, prima por valorizar produtos éticos, inseridos aqui o respeito ao meio ambiente, condições laborais dignas no sentido da inclusão social e econômica de pequenas produções, apoiadas por relação comercial transparente e justa remuneração visando o desenvolvimento sustentável no âmbito local, nacional e internacional (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2008).

⁸ Gilberto de Miranda Rocha é Coordenador do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.

Com o advento do *e.commerce*, tais mercadorias estão disponibilizadas na *web*, por meio de consórcios a exemplo do Sinchi Sacha, sediado no Equador e Bolsa Amazônia, em Belém. Este último faz parte da Rede Bolsa Brasil. É pertinente relevar que dentre os traços característicos do consumidor sensível ao CJ, via Sistema de Economia Solidária, estão valores éticos e estéticos elevados, maior poder aquisitivo e consciência socioambiental apurada. São pessoas para as quais o bem imaterial intrínseco ao produto, justifica o acréscimo percentual final. Estudos revelam (CANEDO, 2007) que o processo de consumo não é mais motivado apenas pela necessidade material, no entanto, é antes de tudo, uma experiência sensorial. Logicamente tal sensação é predominante estratificada nas camadas mais altas da pirâmide social, na medida em que o sujeito ali posicionado encontra satisfeitos, seus requerimentos básicos ligados à qualidade de vida. Ressalta-se ainda a jovialidade dessa prática de aquisição no Brasil, sobretudo na Amazônia, onde 70% da população apesar de residir na urbe habita a periferia (MITSCHHEIN, 2009). Não se trata de comprar algo “por caridade”, mas por convicção de “estar fazendo sua parte”. É um público culto, formador de opinião e mais alinhado às grandes questões mundiais, ciente dos reflexos globais das atitudes humanas.

Em recente pesquisa realizada na França em 2008 pelo CODER mostrou que 68% dos entrevistados estaria disposto a pagar até 42% a mais por um produto menos impactante ao meio ambiente e 36% se ligado ao cosmo social de populações desfavorecidas. É visando o consumidor desse tipo que o Instituto Peaberu já conta uma década de atuação no *locus* amazônico, inclusive no nordeste paraense território da RESEX MGC *habitat* da pesca artesanal. No Programa “Negócios Inclusivos”, a meta é posicionar mercadorias em feiras e eventos pretendendo inserir “grupos economicamente vulneráveis” ao mercado “por meio de cadeia de valor de produtos e serviços inovadores da sociobiodiversidade Amazônica”. Segundo a ONG a intenção de “transformar” grupos dissociados do mundo capital em “agentes economicamente ativos”, ao mesmo tempo em que presta assessoria técnica à comunidade curuçaense, dentre outras, focando o “empreendedorismo e a valorização/conservação dos recursos naturais” (PEABERU, 2009).

De acordo com o SEBRAE Nacional, que inclusive lança sistematicamente editais de apoio ao Comércio Justo, existem 3 mil lojas com este perfil na Europa, continente onde até março de 2008 96 mil voluntários voltavam suas atenções ao CJ. A primeira loja surgiu em Amarantes, Portugal e se espalhou pelo velho mundo. Segundo o órgão o Brasil conta com 300 instituições ligadas ao assunto. Por meio do Programa Comércio Justo, o SEBRAE

Nacional investirá durante o biênio 2008/2010, o montante de R\$ 567.000,00 mil reais no posicionamento de produtos no mercado interno, de mercadorias provenientes de pequenos grupos comunitários “Como uma forma de disseminar o conceito e sensibilizar o consumidor que tem papel fundamental para fazer o comércio justo e solidário acontecer” informa Louise Machado, coordenadora do programa no SEBRAE (AGÊNCIA SEBRAE NOTÍCIAS, 2008).

O economista Ladislau Dowbor* avalia a posição do país no que se refere a ES, refletindo que a maior inserção do Brasil no cenário internacional passa pela habilidade estatal em combinar vertentes econômica, social e ambiental alinhando-se a tendência mundial no sentido de reorientar a forma de “agregar indicadores econômicos, inclusive o PIB, inserindo o viés socioambiental” para dimensionar o impacto desse indicador “sobre a qualidade de vida das pessoas”. (IPEA, 2009). A política comercial da União Européia destinou 10.000,00 de euros para “países em desenvolvimento, nomeadamente que desenvolvam novos produtos do Comércio Justo”. Ainda segundo o periódico a UE apóia programas de sensibilização ao CJ, práticas inovadoras e análise da cadeia produtiva. (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPÉIA, 2008).

* Pesquisador e professor-doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

6 O MUNICÍPIO DE CURUÇÁ

6.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

6.1.1 História e Cultura

A fazenda, erguida sob a devoção de Nossa Senhora do Rosário, deu origem à atual cidade de Curuçá. Sua origem está relacionada com a presença dos missionários da Companhia de Jesus na região às margens do rio Curuçá, durante o século XVII, a partir estabelecimento de missões religiosas naquele território. Primeiramente, os jesuítas ficaram acampados na localidade, hoje conhecida por Abade, no entanto o lugar não lhes provia das condições básicas de sobrevivência (água escassa e de péssima qualidade). Na busca por outro local às margens do rio Curuçá, encontraram uma feitoria de pesca, onde posteriormente, estruturaram uma fazenda, batizando-a com o mesmo nome do rio (que na língua tupi significa — cruz“), denominação esta que perdurou até 1755, passando a chamar-se Vila Nova D’El rei, quando os missionários foram expulsos na região por ordem da Lei Pombalina. A independência do Brasil desenhou novo ordenamento regional, o que levou o já município de Curuçá ser extinto, em 26 de abril de 1833, ficando seu território anexado ao município de Vigia.

Após sucessivas revoltas de populares, chegou a região o tenente Boa Ventura Ferreira Bentes, restabelecendo a paz local, fazendo com que seus habitantes concordassem em lavrar uma declaração, no cartório do Juiz de Paz, segundo a qual prometiam conservar a ordem e a paz pública. Durante a Cabanagem, a antiga vila de Curuçá foi alvo de vários ataques dos revoltosos. Em um desses ataques, os cabanos destruíram o arquivo da câmara, restando apenas um livro de Atas, referente ao período de 1831-1833, que serviu de protocolo para a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Marapanim, instalada sobre as ruínas da vila de Curuçá.

Em 1854, segundo a Resolução nº 269, de 16 de outubro, o Governo Provincial autorizou a mudança da sede municipal para o lugar denominado Ponta do Abade. Diante da resistência dos habitantes, a transferência não chegou a ser efetivada, permanecendo, assim,

em Curuçá a sede do município. Em 1930 foi a vez de Curuçá incorporar as terras de Marapanim, diante da extinção deste último, no entanto em 1931 as terras voltam à integrar Marapanim e no ano seguinte é Curuçá que perde autonomia passando a ser anexado ao território municipal de Castanhal, mas restabelecido em 1933. Em 1938 as terras do distrito de Monte Alegre de Maú, pertencentes à Curuçá, foram encampadas por Marapanim. Quarenta e dois anos mais tarde, parte do território curuçense é desmembrado para formar o município de Terra Alta, obedecendo a Lei no. 5.709, de 27 de dezembro de 1991 (BEZERRA, 2005).

Com relação aos aspectos culturais, destacam-se três festividades religiosas: A Festa de São Pedro, em 29 de junho; a de Nossa Senhora do Rosário, no segundo domingo de setembro e em homenagem a São Benedito, no terceiro domingo de dezembro. O sagrado se mistura ao profano nas afro-tradições do Boi Bumbá, Grupos de Pássaros e de Rodas de Carimbó ancestrais. Por outro lado o artesanato não guarda características próprias, se fazendo insipiente do ponto de vista da relação identitária população/ região. Dados do IBGE demonstram que Curuçá é carente quanto ao aparelhamento cultural, contando com apenas uma única biblioteca pública, mantida através de um convenio interinstitucional.

6.1.2 Localização e importância estratégica

O Pará é formado por 143 municípios distribuídos em uma área de 1.247.689,515 km². Com população estimada em 7.065.573 de habitantes, 1.247.689,515, estão em Belém, a capital. (IBGE, 2007).

Curuçá pertence a mesorregião do nordeste paraense e a microrregião do Salgado. Ao norte, limita-se com o oceano atlântico, a leste com o município de Marapanim, ao sul com o de Terra Alta e a oeste com os municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta. A cobertura natural original, floresta primitiva, foi removida, extensiva e intensivamente, para dar lugar a culturas de subsistência. As florestas de mangue ocupam porções litorâneas e semi-litoraneas onde há influencia da salinidade marinha. A pobreza morfológica do relevo é compensada pela rica hidrografia, formada por igarapés, furos e rios onde os mais importantes são Mocajuba e Curuçá. Existem ainda diversas ilhas de considerável extensão e formação recente, que se comunicam por furos e apresentam praias atlânticas. O clima é classificado como Equatorial Amazônico, sendo que o período mais chuvoso é de janeiro a junho, com

temperaturas variando entre 25° e 27°.

Curuçá abrange uma área de 673,27 km² incluindo 13 ilhas acessadas por via marítima ou fluvial, onde a mais populosa é a do Mutucal (RENAS, 2008). Em 2007 o município tinha uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 30.975 habitantes, quando 19.202 estavam na zona rural e 11.777 na zona urbana. A população masculina somava 16.068 e a feminina 14.877. A cidade é acessada por rodovia, conta com mercado municipal, delegacia de polícia, sindicato rural, agências bancárias, serviço de telefonia e de correios, poucas indústrias e somente escolas públicas.

Com relação à educação, 7.205 pessoas estavam matriculadas no ensino fundamental e 1.600 no médio. O traçado urbano em forma de xadrez e todas as habitações mescladas em entre alvenaria e taipa, desfrutam de energia elétrica. Um breve panorama sobre o consumo residencial de energia elétrica demonstra que em 10 anos este passou de 3.048.281 kw/h para 5.137.411 kw/h. (REDE CELPA, dados de 2006). Ainda hoje, passados quatro anos das investigações do Projeto RENAS, nota-se que a economia é maciçamente apoiada na agricultura (farinha, mandioca, arroz, pimenta em grão) e na pesca, verificando-se baixa atividade agropecuária, com insipiente avino e suinoculturas, basicamente para subsistência⁹. O mercado atacadista é inexpressivo, assim como a atividade de transformação industrial. (RENAS, 2008).

6.1.3 Manejo dos recursos naturais: aspectos ambientais, sociais e econômicos

O porto do Abade, localizado na cidade de São João do Abade, a 4km de Curuçá, ocupa importante papel na atividade pesqueira da Zona do Salgado, sendo o principal ponto de desembarque e abastecimento tanto do mercado local quanto externo. (RENAS, 2009). Contudo, ao analisar o relatório IBGE, 2007, do ponto de vista da atividade econômica percebe-se expressivo número de estabelecimentos comerciais, no entanto a partir do estoque de emprego a administração pública vem em primeiro lugar gerando 352 empregos.

Nota-se que nesse cenário a pesca não encontra destaque ficando diluída no contexto agropecuário, que gera 212 empregos. Com relação ao agronegócio, não se conseguiu perceber a relevância da produção pesqueira para o município. O relatório ressalta a área

⁹ Pesquisa de campo realizada em 2005 pela socióloga Adriana de Aviz, integrante do Projeto RENAS à época.

colhida na lavoura permanente apontado o principal produto como o maracujá com 3.682 toneladas colhidas gerando R\$1.105,00. O principal rebanho se concentra na avicultura com 285.500 animais, no entanto o maior volume de receita R\$32.000,00 é gerado pela na comercialização dos ovos. O extrativismo vegetal produziu 16.400 m³ de lenha arrecadando R\$98.000,00 mil reais.

Ora, em um município onde: a) Produto Interno Bruto - PIB/per capta (2004) de R\$2.008,98; b) Receita própria de R\$714.932,31(2003), contra R\$7.999.104,31(2006) em transferências constitucionais; c) O maior potencial local, a pesca artesanal (IBGE, 2007), é transparente para políticas municipais; d) A agricultura familiar gerou pouco mais de mil reais; e) A comercialização de ovos galináceos, 32 mil reais e a derrubada da mata 98 mil reais, portanto, 98 vezes mais que a fruticultura e o triplo da avicultura, é perfeitamente explicável porque o manguezal se transformou em fumaça em menos de 10 anos e os abismos sociais continuam se aprofundando. Por outro lado a cidade possui uma zona eleitoral, 37 locais de votação e 75 seções onde votam 21.636 eleitores, ou 32,17 eleitores por km². Em 2008 elegeu 8 vereadores, onde o Partido da Frente Liberal - PFL foi a maioria e um prefeito, hoje do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, mas que em 2004, candidatou-se pela legenda do Partido Liberal - PL. Perdeu por 613 votos para o outro candidato.

Com relação ao aspecto econômico da extração e uso dos recursos naturais, vale uma observação sobre o porto do Abade, localizado na área da RESEX MGC. Esse porto que ocupa importante papel na atividade pesqueira da Zona do Salgado, sendo o principal ponto de desembarque e abastecimento tanto do mercado local quanto externo (RENAS, 2008). Nas imediações se encontram instaladas



Foto 5: Campasa: Vista externa
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009.

além do movimentado Mercado Municipal, a sede da Camarões do Pará - CAMPASA, empresa exportadora de pescado filetado, oriundo da pesca artesanal e dona da fábrica de

gelo, responsável pelo abastecimento municipal e região. O complexo porto/ mercado/ indústria está no âmbito de ingerência da RESEX MGC, PA.



Foto 6: Campasa: Vista interna 2
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009



Foto 7: Vista interna da Campasa – chegada de remessa de pescado em um dos portos da empresa (1)
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009



Foto 8: Vista interna da Campasa – chegada de remessa de pescado em um dos portos da empresa (2)
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009



Foto 9: Vista interna da Campasa – pescado para filetagem
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009

A estratégia utilizada para evitar, ou pelo menos, reduzir impactos nocivos causados ao meio ambiente e populações tradicionais, por meio das RESEX, mais bem sucedida será quanto maior for o conhecimento das realidades sócio-ambientais *in situ* e a capacidade de diálogo entre os diversos atores, fundada na gestão participativa (FURTADO, 2003, p. 2).

7 ASPECTOS DA PESCA ARTESANAL EM CURUÇÁ

7.1 A PESCA EM CURUÇÁ: ÁREA DE INFLUÊNCIA DA RESEX MGC/PA



Foto 10: Pescadores artesanais revisando petrechos de pesca, Porto do Abade, Curuçá/PA
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em novembro de 2009.

Grande parte da população amazônica possui herança indígena. Os ribeirinhos, caboclos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco e pescadores artesanais, entre outros, constituem uma categoria conhecida como “populações tradicionais” (SEPAq, 2008; RENAS, 2007). É imperativo ressaltar a notória ligação dessas populações com o universo da pesca, seja do ponto de vista da subsistência, do comércio ou do simbólico, fazendo com que a atividade vá para além de um negócio (MORAES, 2008).

A pesca artesanal é definida como a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias que utilizam pequenas quantias de capital e meio de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em

conhecimentos empíricos (MORAES, 2008; FURTADO, 2009). Contribui, ainda, para a manutenção da diversidade cultural vinculada à atividade de pescadores, coletores de crustáceos/ mariscos. Já para a Colônia Z5 é considerado pescaria artesanal a realizada em embarcações com capacidade para até 12 toneladas de pescado. Muitas destas já se utilizam de equipamentos moderadamente sofisticados para localização de cardumes.

Uma das principais características da pesca artesanal é, sem dúvida, o uso de uma variada modalidade de artes de captura, muitas vezes usadas combinadas de acordo com a oportunidade, a estação do ano (MORAES, 2008). As artes de pesca são também adaptadas aos ambientes e à(s) espécie(s) alvo das pescarias. As redes de emalhar e enredar são muito utilizadas, tanto em água doce como no mar. Linhas são usadas com um terço da frequência das redes. No litoral as artes fixas, como os currais de pesca, também ganham destaque. Outra característica da pesca artesanal é o seu caráter difuso, isto é, os desembarques nem sempre são concentrados em locais específicos, mas em pequenos portos ou vilas, os quais, muitas vezes, não possuem nenhuma estrutura especial para tal. (MORAES, 2008; FURTADO, 2007).



Foto 11: Porto do Iupura, em Curuçá/ PA
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009.

A cadeia produtiva ictiológica no município de Curuçá tem sua base nas embarcações artesanais concentradas maciçamente no Porto do Abade. O esforço de pesca é entre 6 e 12 dias. Os tipos de petrechos são de espinel e rede grossa (malheiro 0.40) para captura da pescada amarela, pescada gó e serra. A maioria das embarcações artesanais varia de 1 a 3 toneladas de capacidade. A produção é comercializada majoritariamente *in natura*

diretamente no porto. O preço varia dependendo da espécie. A mais valorizada é a pescada amarela que o pescador passa ao atravessador, em média, a R\$5,00 o kilo. O peixe-serra e tainha são vendidos a R\$ 3,00. As espécies menos valorizadas como a pratiqueira e pescada go, geralmente são comercializadas a R\$1,00. O atravessador, por sua vez, revende o produto da pesca por R\$ 8,00 em média.



Foto 12: Pescadores artesanais saindo para o esforço de pesca, Porto do Iupura, Curuçá/PA
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009.

No período de safra o valor do pescado baixa ainda mais. Na região do salgado, onde está localizada a RESEX MGC, este período é compreendido entre dezembro a junho/ julho, portanto de agosto a novembro, considerados meses de verão pelos pescadores, ocorre a piracema, quando a produção diminui drasticamente aumentando o esforço de pesca. “O esforço de pesca é maximizado, pois o trabalhador necessita levar as embarcações a distâncias maiores, afastando-a sobremaneira do litoral”, revelam os pescadores entrevistados. O pescado escasso majora o valor da comercialização. O proprietário, corriqueiramente, utiliza tecnologias simples e se responsabiliza tanto pela viagem de pesca quanto pelo conjunto da mão de obra, formada pelos familiares ou parceiros. No entanto, não raro, utilizam

encarregados contratados para pescar, remunerando um valor proporcional à captura e posses do contratado como petrechos e canoa próprios (FURTADO, 2003, p. 4) e SEPAq (2008).



Foto 13: Atravessadores e/ ou balanceiros no aguardo do pescado, Porto do Iupura, Curuçá/PA
Fonte: Pesquisa de campo, realizada em agosto de 2009.

A renda média mensal do pescador é proporcional ao porte do barco, uma vez que suportam maior produtividade compensando os baixos preços do pescado no mercado local, sendo 2,5 vezes maior para os pescadores de barcos grandes. Já a comercialização é operacionalizada pelo chamado “balanceiro” que pesa o pescado no desembarque e atua como intermediário na venda da mercadoria tanto para o consumidor final, como para varejistas. (SEPAq, 2008). Desta forma, a pesca artesanal, meio de vida para muitas famílias há alguns séculos, é diversificada, dependendo do ambiente em que é praticada (*ribeirinha, de lago, costeira, de beira, mar alto ou pesca de fora*); os métodos de captura (*peca de curral, de tarrafa, de espinhel, de rede, de anzol*) e o destino da produção do pescado, se para o consumo doméstico ou comercialização, incluindo aqui uma extensa cadeia que passa pela industrialização quando os pescadores são fornecedores diretos para as “fábricas de peixe”. (FURTADO, 2003, p. 3). Além da cidade de Curuçá, 51 comunidades configuram a RESEX MGC. Na sede municipal, os pescadores se concentram nos bairro Umarizal, Alto e Piauí-Pa (RENAS, 2009).



Foto 14: Pesca artesanal no Pará
Fonte: FURTADO (2002, p. 28)

Em 2008 a produção pesqueira desembarcada do município foi de 1.539 toneladas representando 2% do Pará, conferindo o nono lugar no cenário estadual, dos vinte municípios monitorados pela SEPAq durante este período.

A exploração de recursos pesqueiros na Amazônia sempre se revelou como uma das atividades tradicionais e permanece até hoje com suas características predominantemente artesanais, utilizando tecnologia simples para a captura. SEPAq (2008). A pesca artesanal em Curuçá não é diferente da praticada de outros pontos da Amazônia e do Pará do ponto de vista de seu manejo e problemas. Em síntese, os principais nós críticos da pesca em águas interiores da região são:

- a) a tendência à sobreexploração de um número reduzido de espécies;
- b) A fragilidade da indústria de beneficiamento, que resulta em baixo valor adicionado na região;
- c) A existência de pontos de estrangulamento na infra-estrutura, em especial no que se refere à capacidade de armazenamento de pescado para o período de entressafra.

A pesca, ou seja, a captura de espécies aquáticas silvestres pode ser dividida entre a empresarial e a artesanal. Os dois tipos ocorrem no litoral do Pará e do Amapá e no estuário, no Arco do Povoamento Adensado, bem como nas águas interiores, sendo a pesca artesanal mais difundida nos afluentes. Além de ser uma fonte de emprego e renda, o pescado, inclusive

o camarão e o caranguejo, constitui elemento essencial na alimentação regional amazônica, tanto para o autoconsumo quanto por meio do mercado (SEPAq, 2008).

Consumo Amazonas: 50 kg/ hab/ano

Consumo no Brasil: 7 kg/ hab/ ano

Produção Amazônia: 200.000/ ton/ ano (20% do total nacional)

Renda Bruta: R\$470 milhões (2003)

Empregos: 155.000

Pesca artesanal : 72%

Pesca industrial: 23%

Frigoríficos: 3%

A diversidade encontrada na Amazônia está na base de muitos conflitos, uma vez que as atividades produtivas e de subsistência apresentam certo grau de antagonismo, dado que competem pelos mesmos recursos naturais, humanos, sociais, de infra-estrutura e institucionais. Os modelos de ocupação territorial e crescimento econômico ao longo dos anos tem sido concentradores da riqueza e socialmente excludentes, sobretudo em relação às chamadas populações tradicionais que são mais vulneráveis. A dimensão mais visível desse antagonismo é a dos conflitos fundiários, mas ocorrem conflitos em disputas de outras ordens, como por jazidas minerais, reservas de madeiras nobres e acesso à pesca (MITSCHHEIN, 2009).

A captura da ictiofauna representa 69% da produção pesqueira extrativista do Brasil, onde o Pará contribui com uma produção total de 146.895,5 toneladas, sendo que 87,5% corresponde a pesca artesanal tanto em água doce ou marinha/ estuarina, cuja comercialização movimentou mais de R\$100.000.000,00 em 2008. (SEPAQ, 2008).

De todo modo, o aumento na demanda mundial por pescado e inovações tecnológicas voltadas apenas para a captura, têm impactado negativamente no universo ictiológico (SEPAq apud PAIVA, 1986).

O diagnóstico supracitado, com relação à pesca artesanal no estado concluiu que:

a adoção de um modelo mais sustentável de gestão dos recursos pesqueiros, carece de uma mudança nas táticas e estratégias de manejo, incluindo ações que busquem a melhor distribuição da renda do pescado, a participação mais ativa dos atores nas decisões sobre as políticas de pesca, bem como a qualificação dos mesmos, para poderem exercer sua profissão de forma mais consciente. Os resultados deste diagnóstico recomendam que não sejam incentivadas políticas que levem a um aumento do esforço pesqueiro e nem da produção pesqueira extrativista. O manejo deve buscar objetivos econômicos e sociais, como a otimização das cadeias

produtivas e a agregação de valor dos produtos, bem como a integração com outras atividades econômicas, para melhorar as condições de vida dos pescadores artesanais (ISAAC et al, 2008).

A despeito do consumo de pescado ser um dos mais altos do mundo, a pesca artesanal não é mais uma atividade apenas de subsistência. Boa parte das capturas é voltada para o comércio regional, nacional e internacional. Apesar da riqueza e abundância de espécies, alguns recursos pesqueiros parecem já estar sofrendo as conseqüências da intensa e desordenada exploração. Em 2002 a pesca artesanal representava quase a metade da produção pesqueira nacional (MMA, 2002, p. 7), hoje responde por 69% da atividade pesqueira extrativista do Brasil, demonstrando sua importância econômica e social (RENAS, 2009, p. 4).

A produção pesqueira artesanal do Pará apresentou uma tendência de declínio no período compreendido entre 2002 e 2005:

Captura: -19 toneladas

Origem marinha/estuarina: - 16%

Águas continentais - 10%.

Espécies em declínio: Serra (*Scomberomorus brasiliensis*); Gurijuba (*Aspistor parkeri*); Pargo (*Lutjanus spp*); Tubarões e Bandeirado (*Bagre bagre*). Estas compõem o conjunto das 10 espécies mais importantes, responsáveis por 72% do total capturado. (PARÁ, 2008).



Foto 15: Cena de pesca amazônica.
Fonte: RENAS, 2008

A figura 1 demonstra o esquema da cadeia de pesca artesanal no Pará.

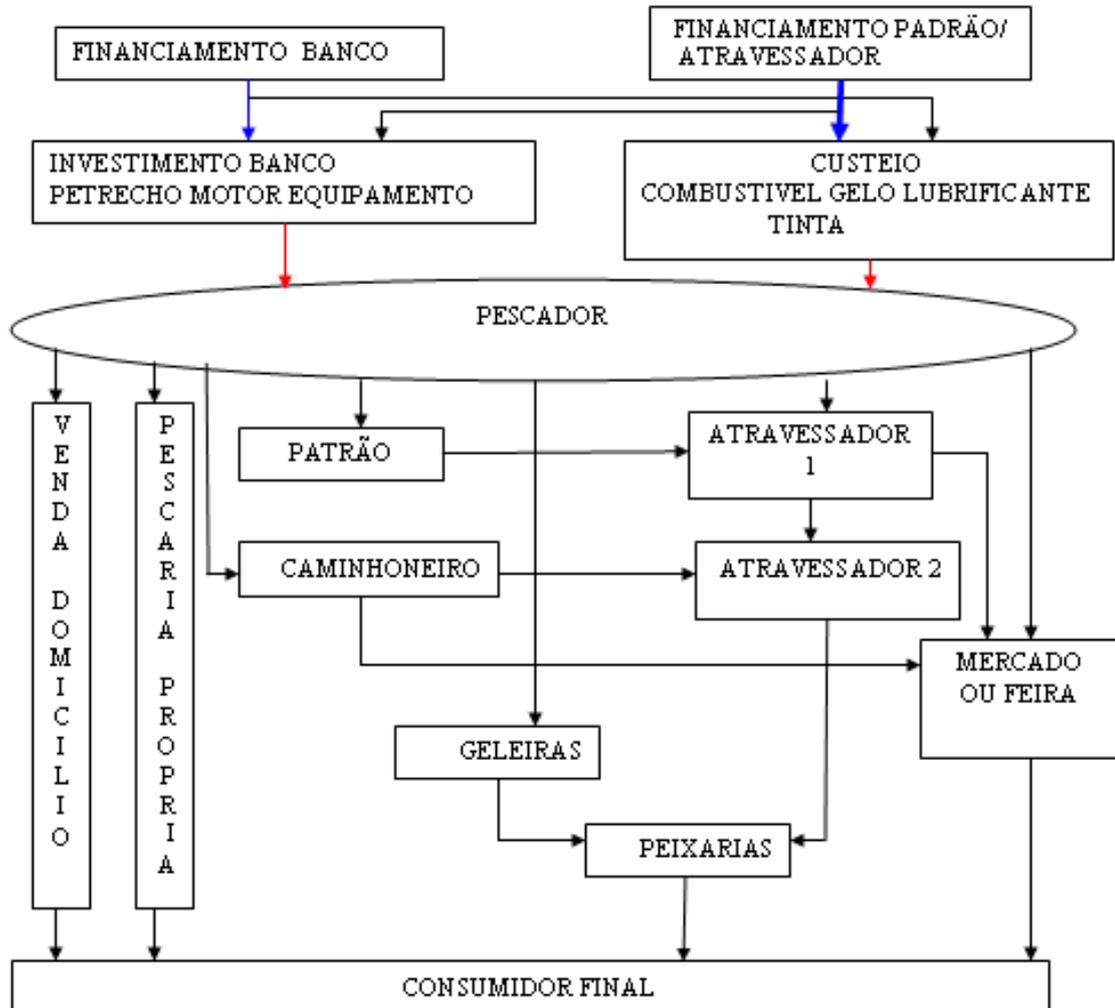


Figura 1: O esquema da cadeia de pesca artesanal no Pará
Fonte: CEPNOR (2008).

7.2 AS RESEX: ESPAÇOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

7.2.1 Marcos históricos

A noção de reserva extrativista teve sua gênese no século XIX, no entanto não encontrou eco, à época, para a implantação do modelo (DIEGUES, 1997). Este elemento contemporâneo de gestão entre a sociedade e a natureza, busca ser um instrumento dialógico no âmbito de interesses econômicos nacionais e internacionais com relação às necessidades

locais e a preservação do meio ambiente.

As RESEX foram inspiradas no modelo de reservas indígenas e se legitimaram como garantia dos direitos de seus ocupantes à apropriação coletiva do território, de onde extrairiam seu sustento de forma não predatória e sim preservacionista (PINTON; AUBERTIN, 1976). Nesse contexto, portanto, as reservas extrativistas eram vistas como áreas da floresta amazônica pertencentes ao governo federal, tendo nos seringueiros os principais atores para preservação das mesmas enquanto terras públicas, com direito de usufruto a eles e aos povos indígenas que as habitavam. Além de subsidiar as populações tradicionais, a demarcação das terras se daria ainda na condição de um freio à expansão da fronteira agrícola e poderio econômico capazes de “tirar da terra todas as pessoas” (LEWIS, 1997 p. 58) fosse pelo fiel da balança ou fio da espada.

A aliança entre Organização Não Governamental – ONG’s, Partido dos Trabalhadores - PT e igreja católica, ao lado das comunidades, fizeram emergir o termo “povos da floresta” e legitimar a demanda desses (seringueiros, índios, ribeirinhos e mais tarde, quilombolas) na reivindicação e, até institucionalização, de reservas extrativistas como a forma mais viável de preservação e gestão dos recursos naturais. A luta ampliada pela ação do seringueiro Chico Mendes junto a organismos internacionais e nacionais, corroborou para a visibilidade da grave questão fundiária no Brasil, apontando a criação de reservas extrativistas como um dos mecanismos para minimizar a pressão antrópica sem inviabilizar a vida na floresta.

Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes é assassinado. No ano seguinte, o poder central implantou quatro unidades de conservação com esse perfil, “totalizando dois milhões de ha reunindo 22.252 pessoas” (PINTON; AUBERTIN, 1976, p. 256). Em 26 de julho de 2006 o IBAMA informava existirem no Brasil 48 reservas extrativistas, sendo uma de Desenvolvimento Sustentável, a Itatupã Baquiá, em Gurupá, no Pará, além de pedidos para criação de mais 96 unidades. Até o momento existem 56 áreas destinadas para as reservas extrativistas sobre o território nacional (ICMBIO, 2009). Os números são agigantados: 1,86% da área territorial brasileira. Os conflitos também: produtores têm terras “confiscadas” pela Mão Federal, protestam; o Estado insuficientemente aparelhado para investigar infrações e puni-las se torna inoperante; populações tradicionais se vêem em dilema quando essas reservas são objeto do interesse econômico sob a égide desenvolvimentista para implantação de grandes projetos impactantes, não só pelo ponto de vista ambiental, mas, sobretudo, social.

O Programa RESEX, do IBAMA, pretende “testar e provar” a viabilidade do modelo de desenvolvimento calcado na conservação dos recursos naturais por meio da geração de

renda (IBAMA, 2009). Os projetos destinados as RESEX's devem contemplar a organização comunitária focada na gestão participativa; a melhoria das atividades produtivas e o gerenciamento ambiental, avaliados pelo órgão dentro do IBAMA, que trata do tema, o ICMBIO, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007.

7.2.2 Política de implantação

A RESEX é, por definição, é uma Unidade de Conservação - UC destinada à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais extrativistas (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC). São notórios os embates quanto a pertinência das RESEX's no cenário contemporâneo, porém parte-se do aparato legal constituído em política de estado, e em estudos de autores como Rego (1989) e Diegues (1988) ao advogar que a “viabilização da RESEX é de grande importância para a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações existentes nela”. Ainda segundo Diegues (2009):

a RESEX é um instrumento de ressurgimento do comum e seu reconhecimento social, mostra a importância de se apropriar e se reconstruir as formas de apropriação de espaços e recursos naturais renováveis na questão ambiental, na proteção da biodiversidade e da diversidade cultural.

”Preservar para Desenvolver”: este é o lema da Reserva Extrativista – RESEX, instrumento legal que visa, em medidas diferentes, a preservação social e ambiental se inserindo no contexto das UC's, de acordo com a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Trata-se, portanto, de áreas de domínio público com “uso cedido às populações tradicionais” (RENAS, 2003). Fala-se de áreas do território brasileiro, delimitadas por fronteiras físicas e protegidas legalmente. Por definição, contem elementos importantes para a preservação da vida no planeta. Observadas suas particularidades materiais, o Ministério do Meio Ambiente – MMA define o grau de intervenção antrópica possível. Esse grau encontra amparo nos indicadores ambientais, inclusive, (MÁCOLA; EL-ROBININI, 2004). As UC's abrangem sete categorias dentre elas a Reserva Extrativista – RESEX, objeto de uso de populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo como forma de proteger o meio de vida e cultura da população, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A figura das RESEX's não conta com unanimidade no contexto jurídico-político-social nacional. Há quem resista veementemente quanto a existência delas. A corrente contra fundamenta-se na idéia de que esse instrumento de regulação social surgiu como alternativa aos sistemas de assentamentos de colonos, sobretudo na Amazônia, porém, não cumprem tal papel, uma vez que o sistema é comprovadamente falido (CAVALCANTE, 1993), ou ainda afirmando o caráter reducionista desse dispositivo, uma vez que a mão estatal as implanta, raramente atendendo a critérios científicos ou mesmo a interesses das populações locais, adensado pelo “baixo nível de escolaridade do pessoal que ocupa cargos técnicos e da população que vive nas reservas [...] não raro tem se envolvido em corrupção ameaçando as possibilidades de desenvolvimento da área” (SIMONIAN, 2000, p. 30 - 33).



Mapa 1: RESEX's no território nacional.
Fonte: ICMBIO, 2008.

As vozes que se levantam pro-RESEX esclarecem serem um modelo de conservação

do meio ambiente, contando com unidade de gestão, visto que prerroga a participação da população local. Por outro lado, estudos científicos focados na RESEX enquanto instrumento de reprodução social e segurança ambiental, demonstram que elas encontram carências profundas no tocante à atenção a população referente à educação, saúde, atividades geradores de renda e outros pontos centrais à qualidade de vida (FURTADO, 2005).

Um dos primeiros passos do processo de criação de reserva extrativista, é a formação de uma associação congregadora de usuários da RESEX. No Pará existem 18 associações de usuários de reserva extrativista e uma de desenvolvimento sustentável. Segundo Allegretti (2008), 31 milhões de hectares das terras do Pará, se configuram em áreas protegidas onde: 90% são terras indígenas, 7,07% reservas extrativistas, 1,32% Projetos de assentamento extrativista, 1,07% quilombolas, 0,21% RDS e 0,33% reservas pesqueiras, sem contar os 255 mil hectares de reserva extrativista marinha. Espaços de onde mais de 500 mil pessoas retiram seu sustento por meio de uma gama diversa de produtos, dentre os quais, o pescado (ALLEGRETTI, 2008). O mapa acima demonstra as áreas destinadas as UC's onde os pontos verdes escuro identificam as RESEXs.

7.2.3 A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pa

7.2.3.1 Processo de implantação e gestão

O processo de criação da Reserva Extrativista Mãe Grade de Curuçá – RESEX MGC partiu da igreja católica. No final da década de 80, o padre Manoel Antão, pároco do municipal de Curuçá, já colocava em seus sermões a importância da comunidade fazer valer seus direitos aos recursos pesqueiros e se mobilizar para pressionar a esfera pública a criar uma unidade de conservação em Curuçá. O principal argumento era a perda do local de trabalho por conta da disputa entre a pesca artesanal e industrial, a degradação ambiental e a diluição do faciéis identitário da comunidade. Na visão do religioso, os pescadores, seus filhos e netos, não teriam mais o peixe para alimento e trabalho. Acreditava que uma “reserva preservacionista”, seria o único instrumento capaz de tentar impedir “o progresso que não leva em conta o povo e a natureza”. O padre alertava quanto a articulação estadual e privada

para a instalação de um grande porto sobre a área do berçário de espécies importantes, como pescada amarela, gurijuba e camarão.

Em 1991 o padre foi substituído por decisão tomada de comum acordo entre o pároco e a ordem religiosa a qual pertence. No ano seguinte, o curuçaense Jorge Macedo, já técnico da EMATER, retornava a cidade, que havia deixado para prosseguir os estudos, motivado a investigar soluções para a pesca artesanal, que estava “se acabando” diante a pressão externa sobre os estoques pesqueiros. Buscava conscientizar os pescadores, de início da praia do Curumateua, para a necessidade de se criar uma reserva, no sentido da proteção dos recursos naturais.

O grupo inicialmente formado por Macedo, o pescador Manoel, a líder comunitária Célia e a marisqueira Sandra, realizava visitas às comunidades pesqueiras no sentido de consultá-los sobre o interesse em transformar o local onde viviam em área de reserva. Buscavam mostrar as vantagens de uma reserva, grifando o condão extrativista, explicando que todos poderiam permanecer na área, uma vez que essa seria de uso sustentável e não de proteção integral. A consulta pública, por meio de abaixo assinado, é uma das exigências do poder federal para a avaliação de institucionalização deste modelo de unidade de conservação.

Em 1996, um técnico do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT iniciou a operacionalização da demanda não apenas em Curuçá, mas nos municípios de São João da Ponta, Santarém Novo, Vigia, Maracanã, Marapanin, Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas e Quatipuru, já visitadas pelo primeiro grupo. Tanto o poder público municipal quanto localidades vizinhas foram incentivadas a insistir no pleito. O poder municipal curuçaense não se posicionava nem favorável nem negativamente quanto à institucionalização da área. O pleito foi finalizado e enviado ao poder federal em 2002. Das 9 comunidades consultadas, apenas Curuçá, São João da Ponta, Santarém Novo e Maracanã concluíram o processo. Na avaliação da atual presidente da AUREMAG as outras não seguiram adiante desencorajadas pelo lento trâmite burocrático e poder municipal.

A mobilização resultou na criação das reservas extrativistas de Mãe Grande de Curuçá, Mocajuin, em São João da Ponta, a de Maracanã, em Santarém Novo e a de Chocoaré Mato Grosso, em Maracanã. Os principais atores no processo de institucionalização das áreas em reservas extrativistas, hoje se tornaram gestores municipais, presidentes de associações de RESEX e representantes destas em órgãos como o ICMBIO. As lideranças das comunidades que aceitaram a RESEX MGC, PA são os sócios fundadores da AUREMAG – Associação

dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, PA. São apenas 21 membros votantes, o que impede o poder público ter ingerência na gestão dos recursos pecuniários repassados à associação pelo governo federal (GONÇALVES, 2009).



Foto 16: Vista da RESEX MGC, PA
Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2009.

Pelo levantamento do CNPT, órgão do IBAMA a época responsável pelas RESEX, na RESEX MGC, Pa, em 2006, habitavam duas mil famílias vivendo em 37 mil hectares da reserva. O primeiro repasse de verbas foi realizado pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), totalizando R\$ 36 milhões a serem utilizados na pesca e agricultura da região. As famílias receberiam orientações do Ministério Público Federal - MPF e CNPT sobre os critérios de aplicação e fiscalização do recurso. Até 2009 esses recursos foram investidos na construção de uma sede para AUREMAG e 600 habitações com infraestrutura elétrica e hidrosanitária para abrigar pescadores que viviam na área do mangue. A meta era 1200 casas até o final de 2006. Foram investidos R\$ 18 mil reais para cada família cadastrada, no sentido de adquirirem equipamentos náuticos, petrechos de pesca, reparos em embarcações de pesca, equipamentos agrícolas para várzea e realização de oficinas de pesca e agricultura

(O LIBERAL, 2006).



Foto 17: Área das instalações da Casa do Pescador, sede da AUREMAG, RESEX MGC, PA
 Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2009.

À luz da legalidade, o processo de desenvolvimento sob a ótica da sustentabilidade garante a RESEX a implantação de infra-estrutura; capacitação e treinamento; definição e implantação de investimentos financeiros; definição e implementação de estratégias de *marketing* com ampliação dos mercados, certificação ambiental de produtos, valorização identitária de produtos; inovação e pesquisa; e, por fim, desenvolvimento de produtos. Por outro lado, o próprio MMA reconhece que a área é altamente suscetível a pressão antrópica do ponto de vista da conservação de seus recursos naturais e conhecimentos tradicionais. Desta forma, um dos principais objetivos traçados para a RESEX MGC, PA é focar “no uso sustentável dos recursos naturais e na produção sustentável” (MÁCOLA; EL-ROBININI, 2004) e MMA.



Foto 18: Floresta de Mangue área da RESEX MGC, PA
Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2009.

A experiência do projeto RENAS se iniciou em 2003 quando o Museu Paraense Emilio Goeldi foi convidado pelo MMA a participar da elaboração de políticas voltadas às unidades de conservação no Brasil. A Profa. Dr. Lourdes Furtado, pesquisadora do órgão, fez parte da equipe encarregada de traçar os roteiros metodológicos que pudessem subsidiar a implantação dos planos de uso e manejo para RESEXS nacionais. A antropóloga, então, coordenou uma equipe formada por antropólogos, sociólogos, biólogos, geógrafos, turismólogos, ictiólogos, ornitólogos, taxidermistas e educadores, a fim de investigar o processo de preservação do patrimônio cultural e ambiental no contexto da RESEX MGC, uma vez que nesse tipo de unidade de conservação estão imbricados. “saberes e um considerável contingente humano relevante a economia, considerando a extensa cadeia comercial entre as fontes produtoras e mercados consumidores, em âmbito locorregionais, nacionais e até globais” (RENAS, 2003) e ainda a necessidade de avaliar o impacto das RESEXS no contexto da sociedade local na medida da rescência desse instrumento.

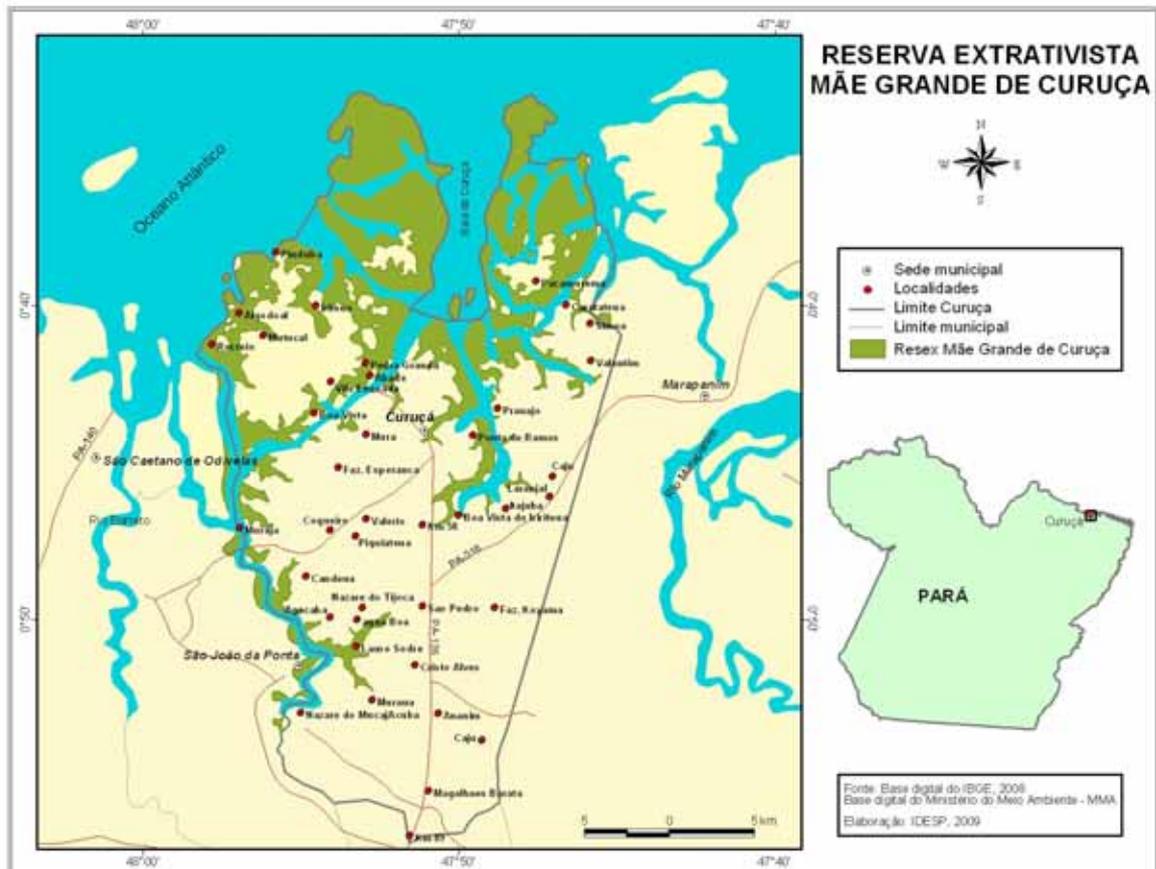
A RESEX MGC, PA foi criada pelo Decreto de 13 de dezembro de 2002 amparado no decreto No. 4340, de 22 de agosto de 2002, no uso da atribuição do art.84, § IV, da Constituição Federal, “com o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos

recursos naturais renováveis protegendo os meios de vida da população extrativista local”. Documento elaborado pelo MMA, intitulado “Biodiversidade Brasileira” (2006) demonstra que a RESEX MGC, PA é “área prioritária para conservação dentro da política de implantação das Áreas de Proteção Ambiental - APAS”, alcançando pontuação máxima em 5 dos 7 itens avaliados, entre eles: área prioritária para Biota; - Populações tradicionais; - Implantação de novas atividades econômicas que garantam viabilidade a reserva. Divulga ainda que, na Amazônia, esta reserva conta com atenção prioritária, uma vez que é de extrema importância biológica, e, ao mesmo tempo apontada como uma das mais instáveis e suscetíveis a pressão antrópica (MÁCOLA; EL-ROBININI, mar. 2004).

Coube ao IBAMA sua implantação efetiva, bem como formalização da cessão de uso gratuito por parte da população extrativista tradicional local, por meio de celebração de convenio com a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A RESEX MGC, PA não desfruta de unanimidade, a começar pelos números territoriais. No decreto de sua implantação ela detém uma área de 37.061 ha e 09 ca. Já o ICMBIO, órgão integrante do IBAMA informa que a área é de 24.194 ha e o perímetro é 438.612,41m. Os mapas a seguir mostram a localização da RESEX MGC, PA no contexto nacional e local.



Mapa 2: Localização espacial da RESEX MGC, PA
Fonte: ICMBIO, 2008



Mapa 3 - Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, PA¹⁰.
Fonte: IDESP, 2009

7.1.3.2 A RESEX MGC a luz da TSC

Entendendo a RESEX MGC como um sistema dotado de subsistemas compostos por elementos altamente interconectados, que ocupam espaços até determinados limites postos por outros subsistemas, sejam a própria fronteira geográfica da reserva; sejam os limites de intervenção política que ela opera no município; seja a legitimação do extrativismo como forma de reprodução daquela comunidade haliêutica, advoga-se a necessidade da inovação como vetor para agregar valor a antigas percepções. “Novas concepções sobre a relação sociedade natureza (DIEGUES, 1996) demonstraram que o meio ambiente enquanto natureza é o próprio homem e que a ação do segundo sobre o primeiro está levando a ampla destruição de ambos.

¹⁰ Cedido pelo IDESP exclusivamente para este estudo. Proibida a utilização/ reprodução sem a prévia autorização do órgão.

A adoção da TSC no sentido da compreensão científica da sustentabilidade em *stricto sensu*, portanto, poderia auxiliar na formatação de uma linguagem capaz de impedir a banalização do tema sustentabilidade. “A inflação do termo”, afirma Fenzl, distancia o que se entende por desenvolvimento, do que imagina que seja sustentabilidade, ao mesmo tempo em que o aproxima das utopias. É fundamental, portanto, organizar a “ciência da sustentabilidade” de forma lógica e dicotomizada, sobretudo, da maneira utópica de como a sociedade entende desenvolvimento sustentável, muito embora as utopias instiguem a humanidade a novos horizontes. Ao adicionar o conceito de RESEX a utilidade da TSC tem-se o embasamento científico teórico para a produção de uma proposta fundada no desenvolvimento sustentável da RESEX MGC, PA, aqui focalizada pela ótica dessa teoria, guardando em seu bojo a aplicabilidade das noções de interdisciplinaridade, realimentação, complexidade, sinergia/ entropia, fronteiras e incertezas, necessários ao desenho de novos caminhos para o extrativismo na Amazônia, sob a égide da sustentabilidade.

Os frutos da revolução industrial demonstram, hoje, a insustentabilidade do capitalismo sob a lógica do mercado, revelando a emergência da formatação de outro modelo capaz de garantir a reprodução humana de forma holística sem, no entanto, inviabilizar o desenvolvimento econômico que passa pela experiência de cada povo e, sobretudo, vincula-se legitimamente à percepção de cada sociedade. Do ponto de vista da prudência quanto à utilização dos recursos naturais, da justiça social, no contexto da economia global em todas as escalas, do modo de produção de bens, sociedades sustentáveis provavelmente sejam utópicas, uma vez que nem mesmo as mais antigas sociedades tribais poderiam ser consideradas sustentáveis do prisma dialógico entre sociedade e natureza. O processo de desenvolvimento humano se distancia abissalmente de organizações caçadoras e coletoras, na medida em que busca, permanentemente, formas de melhorar a vida do homem sobre o planeta.



Foto 19: Entorno da RESEX MGC, PA
Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

A questão central é: o modelo de desenvolvimento vigente está esgotando o planeta. A sustentabilidade é fruto de uma percepção muito recente. “A própria natureza mostrou às primeiras civilizações os limites concretos de sua existência, já a revolução industrial deu ao homem a falsa impressão de poder ilimitado” (FENZL, 2008, anotações de aula, CAPRA, 2007).

Enxergando a figura da RESEX como vetor para o desenvolvimento sustentável local, fronteirizada por permanentes processos insustentáveis que, inclusive, adentram seus limites, pretende-se contribuir para que a RESEX MGC, PA, se aproxime de seus objetivos no tocante a conservação dos recursos naturais por meio da implantação de alternativas de renda que propiciem a melhor qualidade de vida as populações tradicionais locais. A partir de leituras e visitas *in situ*, a RESEX, segundo a dimensão do ambiente relevante ou campo de interação/intervenção, toda a área da natureza antropizada encontra-se maculada seja na geografia natural dos mangues, seja no descarte dos resíduos sólidos depositados em praias ou leitos de rios. Sob a dimensão da fronteira estrutural do sistema econômico, este não vem obedecendo

aos preceitos que motivaram a criação da RESEX, visto que há um alto desequilíbrio entre a extração dos recursos naturais e os produtos geradores da qualidade de vida da população de pescadores artesanais. No sistema econômico vigente na RESEX MGC se observa alto grau de entropia, uma vez que grande quantidade de energia é gerada para que ela funcione de forma sinérgica, mas que encontram muitas barreiras ou nós críticos a serem desatados.

Os atritos vão desde a subjugação da pesca artesanal pela pesca industrial, passando pela falta de estrutura local que permita implantação de um sistema econômico voltado ao sujeito. Dentre as conseqüências negativas está o desestímulo dos jovens pela pesca artesanal, na medida em que não desejam repetir o *modus vivendi* dos pais, saindo em busca do que julgam ser novas oportunidades. Eles vão parar sabidamente nas periferias de cidades como Castanhal ou Belém (RENAS, 2008, MITSCHHEIN, 2009). Estes alcançam a dimensão microscópica dos elementos ao nível dos indivíduos. É importante relevar que as três dimensões são caracterizadas por espaços tempo diferentes.

Estudos e visitas de campo revelaram que existem interesses econômicos em torno da RESEX MGC, PA para implantação do Terminal *Offshore* do Espadarte (MÁCOLA; EL-ROBININI, mar. 2004). O porto do Abade também localizado na área da reserva é importante entreposto pesqueiro. Existem no local algumas empresas exportadoras de pescado já beneficiado ou filetado. Estas descartam a pele do pescado no meio ambiente.



Foto 20: Recepção e embarque do pescado
Fonte: FURTADO (2002, p. 57)

A altura da pesquisa RENAS (outubro de 2003) e ainda hoje, os pescadores artesanais da área, debatem divididos entre a favor e contra a instalação do Superporto do Espadarte na Ponta da Romana. A maioria dos usuários elenca vantagens apontando a circulação de riquezas, a serem possivelmente geradas pela criação de empregos e aceleração da indústria turística, além de compensações “aos prejuízos causados com os desvios de nossas divisas para o Maranhão” (RENAS, 2009). Outros, aliados às lideranças de movimentos sociais, revelam preocupação com os impactos negativos ao ecossistema, modo de vida e ao comportamento depredador do “turista” massificado na alta temporada. “Refletem ainda sobre a diminuição dos estoques pesqueiros, por conta de técnicas predatórias como a fuzarca¹¹” (FURTADO, 2002, p. 10).

Apesar de alguns usuários tomarem a RESEX MGC, Pa como um instrumento capaz de criar alternativas aos danos históricos sofridos pelo labor haliêutico, no tocante ao universo da pesca artesanal no nordeste paraense conclui haver:

um divórcio entre o discurso das lideranças treinadas por movimentos sociais e ONG's e o dos pescadores, sobretudo das áreas mais afetadas, que mantém a postura tradicional de desconfiança, resistência à mudança e individualismo (FURTADO, 1993, p. 15).

Ainda com relação ao superporto com alternativa para o progresso da região a pesquisadora pontua que a própria lei 9.985 que criou o SNUC, determina ao empreendedor destinar no mínimo 0,5% para a manutenção da UC. A época Furtado (2009) já acenava com a adoção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) ecológico para Curuçá, medida mitigadora utilizada em São Paulo e Paraná (FURTADO apud NANNI, 2003, p. 31), na intenção de subsidiar o futuro Plano de Manejo da RESEX MGC, PA, por meio do qual a população tradicional habitante da RESEX poderia otimizar o uso e gestão dos recursos naturais disponíveis, organizados em associações ou cooperativas que lhes servisse de ponte para uma melhor qualidade de vida. Após sete anos da federalização da área em reserva extrativista, a Mãe Grande ainda não viu elaborado seu Plano de Uso e Manejo, instrumento basilar para a segurança sócio-ambiental da RESEX.

As observações sobre a RESEX MGC, PA do ponto de vista mesoscópico, ou seja, dos limites de sua fronteira física apenas, e de sua interação com o tecido macroscópico, entendo como macro a relação dialógico com o exterior, percebe-se a necessidade de investigações

¹¹ Tipo de rede de ação predadora e veneno nos furos igarapés

interdisciplinares no sentido de possibilitar intervenções positivas levando em conta o condão humano, a magnitude social e a necessidade de inserção econômica.

Do ponto de vista atomizado, materializado pelo estudo de viabilidade social, ambiental e econômica da proposta acredita-se relevante centrar esforços na utilização racional dos recursos naturais, preponderante para o estabelecimento de outro modelo de produção onde a sustentabilidade se visse ampliada.

8 METODOLOGIA

Nos meses de novembro de 2008, abril, agosto, outubro e novembro de 2009, foram realizadas entrevistas com as presidentes da Colônia Z5 e AUREMAG, no sentido de conhecer melhor as entidades. Ainda em abril entrevistou-se a Profa. Dra. Lourdes Furtado, coordenadora do Projeto RENAS e integrante do grupo responsável pelo Plano de Uso e Manejo da RESEX. Em agosto de 2009 se conversou com os responsáveis pela elaboração do Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais da RESEX MGC, PA e ainda com o Chefe da Unidade Avançada do ICMBIO e Presidente do Conselho Deliberativo dessa UC. Para a completude da pesquisa, realizou-se entrevistas com empresários do setor coureiro e de moda estabelecidos no Pará. O arcabouço metodológico foi composto, todavia pela análise de Grupo Focal enquanto metodologia qualitativa não diretiva coletando dados por meio de interações com associações ligadas à pesca artesanal na RESEX Mãe Grande de Curuçá. O tópico para discussão e análise foi a verticalização da cadeia produtiva ictiológica em Curuçá, por meio do aproveitamento e beneficiamento da pele do pescado descartada no meio ambiente. A técnica de Grupo Focal situa-se em uma posição intermediária entre a observação participante e a entrevista de profundidade. Ao optar por esta metodologia de pesquisa buscou-se compreender o processo de constituição das percepções, atitudes, e representações sociais de grupos ligados à categoria da pesca artesanal em Curuçá, focando a interação entre os participantes.

No momento da aplicação da metodologia percebeu-se a emergência de processos psicossociais que influenciaram diretamente na formação de opiniões sobre o tema proposto. Por outro lado notou-se ainda um forte condão político partidário, sobretudo nos representantes que mantêm alguma ligação com a esfera federal, estadual ou municipal. O tema foi exposto vagamente no sentido de evitar prenoções por parte dos participantes. Esclareceu-se a metodologia de trabalho e ainda a pertinência de todas as opiniões não as categorizando como boas ou más. Fez-se uma rodada inicial de falas possibilitando a todos um comentário geral sobre o tema.

O grupo foi dividido em 5 subgrupos com 5 membros selecionados em uma composição homogênea na medida em que todos eram representantes de associações ligadas a pesca artesanal no contexto da RESEX MGC, Pa. No entanto as opiniões sobre o assunto eram diferentes, pois o foco foi obter o relato de cada segmento sobre o objetivo da avaliação

e não uma representação quantitativa de diferentes opiniões. Buscou-se não intervir nas discussões postulando algumas perguntas abertas apenas para direcionar o assunto e organizar o tempo para o debate, encorajando a todos que se fizessem pronunciar para evitar a monopolização da palavra por qualquer participante. Elaborou-se um plano descritivo das falas no sentido de agrupar os fragmentos dos discursos categorizados em associações independentes e grupos ligados á RESEX MGC, Pa. O local utilizado foi um estabelecimento comercial cedida para a reunião, visto que a Casa do Pescador, local preagendado esteve por longo período com o fornecimento de energia cortado por falta de pagamento. As discussões foram registradas em VHS e produção de relatório.

Utilizaram-se fontes secundárias advindas da bibliografia referenciada e primárias centradas na observação participante de entrevistas semi-estruturadas colhidas com os principais atores contextualizados nas figuras do poder municipal – prefeito e vice-prefeito de Curuçá, Presidentes da Colônia Z5, AUREMAG, Conselho Deliberativo da RESEX e Gestor do ICMBIO e análise documental da Colônia Z5 e ICMBIO. Entrevistaram-se também dois proprietários de curtumes locais e empresários do setor de Moda paraense, bem como o consultor de negócios do SEBRAE para o setor coureiro regional.

Aplicou-se ainda questionários estruturados aos pescadores e proprietários de embarcações artesanais cujo principal ponto de comercialização é o Porto do Abade, em Curuçá/Pa. Diante da dimensão do universo da pesquisa, realizou-se este recorte no sentido de melhor embasar o cenário para a proposta de verticalização da cadeia produtiva ictiológica em Curuçá. Buscou-se mais de uma fonte de coleta de dados no sentido de eficaz cruzamento das informações obtidas e enriquecimento da análise aqui realizada, que se concentrou em identificar os principais gargalos impeditivos para o desenvolvimento da cadeia produtiva ictiológica em Curuçá, impactando negativamente no neoextrativismo como estratégia à sedimentação da RESEX MGC, Pa. A partir da dirimição dos nós críticos entabulou-se um cenário ao beneficiamento da pele do pescado via autogestão comunitária.

8.1 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A despeito das críticas a este método para levantamento de dados, (A aventura antropológica teoria e pesquisa, p. 25, 1986), ele permite ao pesquisador compartilhar,

sistematicamente, as atividades de vida e os interesses de um grupo social, daí aplicá-lo tanto aos supracitados atores como em curtumes e pequenos empresários que lidam com o couro de peixe no mercado de moda. A investigação se destinou a coleta de dados que pudessem se estruturar em informações capazes de auxiliar na avaliação da proposta do ponto de vista de sua viabilidade social, ambiental e econômica, no contexto da RESEX MGC, Pa. A sondagem de mercado foi entabulada com o auxílio de técnicos do POEMA, do SEBRAE e em conhecimentos pretéritos alcançados na disciplina “Construção da Imagem da Marca” – UAM-SP.

Para melhor visualização da pesquisa, traçou-se dois cenários levando em conta a cadeia produtiva assumida pela comunidade e em parceria com a CAMPASA, demonstrando, *a priori*, a possibilidade de alargamento da cadeia produtiva de pescado e potencial mercado consumidor para o *ictiocouro*, uma vez que apenas na capital paraense existem 32 pequenas empresas virtuais compradoras do produto semimanufaturado. Para esta empreitada se realizou estudo no sentido de investigar a viabilidade, porém, do ponto de vista sócio-ambiental prioritariamente antes mesmo do econômico, para a formatação da proposta. Por fim reconhece-se a necessidade em relativizar a questão tanto à luz do cosmo social e ambiental, quanto do econômico, uma vez que o objeto de estudo está na Amazônia, uma região repleta de especificidades, onde, mesmo de um município para outro, se constata grandes diferenças. Entrevistas com atores da RESEX MGC, PA, com a Profa. Dra. Lourdes Furtado, pesquisas no acervo do Projeto RENAS/ MPEG e outras leituras demonstram que a RESEX MGC, PA é uma região extremamente politizada e socialmente organizada, portanto é necessário trabalhar a partir do “micromundo”, mas sem perder o contexto abrangente do ponto de vista social, econômico, político, histórico e cultural.

8.2 ANÁLISE COM GRUPO FOCAL

Esta técnica foi aplicada em três encontros realizados com a presença de representantes e membros das comunidades Associação das Marisqueiras, Bairro Alto, Grupo de Ação Social Comunitária do Abade, AUREMAG, Z5, Associação Amigos do Bosque do Iupura, totalizando 25 pessoas. O primeiro ocorreu em 24 de outubro de 2009 contou ainda com a presença da presidente e do vice da AUREMAG, presidente e do vice da Colônia Z5,

um representante da INCRA, um da SEPAq e uma observadora internacional, pesquisadora da Universidade de Stanford e cooperante do CNS, ora realizando trabalho na região voltado para a organização comunitária no sentido da autogestão empreendedora.

A partir da aplicação da metodologia observou-se que o pescador artesanal lida com uma série de preocupações. O cerne da questão é como alcançar melhor qualidade de vida, ter acesso a bens materiais e possibilitar um futuro mais digno aos seus a partir do labor haliêutico. O caráter tradicional dos saberes da pesca possibilitou a implantação da RESEX MGC, atualmente entrave para as aspirações governamentais e privadas na execução de um terminal de transbordo de minério na área da reserva extrativista, assunto divisor da categoria e população em geral entre contas e favor.

A Sra. Sandra Rodrigues Gonçalves presidente da AUREMAG, relatou a investida do SEBRAE no sentido do beneficiamento da pele do pescado em capacitação realizada no município de Castanhal, em início de 2008. Informou que o montante para implantação do projeto, por volta de R\$400.000,00 só estava acessível “a empresários e não às comunidades de pescadores”. Segundo a presidente o, prefeito, proprietário da CAMPASA havia se inclinado a implementar alguma ação no sentido do beneficiamento da pele do pescado, pois sua própria empresa descartava esse resíduo, no entanto não o fez. Na ocasião a presidente da Colônia Z5 informou que a proposta para o entreposto pesqueiro já estava em vias de viabilização pelo poder público. Isto iria facilitar a filetagem e comercialização do peixe já com algum beneficiamento pelo próprio pescador que também poderia se apropriar da pele, o que atualmente está dificultado na medida em que o pescado sai do estado maciçamente *in natura*.

A aplicação dessa técnica buscou verificar se estariam suscetíveis a implantação de um curtume para beneficiamento da pele do pescado e ainda se reuniriam condições para tanto.



Foto 21: Grupo Focal, Curuçá/PA (1)

Fonte: Pesquisa de campo, realizada em outubro de 2009.

Tanto a presidente da Colônia Z5 quanto a da AUREMAG, estimuladas por representantes comunitários, demonstraram interesse na proposta de beneficiamento e comercialização da pele do pescado via autogestão comunitária, apesar da frágil organização social dos pescadores. A empregabilidade dos familiares dos pescadores despertou tal possibilidade.



Foto 22: Grupo Focal, Curuçá/PA (4)

Fonte: Pesquisa de campo, realizada em outubro de 2009.

A presidente da Z5 informou que cinco líderes comunitários realizaram cursos

atrelados ao projeto Renas do MPEG, como contabilidade, organização de arquivos, elaboração de projetos, educação ambiental e saúde da família, no entanto é necessário a continuidade de investimentos nessa direção, sobretudo na capacitação em gestão. Com relação ao acesso ao crédito para empreendimentos comunitários, a barreira se dá pela frágil capacidade na elaboração de projetos para captação de recursos, bem como pela falta de documentação necessária às linhas de financiamento. Revela que a expressiva maioria da categoria é desprovida dos documentos mais básicos para o exercício da cidadania, o que inclusive, está dificultando a elaboração do Censo Pesqueiro.

Ainda na visão de Chagas outro nó crítico é o atrelamento das políticas de concessão de benefícios como caminhões frigoríficos, aquisição de equipamentos e outros vinculados à políticas de transferência de renda estabelecidas pelo governo federal como o Bolsa Família. Na medida em que a Colônia Z5 não é a gestora dessas políticas se vê em desvantagem quando concorre com a prefeitura municipal pelos mesmos recursos. Em sendo a RESEX MGC, Pa alvo de expressivo número de pesquisas, sobretudo a partir do ano de 2005, a presidente da AUREMAG avalia que a presença das instituições científicas e de ensino acrescentou pouco à melhoria de vida do pescador diretamente. Ele se concentra geralmente em áreas distantes da sede municipal e a retorno das pesquisas entabuladas pelas instituições, quando ocorrem, muitas vezes nem chegam ao conhecimento do principal interessado: o pescador.

8.3 QUESTIONÁRIOS

Para a aplicação dos questionários visando conhecer o discurso dos pescadores bem como entabular um cenário social, ambiental e econômico de sua realidade decidiu-se aplicar questionários aos proprietários de embarcação. Estes também são categorizados como artesanais, no entanto sua forma de lidar com o labor haliêutico é diferente do pescador, aquele que realmente está na linha de frente da captura. O proprietário de embarcação geralmente fica em terra, financia o esforço de pesca e após apurado os custos, divide o lucro com a tribulação de acordo com forma previa ajustada. A intenção foi elaborar um comparativo entre a qualidade de vida dos dois trabalhadores e impactos na cadeia produtiva ictiológica. Concentrou-se a investigação no Porto do Abade por ser o mais expressivo

entreposto curuçaense, com 83 embarcações cadastradas na Colônia Z5. Produziu-se um recorte investigativo abrangendo um universo de 120 questionários: 60 aplicados aos proprietários e 60 aos pescadores. Os proprietários responderam 53 e os pescadores, a totalidade. A análise desses questionários será tratada mais adiante no “Discurso dos Pescadores”.

8.4 ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Buscou-se a objetividade exigida a rigor do método científico, procurando afastar a investigação de qualquer contaminação advinda da postura do entrevistador bem como de fatores externos. Elaboraram-se perguntas diretas em um roteiro curto visando maior liberdade de expressão do entrevistado. Todas as entrevistas foram registradas mediante autorização previa do entrevistado. O sentido de tal procedimento foi captar *ipsiliteri* a verbalização de cada um, no sentido de não distorcer suas palavras e assim melhor analisar as respostas.

O foco das entrevistas foi a análise do discurso dos principais atores: gestores municipais - prefeito e vice-prefeito -; gestor da RESEX MGC, PA e presidente do Conselho Deliberativo da reserva; presidente da AUREMAG; presidente da Colônia de Pescadores Z5. O responsável pela elaboração do Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais para a RESEX MGC, PA, foi desvinculado do processo e não houve substituto durante a pesquisa. O principal objetivo foi exatamente conhecer seus discursos, verificar se eles estavam alinhados em uma mesma direção e em consonância com o discurso dos pescadores artesanais, colhidos por meio de questionários fechados e semi-estruturados, e ainda se poderiam conformar um terreno fértil à produção do *ictiocouro*.

Para tanto se entabulou questões basicamente no sentido de conhecer como cada um tratava a pesca artesanal e sua inserção econômica, social e ambiental, na medida da prática em área de reserva extrativista.

Indagou-se, dependendo da especificidade de cada ator:

1. Quais as perspectivas de agregação de valor ao pescado proveniente da pesca artesanal tanto no âmbito do município quanto da RESEX MGC;
2. Quais as ações voltadas para a verticalização da cadeia produtiva do pescado;

3. Como o tema sustentabilidade é tratado por cada ator institucionalmente;
4. Qual o conhecimento de cada um sobre em que estágio se encontra o Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais na RESEX MGC, PA;
5. Como todos os entrevistados tem assento no Conselho Deliberativo da RESEX, buscou-se saber, quais as propostas deste para a população tradicional haliêutica inseridas no Plano de Uso e Manejo;
6. Quais os mecanismos legais de apoio e fomento a agregação de valor da cadeia produtiva do pescado no âmbito da RESEX MGC, PA e como acessá-los;
7. Como cada um trata a relação de aviamento no município e conhecimento sobre o Zoneamento Econômico e Ecológico para Curuçá;
8. Qual a importância da pesca artesanal do ponto de vista social, ambiental e econômico;
9. Qual o montante aproximado de recursos a pesca artesanal deixou nos cofres de Curuçá, por meio de impostos, em 2007 e 2008;
10. De que forma é estruturada a arrecadação e se é eficiente e suficiente.

Com relação ao pescador artesanal buscou-se, por meio de questionários, conhecer o perfil sócio-econômico e expectativas com relação à ampliação da cadeia produtiva ictiológica. A aplicação da metodologia de Grupo Focal buscou verificar se estariam suscetíveis a implantação de um curtume para beneficiamento da pele de peixe e ainda se reuniriam condições para tanto.

9 A CADEIA PRODUTIVA ICTIOLÓGICA EM CURUÇÁ, AMBITO DA RESEX MGC, PA – DISCURSO DOS PRINCIPAIS ATORES

9.1 O PODER MUNICIPAL

9.1.1 Prefeito

O discurso do Prefeito de Curuçá, Sr. Fernando Cruz – entrevista concedida em 30 de novembro de 2009.

Sobre as perspectivas de agregação de valor para a cadeia produtiva ictiológica no município, o prefeito inicia relatando os prejuízos trazidos pela pesca predatória aos pescadores artesanais locais, no entanto não os isenta de culpa. Revela como consequência, o abissal comprometimento das safras de alguns pescados como a tainha, a pescada gó, o charel e a própria pescada amarela. Por outro lado grifa ser a pesca industrial a maior malfeitora, em grande parte responsável pela inclusão do pescador artesanal local nos indicadores sociais de pobreza.

Com a sobreexploração sucessiva dos recursos pesqueiros na zona do salgado paraense, os cardumes se afastam cada vez mais da costa, impedindo os pescadores artesanais acessá-los na medida em que não possuem os equipamentos necessários a grandes esforços de pesca. (CRUZ, 2009).

Favorecendo sobremaneira o labor industrial, na visão do mandatário.

Na análise institucional a ampliação da cadeia produtiva ictiológica hoje truncada em Curuçá, passa necessariamente pela capacitação da mão de obra artesanal. Pela ótica do senhor Fernando, o pescador deveria estar habilitado para lidar com equipamentos para rastreamento de grandes cardumes, como sonares, GPS's e outros aparelhos de sondagem para captura de pescado. Pensa ser necessário também um completo redesenho da cadeia a começar pelos tipos e capacidades de embarcações. "O que ocorre hoje em Curuçá é um deserto de produção pesqueira causado pela pesca predatória intensiva ao longo de décadas" afirma o prefeito. Ainda sobre o assunto, o prefeito informa ações em direção a capacitação do pescador artesanal para migrar para a piscicultura marinha em tanques-rede e maricultura

em cativo, no sentido de possibilitar “novas alternativas de sobrevivência ao pescador artesanal”, completa Cruz

No entendimento do prefeito “a pesca artesanal tradicional se encontra em situação terminal, não apenas em Curuçá, mas em toda a zona do salgado paraense”, por conta de políticas públicas voltadas ao setor serem insuficientes para coibir a pesca predatória, sobretudo a de arrastão. Informa não existir “sequer um desenho ordenatório que delimite o tamanho da malha ou da embarcação”. Outro ponto frágil é a fiscalização precária “para punir os que se dizem pescadores artesanais, mas na verdade, são industriais, cujo principal apetrecho dos barcos são redes que chegam a 20 km de extensão.

A implantação de tanques-rede em Curuçá é encarada pelo prefeito como ações voltadas à sustentabilidade, já que a frota pesqueira artesanal é incipiente para dar conta de ameaças externas, informando que os projetos elegerão prioritariamente o camorim e a tainha. Segundo Cruz, fundador da CAMPASA, a primeira espécie focada alcança altos preços nos mercados internacional e nacional, já a tatinha tem “comprador local garantido”. Na visão do prefeito tais projetos são uma alternativa para libertar o pescador artesanal do alto custo da produção pesqueira, maciçamente concentrada no acesso a gelo e diesel majorados por impostos.

Fernando cita a parceria entre o poder municipal, a Assembléia Legislativa Estadual e o recém-criado Ministério da Pesca para a construção e estruturação de um pequeno entreposto pesqueiro na sede municipal. Nas comunidades maiores serão erguidas pequenas unidades para o processamento do pescado visando a sustentabilidade da cadeia produtiva e seus trabalhadores “ora amargando sérias dificuldades financeiras”, relata. Ele informa ainda a construção de entrepostos no Pará como em Bragança e Belém e o encaminhamento do projeto à esfera federal para a realização do entreposto de Curuçá, a ser localizado no Abade. “A estrutura servirá tanto ao pescador artesanal atual como ao que se tornará piscicultor”, finaliza.

Sob a ótica de Cruz a minimização da dependência do pescador artesanal ao atravessador passa por garantir ao primeiro, outras fontes de renda exógenas aos saberes da pesca tradicional. “A piscicultura prerroga alíquota diferenciada na medida em que busca amealhar seguidores, no entanto a implantação dessas ações depende da mobilização política da própria categoria” discursa o prefeito.

Portanto o ordenamento da cadeia produtiva focado na aqüicultura é apresentado ao pescador artesanal como solução imediata, já que a médio e longo prazo qualquer outra ação

exigiria capacitação mais aprofundada da categoria. Seria imperioso sensibilizá-los a trabalhar com o associativismo em sistema de cooperativas, até para adquirirem embarcações maiores e mais bem aparelhadas para terem autonomia de alcances onde ainda há cardumes, conclui o prefeito.

Concernente a figura da RESEX MGC, Pa, Fernando Cruz alude ao fato do maior volume de pesca artesanal ser praticada no entorno da reserva, apenas na área de influência e não de abrangência. Segundo ele no interior da reserva está apenas a pesca de subsistência, “aquele sujeito que retira o pescado de furos e igarapés para consumo próprio e comercialização inexpressiva do pouco excedente”. Já os raros marisqueiros sobrevivem da captura de caranguejos, ostras e mexilhões, informa.

No tocante ao Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais da RESEX MGC, Pa o prefeito afirma ser essencial para se conhecer as possibilidades e limitações das riquezas naturais da reserva, fonte de renda dos pescadores artesanais, no entanto revela percalços na elaboração do mesmo em fase de coleta de dados. Espera celeridade na conclusão do plano, “pois hoje os extrativistas estão retirando recursos da reserva sem qualquer orientação ou controle, não se tendo noção se determinado recurso está sendo sobre ou subexplorado”, avalia Fernando.

Ao relatar sobre ações direcionadas à verticalização da cadeia produtiva ictiológica em Curuçá, grifa a estratégia do Ministério da Pesca voltada à construção de entrepostos pesqueiros no Brasil, sendo que o Pará conta com projetos em fase de licitação para a edificação do de Bragança e Belém. Informa ainda ter encaminhado o projeto para a construção do entreposto de Curuçá localizado no Porto do Abade. Na avaliação do prefeito, esta estrutura é necessária à verticalização da produção tanto advinda da pesca artesanal quanto do pescador que “se tornará piscicultor”.

Na visão de Fernando Cruz a construção do entreposto vai possibilitar que o pescador possa acondicionar seu pescado em busca de um preço mais justo, “já que não será obrigado a vendê-lo por falta de ter onde estocá-lo”. Segundo ele, a renda do pescador “é achatada pela falta de estrutura física que lhe ofereça condições de aguardar o melhor momento para comercializar o seu pescado”. Completa o raciocínio informando que:

as vezes o pescador chega tarde da noite quando não existem mais consumidores no local. Estão a sua espera apenas o marreteiro ou o caminhão frigorífico ditando o valor a pagar pelo produto da pesca. O exemplo é a pescada amarela comercializada pelo pescador a 5, 4 e até a 3 reais o kilo, dependendo a hora que chega do mar. Esse produto é repassado ao consumidor, pelo atravessador por 8 ou 7 reais, no mínimo.

Informa também estar em poder da prefeitura um caminhão frigorífico para atender o pescador artesanal na ampliação da cadeia produtiva. O veículo será disponibilizado ao pescador no sentido de facilitar a comercialização direta ao consumidor a valores suficientes para proporcionar garantia de sobrevivência, melhoria de renda ao pescador e familiares. De acordo com Fernando Cruz “A meta da prefeitura é, a curto prazo, ajudar o pescador artesanal a sair da miséria em que se encontra por meio da piscicultura e estruturação física para a cadeia produtiva do pescado”. Encerra o assunto afirmando ser a verticalização da cadeia produtiva, mediante ações integradas entre o poder municipal e federal, prioridade máxima em sua segunda gestão. Não fez considerações sobre a arrecadação de impostos ou ao ZEE.

9.1.2 Vice-prefeito

O discurso do Vice-Prefeito de Curuçá, Sr. Jorge Macedo – Entrevista concedida em 27 de novembro de 2009.

O vice-prefeito informa que a cadeia produtiva ictiológica no município de Curuçá, inicia-se na captura do pescado e segue pelo processo de aviamento, relação secular estabelecida entre pescadores e atravessadores, maciçamente praticada até hoje na Amazônia. O sistema se perpetua pela ação do aviador, figura financiadora do esforço de pesca. Por ser dono do capital dita o preço do produto. Ele supre necessidades como petrechos de pesca, óleo diesel, gelo, alimentos aos embarcados, que ao retornarem ao porto, quitam a viagem e se apropriam de parte do pescado conforme negociação previa. O vice-prefeito esclarece que tanto a captura quanto a comercialização são realizadas dentro dos limites da RESEX MGC, PA.

Na visão de Jorge Macedo, a pesca artesanal se insere no contexto da RESEX MGC, Pa como forma de sobrevivência à comunidade haliêutica, que tradicionalmente labuta na pesca e no mangue. Continua o discurso relatando a precariedade da inserção econômica às famílias de pescadores, afirmando ser o mangue e o mar a razão de ainda lá estarem, atribuindo à implantação da RESEX MGC, “a oportunidade de preservação da sociobiodiversidade”.

Corroborar a informação transmitida pelo Sr. Fernando Cruz, prefeito de Curuçá, sobre a escassez de cardumes e crustáceos afirmando estar chegando ao fim a capacidade da

natureza na reposição desses estoques. É nesta direção segundo o vice-prefeito, a proposta da RESEX de criar mecanismos entre o poder público e a sociedade no sentido de superarem juntos os desafios impostos pelas necessidades de sobrevivência do homem e natureza.

Assim como para o prefeito, também para o vice as perspectivas à agregação de valor ao produto ictiológico passa pela capacitação da mão de obra haliêutica. “É necessário esforço conjunto em firmar parcerias entre o município e outras esferas como a academia, para o investimento em cursos e tecnologia ao alcance do pescador artesanal extrativista, visando de fato a verticalização da produção”, conclui Jorge Macedo.

Segundo Macedo, atualmente a comercialização ocorre de forma bastante primária, com o pescado *in natura*, minimizando as oportunidades de majoração da renda advinda da pesca. Daí a imprescindível parceria entre o poder municipal, a gestão da RESEX, a Colônia Z5 e os pescadores artesanais, para que estes possam se apropriar de tecnologia para o beneficiamento e estratégias na comercialização no sentido de complementação de renda. É nesta perspectiva que o vice-prefeito defende a implantação de políticas voltadas a aqüicultura marinha, “uma das ações que está recebendo maior investimento por parte das esferas competentes”, afirma Jorge.

A aqüicultura busca maximizar as oportunidades de pescadores, filhos e netos ascenderem ao mercado. Para tanto é necessário o pescador se apropriar de outras tecnologias que não as estritamente ligadas à pesca artesanal tradicional, para que realmente possa constatar acréscimo em sua renda (MACEDO, 2009. Informações verbais).

Na visão de Macedo não existem ações voltadas à verticalização da cadeia produtiva ictiológica em Curuçá, na medida em que a base para a ampliação está na capacitação, ainda incipiente no âmbito local.

Aos olhos do vice-prefeito o tema sustentabilidade ainda é um dos maiores desafios enfrentados pelo município. O principal nó crítico reside na ausência de consciência por parte dos munícipes quanto à fragilidade do mangue e demais áreas da RESEX MGC, PA. O descaso da população local impacta negativamente no cuidado ao ecossistema, na medida em que estes não assumem responsabilidades na preservação ambiental. Quando se trata de atitudes mais efetivas relacionadas à proteção do mangue e do mar, a população, de modo geral, enxerga como tarefa apenas dos diretamente ligados à gestão da RESEX ou à Colônia Z5 “no entanto a questão diz respeito a todos”. Por outro lado “ainda não se percebe um olhar mais ecossocial e menos monetarista por parte do Estado.

Para Macedo (2009. Informações verbais)

o viés financeiro não pode prevalecer sobre os valores sociais e ambientais, em se tratando de uma área de reserva extrativista'. O processo de desenvolvimento tem que ser politicamente desenhado prioritariamente na direção da preservação do meio ambiente, tendo o homem como foco primordial.

Na avaliação do político “acreditava-se que a implantação da RESEX seria a solução para todos os males que assolam a região”, mas a institucionalização da área em reserva faz parte de um processo que visa “a construção da cidadania das populações tradicionais em primeiro lugar.” Segue afirmando que, a frágil cultura participativa seja por parte dos gestores da RESEX ou dos pescadores artesanais, gera críticas gratuitas a RESEX e quase nenhuma sugestão construtiva a sua sedimentação enquanto instrumento de “empoderamento social”, completa.

No tocante ao Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais, informa que problemas entre os contratantes e contratados ocasionaram a suspensão do processo, a ser retomado em março de 2010. Diz ser o Plano de Manejo um fundamental instrumento para a sociedade tomar conhecimento da importância da reserva e da biodiversidade nela abrigada. “O Plano de Manejo oportuniza ainda que se discuta uma questão crucial ao município: o gerenciamento costeiro”. No entendimento de Jorge Macedo, ainda que a questão ambiental não esteja no centro das preocupações do conjunto municipal e sociedade, houve avanços, sobretudo na mobilização de parte de população à sedimentação da RESEX. Segundo Jorge, “AUREMAG chama a população ao debate por meio dos comitês comunitários, para juntos construírem propostas de fortalecimento à população haliêutica”.

Referente aos mecanismos legais de apoio e fomento à cadeia produtiva na RESEX MGC, PA, o vice-prefeito grifa a necessidade de apresentação de projetos para obtenção de crédito. Aqui também a baixa educação formal da população tradicional se configura em obstáculo diante da ausência do *savoir faire* imperativo à construção desses instrumentos de captação de recursos. Jorge completa dizendo que os arranjos produtivos locais – APL's tem se mostrado eficientes em muitas regiões do Brasil, mas para que isto venha a ocorrer também no âmbito da reserva Mãe Grande é prioritário o diagnóstico enquanto indicador das potencialidades dos recursos naturais atrelados à capacidade de pagamento dos recursos financeiros, porventura solicitados junto aos órgãos de fomento. Para tanto se faz relevante ainda a disposição da população haliêutica em se organizar associativamente, como por exemplo, em cooperativas. O vice-prefeito se absteve de comentar sobre o ZEE e do montante

arrecadado pelo município com relação a pesca artesanal bem como sua aplicação.

9.2 A COLÔNIA Z5

Entrevista realizada com a Presidente da Colônia Z5, Sra. Maria do Rosário Saraiva das Chagas em 11 de novembro de 2009.

Sobre a importância da pesca artesanal realizada em Curuçá no âmbito da RESEX MGC, Maria começa seu discurso pela área tributária, na medida em que a movimentação comercial advinda da pesca artesanal gera impostos aos cofres municipais. No entanto a frágil fiscalização sobre o pescado exportado maciçamente para o São Paulo, Maranhão, Ceará e até para fora do país, recai na evasão de divisas, já que a circulação do produto que fica no município, em torno de 20%, é considerada incipiente pela presidente da Z5. Ela informa que “a colônia de pescadores tem direito a receber 5% da arrecadação municipal advinda de impostos cobrados na comercialização do pescado”, porém a presidente não tem conhecimento sobre o montante arrecadado pela prefeitura atual nem as passadas, informando jamais ter recebido qualquer recurso advindos de tais impostos.

Concernente a relação de aviação entre pescadores e atravessadores, assim como os demais entrevistados, a presidente diz ser política antiga de comércio, acreditando inclusive em sua perpetuação, no entanto pensa já haver meios de investir no pescador artesanal para que ele possa se distanciar, pelo menos em parte, dessa relação. Na avaliação de Maria, o pescador artesanal necessita dispor de meios para comercialização da produção e melhor entendimento sobre as possibilidades de ampliação da cadeia produtiva.

A minimização da dependência que o pescador artesanal tem do atravessador requer políticas voltadas à infraestrutura, armazenamento, abastecimento e escoamento da produção. Somente assim a categoria poderá alcançar outro patamar social com mais qualidade de vida, avalia.

Revela que em Curuçá apenas o atravessador “melhora de vida” o pescador não. A ampliação da cadeia produtiva em prol do pescador artesanal está no cerne desse contexto, onde entram também o processo de filetagem e aproveitamento do pescado como um todo. Por outro lado, ela informa que a desarticulação da categoria e a falta de organização ainda são pontos fragilizadores para futuros avanços na direção da autogestão.

Ao avaliar a necessidade da ampliação da cadeia produtiva ictiológica considerada truncada pela presidente da Z5, pensa que tal expansão impactaria positivamente diretamente na qualidade de vida do pescador e conseqüentemente de todo o município. É consciente das possibilidades de aproveitamento integral do pescado transformado em farinha, adubo e outros subprodutos. Acredita ser a expansão da cadeia capaz de gerar renda aos filhos dos pescadores e demais membros da família, por ventura, não diretamente ligados ao esforço de pesca, como esposas, mães, etc. Ao ser inquirida sobre ações voltadas a expansão da cadeia produtiva seja por parte do poder municipal ou até da gestão da RESEX Chagas informa não conhecer nenhuma ação ou projetos implantados no município que visem abraçar toda a cadeia produtiva desde o momento da captura ao beneficiamento das demais partes do pescado.

Na visão de Chagas, apesar do salgado paraense ser uma das áreas mais ricas e com maior potencial de exploração sustentada do pescado, as ações não chegam porque as políticas públicas voltadas à região na direção de seu desenvolvimento ainda são escassas. “Por parte dos governos, nas três esferas, há carência de investimentos e institucionalização de projetos que possam vir a gerar renda para a população haliêutica” lamenta Maria. Nessa linha de raciocínio a presidente grifa o desenvolvimento sustentável como o mais propício à região diante da necessidade em atender as expectativas econômicas e sociais da população aliadas a conservação ambiental dizendo ser imperativo um trabalho ininterrupto junto à comunidade pesqueira para compreenda e absorva o valor dessa forma de desenvolvimento às gerações futuras. Em sua opinião atividades estanques e esporádicas de educação ambiental são inócuas até por conta das condições de vida do pescador. “Por mais que ele entenda ou até concorde com a não sobreexploração dos recursos naturais, a ausência de alternativas de subsistência o empurra para atitudes posicionadas na contramão do desenvolvimento sustentável”, reflete Chagas sobre o atual cenário

Sobre as propostas elencadas pela RESEX diz não conhecer nenhuma direcionada prioritariamente à pesca artesanal, informa, no entanto, que o Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais na área da RESEX MGC, está em fase de estudos sobre os recursos e qual o melhor uso para eles bem como as áreas que poderão ser acessadas ou não. Relativo às leis de incentivo e linhas de financiamento de apoio à pesca artesanal, a presidente diz saber do PRONAF em valores que variam entre R\$1.500 a 40 mil reais. O fundo apóia aquisição de petrechos de pesca, reforma de embarcação e outras necessidades da categoria.

Finaliza ressaltando que a Z5 trabalha com a visão empreendedora no investimento da ampliação da cadeia produtiva em prol da pesca artesanal buscando se alinhar às políticas do recém-criado Ministério da Pesca, focando em assistência técnica ao pescador bem como dotá-lo de maior investimento em capacitação no sentido da gestão de seu próprio negócio e com isso venha a “crescer como pessoa, como ser humano podendo se orgulhar de ser pescador vendo na atividade um trabalho como qualquer outro e não inferior”, finaliza a presidente.

A Sra. Maria das Chagas está em sua segunda legislatura à frente da presidência da Colônia de Pescadores Z5, uma das mais longevas do Estado na medida em que data do século XIX.

9.3 A GESTÃO DA RESEX MGC/PA E AUREMAG

9.3.1 ICMBIO

Entrevista realizada com o Gestor da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá/ PA, Sr. Flavio Cerezo em 26 de novembro de 2009.

O Sr. Flavio Cerezo é gestor da RESEX MGC, PA além de outras no estado do Pará. É presidente do conselho deliberativo da RESEX que trata das políticas adotadas para a condução da própria reserva extrativista, dentre as quais está a elaboração do Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais daquela área. Esta entrevista foi um dos últimos compromissos institucionais de Cerezo na medida em que, a pedido próprio, foi transferido para o estado de Minas Gerais, não deixando substituto nomeado.

Sobre o uso e aproveitamento dos recursos naturais na área da RESEX MGC, PA, Cerezo discursa sobre dois projetos já conhecidos desta pesquisa: um de apicultura e outro na área de maricultura. Quanto a este, relata que a demanda dos produtores foi levada ao SEBRAE. O órgão os atendeu na capacitação quanto à criação de ostras, no entanto a falta de articulação dos produtores com o ICMBIO e com o Conselho da RESEX os prejudicou devido à ausência de um projeto técnico que pudesse dar conta das necessidades da atividade.

Quanto à cadeia produtiva do pescado em área de reserva, sobretudo com relação ao aproveitamento de subprodutos ictiológicos, o gestor diz ter conhecimento sobre a exploração

de uma espécie de gordura, a qual os pescadores denominam “grude”, encontrada em determinados peixes, cuja demanda se concentra na indústria cosmética a qual paga elevados preços. No entanto lamenta tamanho potencial ictiológico inexplorado ou mal explorado. Na opinião de Flavio o fato da cadeia produtiva ictiológica se encontrar truncada está alicerçada na falta de organização social dos próprios pescadores. O desenho político voltado à organização das comunidades é muito recente, na medida em que historicamente a categoria é desarticulada: “vive e trabalha em pequenos grupos encenando acirradas disputas entre si”. “Quando se investe na aproximação, dificultam o trabalho em equipe”, conclui. Outro nó crítico a ampliação da cadeia produtiva é a baixa capacitação dos pescadores bem como o pouco acesso ou até compreensão das informações que lhes chegam às mãos.

Para o gestor da reserva

as populações tradicionais padecem de muitos males, desde altos índices de analfabetismo até a falta de documentação que lhes possibilite acessar linhas de crédito para melhoria da atividade. O próprio isolamento imposto pela geografia da região Norte aprofunda tais entraves. (CEREZO, 2009. Informações Verbais)

Sobre a comercialização do pescado diz existir tradicionalmente o sistema de aviamento, onde o “marreteiro” compra o pescado a preços bastante baixos diretamente do pescador e repassa na cadeia a preços sempre muito mais elevados. Assim a cadeia se concentra no pescado *in natura* onde as menores proporções ficam para o consumo próprio e comércio local e a expressiva produção é exportada pelo intermediário.

Com relação à pesca artesanal estar maciçamente concentrada no Porto do Abade onde tal sistema se aplica livremente, no âmbito da RESEX MGC, PA, Cerezo diz que pelo fato do Porto ser anterior a reserva e limitações institucionais, não existem políticas por parte da gestão da RESEX, restritivas à comercialização ou de qualquer outra vertente da cadeia ictiológica. Flavio informa que o controle sobre o que se passa nos limites internos da RESEX está em processo de construção e se encontra em estágio ainda bastante tímido. Algumas mudanças já começam a ocorrer em termos de organização social por conta do trabalho realizado pelo Conselho da RESEX, mas a própria figura da reserva extrativista é uma experiência nova no contexto nacional.

A reordenação institucional do Ministério do Meio Ambiente é outro fator a ser considerado.

Ações anteriormente isoladas passaram a se concentrar a partir da criação do ICMBIO. Busca-se inclusive instalar o ICMBIO em uma sede própria dentro da

RESEX Mãe Grande, lembrando que, na verdade, a área a ser ocupada é o entorno, na medida em que, espacialmente, a reserva é o mangue e parte da faixa litorânea.

Para uma presença mais efetiva e constante na condução das ações relativas à reserva, explica que o próprio ICMBIO se encontra em fase de estruturação no tocante ao aparelhamento físico referente a veículos e embarcações como também relativo à pessoal aguardando posse de servidores concursados. Flavio avalia que as ações poderão melhorar a presença do estado na localidade. No entanto relata que tais medidas estão gerando alguns ruídos entre os que se dizem representantes comunitários e o ICMBIO.

antes as queixas se concentravam na ausência do Instituto. Agora protestam por acreditarem na intervenção institucional demasiada, contestando regras federais que vão de encontro aos desejos das lideranças, preferindo adotar normas próprias de funcionamento que, em parte, se chocam com a legalidade, gerando movimentos de resistência às propostas do ICMBIO para a RESEX MGC.

Ao ser inquirido como o pescador se relaciona com a figura da RESEX Cerezo afirma que as posições são bastante diversas. Em recente esforço visando a construção do Plano de Uso Manejo dos Recursos Naturais, o ICMBIO realizou extenso trabalho de visitação às comunidades onde consta existência de população haliêutica tradicional. Segundo o gestor, foram ouvidas mais de 40 comunidades no total de 52, sobretudo e inclusive agrupamentos insulares que são, “pelo menos teoricamente”, os principais usuários da RESEX. Boa parcela dessas comunidades tem poucos ou nenhum conhecimento sobre a reserva. Os poucos a assumirem alguma consciência, possuem rasas informações a respeito da gestão e processos de condução das ações desenhadas para o local. Dizem entender apenas ser uma unidade de conservação “criada para trazer benefício ao pescador”, mas não sabem maiores detalhes, confundindo a Associação de Usuários da RESEX MGC – AUREMAG com o próprio papel do ICMBIO: “A vêm como mandatária da RESEX, enquanto, na realidade, ela é apenas um membro do conselho deliberativo da reserva, não é responsável sozinha pelos caminhos da unidade, que legalmente, está vinculada ao ICMBIO”, revela o gestor.

No tocante à opinião da população extrativista local relativo à institucionalização da área em reserva, informa que os mais ligados à vida institucional, participam do Conselho e pertencem a alguma diretoria de associação, portanto, estabelecem uma relação mais estreita com as políticas locais, pensam que houve melhoras a partir da instalação da RESEX, porém ainda distantes de seus anseios. Os que elencam avanços reconhecem a RESEX pelos benefícios propiciados via reforma agrária através do INCRA, uma vez que na condição de reserva extrativista de uso sustentável foi reconhecida pelo órgão como assentamento.

Portanto aqueles dependentes dela para subsistência prerrogam de certos direitos materializados na forma do crédito apoio e crédito habitação. Segundo Flavio, do ponto de vista legal, o acesso ao PRONAF por parte do pescador extrativista está assegurado. O recurso atende às populações ligadas a atividades produtivas no campo, no entanto ainda estão em fase de elaboração, formas práticas para tais recursos cheguem ao pescador.

A respeito do Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais, Cerezo informa estar suspenso por conta de questões institucionais entre a empresa ganhadora da licitação para execução do mesmo e o ICMBIO. Informa ainda que o instituto entabula acordos entre si e instituições de ensino e pesquisa no sentido de efetivarem o referido instrumento imprescindível à gestão da RESEX.

Sobre a ampliação da cadeia produtiva haliêutica mais especificamente revela que o ICMBIO é ciente da necessidade imperativa da expansão, pois somente a partir daí o pescador artesanal poderia auferir efetivos ganhos com a atividade. Acredita também que a verticalização da mesma aliviaria a pressão ao recurso natural, já que o pescador não precisaria maximizar o esforço de pesca no período situado fora da safra. Informa ainda que uma das dificuldades que todo plano de manejo depara é oferecer alternativas às populações tradicionais de encontrarem subsistência a partir dos recursos naturais sem, no entanto esgotá-los. Logo o maior aproveitamento do recurso com o menor dano ambiental e social é também o maior desafio, finaliza Cerezo.

9.3.2 AUREMAG

Entrevista realizada com a Presidente da AUREMAG, Senhora Sandra Gonçalves, em 30 de novembro de 2009.

Referente à estruturação da cadeia do pescado em Curuçá a presidente diz não saber avaliar mais a fundo a relação de aviamento estabelecida na área da reserva uma vez que esta questão está a cargo da colônia Z5, mas repete o discurso do poder municipal e colônia quanto o favorecimento do pescador por meio de melhor estrutura de trabalho. Limita-se a relatar que é “comandada por atravessadores” já que o pescador artesanal não dispõe de recursos suficientes que lhe assegurem autonomia para garantir a captura, processamento e comercialização do pescado. Completa informando que para a RESEX o pescador artesanal é

aquele que por não ter condições de suprir grande esforço de pesca, trabalha com pequenas embarcações no interior dos igarapés e furos da RESEX somente em busca de seu sustento e pequena comercialização de pescado cuja pescaria dura apenas um período do dia, ou matutino ou vespertino.

Ao ser inquirida sobre quais as perspectivas de agregação de valor ao pescado proveniente da pesca artesanal no âmbito da RESEX, a presidente informa que a AUREMAG realiza palestras buscando a conscientização do pescador para a necessidade da elaboração de projetos visando maiores perspectivas para agregação de valor ao produto da pesca. A grande preocupação da presidente, no entanto, é fazer como que o filho do pescador não se afaste dessa atividade tradicional. Na visão de Sandra, o distanciamento dos descendentes dos pescadores da atividade levará a extinção da pesca artesanal.

Na medida em que os jovens percebem a luta inglória de seus pais, não desejam repetir a mesma trajetória de seus antecessores. O próprio arsenal precário que cerca o esforço de pesca fragiliza a saúde do pescador exposto extensivamente ao sol e intempéries sem a proteção adequada, contraem enfermidades no sistema ósseo e urinário, além de outras mazelas.

Com relação ao que está sendo planejado e o que está sendo executado visando agregação de valor ao pescado no âmbito da RESEX MGC, PA, Sandra discursa alinhada ao poder municipal quanto a piscicultura marinha em tanques-rede e maricultura, além de projetos voltados à fruticultura no sentido de absorver a mão de obra advinda de esposas e filhas de pescadores visto que a RESEX possui um grande potencial frugal. Quanto a verticalização da cadeia produtiva do pescado demonstra pouco conhecimento. Diz participar de grandes eventos como o Seminário de Gerenciamento Costeiro, acreditando que de alguma forma tais ações possam beneficiar o pescador artesanal.

Sobre projetos voltados à categoria, Sandra cita o de inclusão digital e fomento ao esporte como forma de afastar os descendentes dos pescadores da marginalidade na medida em que a legislação de proteção ao menor impede o trabalho destes junto a seus pais. “As leis consideram a pesca uma atividade inadequada aos jovens o que resulta na ociosidade dos mesmos”, avalia. Esses jovens concluem o ensino médio e não encontram qualquer atividade laboral dentro de suas comunidades. Revela, no entanto, que a grade curricular no município privilegiara a educação ambiental por conta da necessidade de preservação dos ecossistemas da reserva extrativista.

Relaciona a sustentabilidade à preservação do meio ambiente sob o enfoque dos recursos naturais existentes na RESEX. Informa que a AUREMAG

trabalha a conscientização da necessidade da preservação do meio ambiente através da ação dos comitês comunitários junto às comunidades para que estas conheçam os recursos naturais e os queiram poupar visando a própria sobrevivência.

Gonçalves grifa ainda o empenho da AUREMAG no trabalho de convencimento do pescador artesanal para que esse esteja suscetível ao tanque rede buscando minimizar sua resistência a piscicultura marinha.

A Presidente da AUREMAG afirma que “a nova técnica não o afastará em definitivo da atividade pesqueira, mas o subsidiará na entressafra e possibilitará que os estoques pesqueiros naturais se renovem.”

As propostas da RESEX à população tradicional haliêutica não são estruturadas em projetos, apenas demandas antigas por melhor educação, saúde e saneamento além de infraestrutura visando o escoamento da produção.

Quanto ao benefício da RESEX MGC, PA à população haliêutica elenca a parceria entre AUREMAG e INCRA na construção de habitações para os que estavam residindo em área de reserva, aquisição de petrechos de pesca e eletrodomésticos demandados pelas famílias por meio do crédito apoio. Cita ainda o projeto do viveiro de ervas medicinais em parceria com a EMBRAPA e essências florestais, além da construção da Casa do Pescador, sede da AUREMAG.

A AUREMAG por ser uma associação sem fins lucrativos não cobra mensalidade de seus associados e nem dispõe de fontes de recursos que não sejam advindas do governo federal. A associação avalia uma forma legal de receber contribuições dos beneficiários da RESEX em termos de moradia e implementos, pois encontra dificuldades para fazer frente a despesas cotidianas, sendo muitas vezes socorrida por empreiteiras ou fornecedores da linha branca, bicicletas etc, finaliza.

9.3.3 Os pescadores artesanais

O discurso dos pescadores artesanais é entabulado pelos próprios e apoiado em observações advindas da participação no Seminário “Gerenciamento Costeiro: a importância

do Litoral”¹², e também no Seminário Conhecimento tradicional e Gestão Solidária¹³, e audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em 11 de novembro de 2009, no sentido de estudos e projetos destinados ao gerenciamento costeiro da zona do salgado paraense e análise com Grupo Focal.

O pescador na essência, aquele que aprendeu as artes de pesca com seus ancestrais está em extinção por diversos motivos. Dentre eles a nova conformação política de seu local de trabalho hoje delimitada em reserva, leis trabalhistas impeditivas ao ensino da profissão aos mais novos na medida em que determina regras conflitantes com os ofícios da pesca. A dependência milenar do atravessador também se configura em barreira para o pescador almejar seus descendentes nessa profissão, pois seu bisavô, avô, pai labutaram na pesca e as condições de vida da família não melhoraram. Soma-se a isto a concorrência, na visão deles desleal, de empresas ou pescadores advindos de outros estados com sua infraestrutura bem montada e superior aos disponíveis pelos locais. Para a categoria os *outsiders* sobreexploram os recursos naturais obrigando-os a adentrar cada vez mais aos sítios de pesca. Na medida da carência de seus petrechos e posses a única saída que lhes resta em busca do sustento é o emprego nas embarcações de antigos colegas de trabalho ou o abandono da atividade.

Estudos realizados pelo Prof. Sergio Moraes, Lourdes Furtado Alex Fiuza de Mello, dentre outros vem demonstrando que o labor haliêutico vai para além da subsistência física. Ele conforma todo um universo impregnado de imaterialidade distanciando a atividade da pura e simples pecúnia. Talvez este seja uma das razões pela qual nem todo pescador se torna um “empresário da pesca”. Ele não quer simplesmente o peixe. Ele quer pescar. Por outro lado existem políticas traçadas maciçamente em favor dos tanques-rede, como forma de assegurar os estoques pesqueiros e possibilitar alternativas de renda ao pescador.

A insatisfação e preocupação com a atividade se concentram ainda no que os pescadores definem como “bla, bla, bla” do governo, sobretudo concernente às políticas de proteção ambiental, na medida em que este acena com punições, mas não com soluções. Segundo a categoria a política mitigatória do governo se resume a entregar uma cesta básica para cada família. Os haliêuticos, no entanto, se dizem insatisfeitos com tal medida, pois pretendem “tirar seu sustento do suor de seu trabalho e não ficar recebendo esmolas”, insuficientes às suas necessidades.

Ainda na percepção dos pescadores, os representantes legais, responsáveis por

¹² Seminário “Gerenciamento Costeiro: a importância do Litoral”, ocorrido nos dias 24 a 26 de agosto de 2009.

¹³ Seminário Conhecimento tradicional e Gestão Solidária ocorrido de 14 a 16 de abril de 2009, Casa do Pescador em Curuçá (PA).

verbalizar seus anseios, “passeiam muito”. Vão à Brasília, participam de inúmeras reuniões, no entanto pouco de prático trazem no sentido de melhorar a realidade para o trabalhador da pesca. Dentre as soluções entendidas como viáveis está a implantação de entreposto dotado de uma fábrica de gelo e caminhões frigoríficos além de crédito “desburocratizado” especificamente para a atividade de pesca.

Queixam-se da ausência de projetos viáveis a absorção de mão de obra de suas famílias, sobretudo esposas, mães e filhas, por vezes levadas ao serviço doméstico, diante da falta de oportunidade em exercerem um ofício, se possível ligado ao pescado, mas não diretamente ao esforço de pesca. Segundo informação prestada por Socorro Pena, coordenadora da Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará - SEPAq, em audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Pará, em novembro de 2009, “até 2015, a aqüicultura no estado tem que se igualar ao estoque natural captado pelo extrativismo”.



Foto 23: Embarcações para pesca artesanal ancoradas no Porto do Abade, Curuçá/PA
Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Com relação à situação socioeconômica do pescador artesanal em contraponto com a dos proprietários de embarcações, também considerados artesanais, ela se configura conforme tabelas abaixo baseado nos questionários respondidos:

Tabela 1: Tipo de Habitação dos moradores do entorno da RESEX MGC, PA

HABITAÇÃO	PROPRIETARIO	PESCADOR
Própria	75%	65%
4 cômodos ou mais	41,5%	28%
Banheiro interno	75%	46%
Água filtrada	100%	8,3%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

A estatística demonstrou que 65% da moradia dos pescadores é de propriedade dos mesmos, no entanto, 18,3% mora em casas cedidas por algum parente ou conhecido, sendo apenas 3,3% alugada. Isto demonstra, de certa forma um traço de solidariedade entre os pescadores. Já entre os proprietários de embarcação, ou residem em casa própria ou alugada.

Tabela 2: Nível de escolaridade dos moradores do entorno RESEX MGC, PA

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	PROPRIETARIO	PESCADOR
Não alfabetizado	9,4%	10%
Alfabetização	54,7%	41,7%
Fundamental	28,3%	43,3%
Médio	5,7%	3,3%
Superior	1,9%	0%
Não está estudando	98,1%	96,7%

Fonte: pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Tabela 3: Renda Mensal dos moradores do entorno da RESEX MGC, PA

RENDA MENSAL (R\$)	PROPRIETARIO	PESCADOR
MÉDIA	2.456,18	468,62

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Em se comparando a renda mensal média dos dois grupos entrevistados, percebe-se que a do proprietário é mais de cinco vezes maior que a do pescador. Pode-se avaliar que este dado tenha relação direta com o nível de escolaridade máxima cursada por um e por outro grupo, na medida em que praticamente o dobro de proprietários cursou até o ensino médio. Por outro lado a desistência da continuação dos estudos é um traço marcante nos dois grupos. Mais ainda, ao inquirir os pescadores sobre suas prioridades, a saúde vem antes da educação.

Tabela 4: Infraestrutura social do entorno da RESEX MGC, PA

CONSTRUÇÃO DE	PRIORIDADE
Postos de Saúde	61,7%
Escolas	23,0%
Quadras de Esporte/ Áreas de Lazer	3,3%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

No recorte analisado, apesar da renda mensal do pescador ser em torno de um salário mínimo mensal, 65% não participa de programas de transferência de renda como o Bolsa

Família e 95% vive exclusivamente da atividade pesqueira, mesmo não possuindo barco de pesca (93,3)%.

A renda não é um motivador de êxodo na população investigada na medida em que durante os últimos cinco anos 83,3% permaneceu no município, sendo que 11,7%, massivamente do sexo masculino, buscaram outras cidades do interior do estado em visando melhores condições de trabalho.

Com relação a implantação da RESEX MGC, apesar de ter sido motivada pela igreja em um município de maioria católica, os entrevistados são maciçamente amigados, contradizendo um dos dogmas do catolicismo: o matrimônio. Isto prova o perfil mais político e menos dogmático que a Igreja Católica tem adotado com relação às populações tradicionais na Amazônia, ao lado, ou mesmo na instrução de suas demandas.

Tabela 5: Estado civil dos moradores do entorno da RESEX MGC, PA

ESTADO CIVIL	PROPRIETARIO	PESCADOR
SOLTEIRO	3,8%	25%
CASADO	56,6%	15%
VIUVO	0%	0%
AMIGADO	39,9%	60%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Ainda a respeito da RESEX, mas do ponto de vista dos benefícios que a demarcação da área em reserva extrativista levou ao grupo investigado integrante da população tradicional haliêutica, usuários da RESEX, o resultado foi o seguinte:

reserva Tabela 6: Opinião dos moradores do entorno RESEX MGC, PA sobre a implantação da

FAVORÁVEL	PROPRIETARIO	PESCADOR
SIM	32,7%	30%
NÃO	67,3%	61,7%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Segundo relatos de parte a parte, a “vida não mudou para melhor” a partir da reserva. Elencam a política partidária impregnada na AUREMAG, como um dos fatores para seus descontentamentos. No discurso do Gestor e Presidente do Conselho Deliberativo da RESEX MGC, Pa, a AUREMAG, um dos membros desse conselho é tomada pela maioria dos usuários como a entidade mandatária da reserva, quando na verdade é apenas um dos assentos do Conselho, este sim, responsável pelos direcionamentos da área e de seus usuários.

A tabela abaixo demonstra que a entidade com a qual os proprietários e pescadores se identificam mais é a Colônia Z5, mesmo que 67,3% dos pescadores não seja cadastrado nessa

entidade, o que na visão da Presidente pode se dar pela ausência de documentação necessária ao registro, contrapondo com a opinião dos entrevistados que dizem não se sentirem atendidos pela Colônia Z5 em suas necessidades, o que os afasta da entidade.

Tabela 7: Quantitativo dos moradores do entorno da RESEX MGC, PA que pertencem a associações ou cooperativas.

FAZ PARTE DE ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA?	PROPRIETARIO	PESCADOR
SIM	71%	32,7%
NÃO	26%	67,3%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Tabela 8: Associações ou cooperativas a qual pertencem alguns moradores do entorno da RESEX MGC, PA

QUAL ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA?	PROPRIETARIO	PESCADOR
Z5	87,5%	40%
Associações diversas	7,5%	-
AUREMAG	1,9%	-
Cooperativas	1,7%	-

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Um dos fatores que levaram a demarcação da área em Reserva Extrativista foi o fato de lá haver população tradicional. Relativo ao viés identitário com a atividade haliêutica e com a transmissão do saber aos seus descendentes, o resultado foi:

Tabela 9: Opinião sobre o trabalho da pesca dos pescadores que residem entorno da RESEX MGC, PA

	SIM	NÃO
Gosta de ser pescador?	98,3%	1,7%
Quer que o filho seja pescador	8,3%	78,3%
Há outros membros da família na atividade?	13,3%	85,2%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Dos que responderam ter laços com a atividade, 21,7% disse gostar de ter esta profissão, mas 16,7% revelaram ser a falta de oportunidades em outros setores o principal motivo por labutarem na área. Nota-se que mesmo a maioria dos que se identificam com a pesca não querem ver seus descendentes na mesma categoria. Os motivos vão desde os riscos à saúde (3,3%), passando pelos que vislumbram um futuro melhor para os seus por meio de capacitação acadêmica e profissional (31,6%). Ao serem indagados sobre o que mais especificamente esperam do futuro para seus filhos, com base em possibilidades reais:

Tabela 10: Opinião sobre a expectativa de futuro dos filhos dos pescadores que residem entorno da RESEX MGC, PA

EXPECTATIVA DE FUTURO AOS FILHOS DOS PESCADORES	
Engenheiro Naval/ de Pesca	25%
Empresário de pesca (Piscicultor)	40%
Proprietário de Embarcação	1,7%
Técnico ligado á pesca	11,7%
Atividade sindical	0%
Membro de cooperativa liga a pesca	0%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

O fato de não estarem sensibilizados pela autogestão em bases cooperativas pode se dar pelo fraco capital social conforme já demonstrado, (96,7% não compartilha petrechos ou esforços de pesca) aliado ao fato da maioria se sentir prejudicada por uma cooperativa da qual faziam parte, quando esta, por conta dá má gestão, impede-lhes o crédito bancário até os dias de hoje.

Por outro lado, se a área foi demarcada em reserva extrativista também por conta do saber tradicional haliêutico e 40% esperam que seus descendentes abandonem a atividade e ingressem na piscicultura, a RESEX perde muito de seu sentido original, sendo esta inclusive, uma das preocupações da Presidente da AUREMAG, que por outro lado, estimula a implantação da piscicultura junto aos pescadores.

Referente a situação econômica e o esforço de pesca em si, da parte do proprietário da embarcação observa-se que 81,1% jamais labutaram na pesca. Tem na atividade um negócio dissociado de valores imateriais como os saberes haliêuticos. É um investimento que, até o momento, se mostra vantajoso.

Tabela 11: Percentual de proprietários que residem entorno da RESEX MGC, PA que já foram pescadores

JÁ FOI PESCADOR?	SIM	NÃO
PROPRIETÁRIO	18,9%	81,1%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

O custo e o lucro de uma embarcação são diretamente proporcionais ao seu porte. Uma embarcação com capacidade de 5 mil kg importa em média em R\$675,00/ mês, enquanto a de 8 mil kg de capacidade necessita de R\$1.250,00/ mês em média para se manter. Pela ordem o maior investimento é gelo, diesel e mão de obra. Enquanto para proprietário o lucro mensal médio na safra é R\$3.288,68 e na entressafra é de R\$1.623,68, para o pescador é de R\$1.054,00 e pouco mais de R\$400,00 nos mesmos períodos. O custo do esforço de pesca também é um dos empecilhos para que o pescador adquira sua própria embarcação.

O esforço de pesca dura em média 6 a 12 dias (86,8%). A maioria do pescado é

comercializada *in natura* (60%) e eviscerado (28%), diretamente com empresas regionais pelo dono da embarcação. O excedente é estocado em gelo. Por outro lado, o pescador utiliza sua pouca produção para consumo próprio ou comercializa já tratada (eviscerada em filés, sem pele ou postas) mas não tem como conservar o excedente. A maioria dos pescadores está na atividade há mais de 25 anos e continua trabalhando para terceiros.

Tabela 12: Tempo em que os pescadores que residem entorno da RESEX MGC, PA estão praticando a atividade pesqueira

HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NA ATIVIDADE?	PESCADOR
Esta na atividade entre 10 a 15 anos	25%
Há mais de 25 anos	28,3%

Fonte - Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Tabela 13: Principal empregador

PESCA PARA QUEM?	PESCADOR
Parente	28,3%
Atravessador	45,0%
Empresário (dono de empresa)	11,7%
outros	3,3%

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Abaixo a safra e entressafra dos pescados mais rentáveis ao curtimento da pele. Vale notar que a arraia (*galouchat*) abundante na região e uma das peles mais cobiçadas pelo mercado de moda, é desprezada na RESEX MGC, PA.

Tabela 14: Safra e entressafra dos pescados mais rentáveis ao curtimento da pele

	ALTA	BAIXA
PESCADA AMARELA	Maio - ago	Set - abr
CAÇÃO	Maio - ago	Set - abr
TAINHA	Maio - ago	Set - abr

Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

10 ARCABOUÇO TEÓRICO DA PROPOSTA PARA A VERTICALIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA ICTIOLÓGICA NO ÂMBITO DA RESEX MGC/PA

10.1 INSUMOS BÁSICOS PARA A AGREGAÇÃO DE VALOR À CADEIA PRODUTIVA ICTIOLÓGICA POR MEIO DA AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA



Foto 24: Área da RESEX MGC, PA em frente ao Porto do Abade, Curuçá/PA
Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009.

Para melhor visualização da proposta desenhou-se dois cenários, visando a ampliação da cadeia produtiva ictiológica no âmbito da RESEX MGC, PA. No Cenário I, a própria comunidade organizada se apropriaria de toda a cadeia produtiva do pescado, desde a captura ao beneficiamento. No segundo cenário, a comunidade organizada beneficiaria o resíduo descartado pela CAMPASA transformando a pele do peixe em couro. Por outro lado, é notória a fragilidade de qualquer cadeia produtiva dependente de um único fornecedor, portanto se optou por desenvolver o cenário que trata da autogestão comunitária.

Realizou-se um exame das tecnologias disponíveis para o *ictiocouro* e o potencial mercadológico para o produto no cenário desenhado. É pertinente ressaltar que se buscou dar

ênfase a metodologias que envolvam baixo nível tecnológico, mais adequada ao meio onde se insere a proposta, no entanto, algum grau de educação do ponto de vista da relevância do manejo, é fundamental para qualquer abordagem.

Em 2009 a produção advinda da pesca artesanal desembarcada em Curuçá, foi de 1.539 toneladas de peixe (SEPAq, 2009). Considerando que não existem estatísticas quanto ao que permanece e o que deixa o município; diante da frágil fiscalização no sentido de arrecadação de impostos e dos relatos colhidos em campo quanto às dificuldades encontradas pelos pescadores artesanais em reverter essa lógica, o cenário aqui desenhado leva em conta a ampliação da cadeia produtiva tomando por base apenas o que poderia ser filetado e transformado em *ictiocouro*, este o principal foco da pesquisa. Este estudo considera que 8% do animal é pele (LEMES, 2009). Levando em conta uma unidade de processamento artesanal, foi computado 22 dias de trabalho/ mês resultado em um processamento de 200 kg de pele/mês.

10.1.1 Processamento e beneficiamento

Ainda que o foco da proposta seja o *ictiocouro*, se elenca métodos para o manuseio adequado do pescado, técnicas de conservação e processamento que potencializam o valor de mercado, capazes de possibilitar ao produto alcançar mercados mais distantes e/ou lucrativos.

10.1.1.1 Tratos Iniciais

A qualidade do produto é um dos indutores ao consumo, portanto, oferecer um pescado bem apresentado, nas condições exigidas pelo mercado, se configura em vantagem ao pescador, visando melhores preços na comercialização. No entanto, o clima quente e úmido regional impõe exigências ao manuseio e conservação hipotérmica adequada ao pescado, na medida do acelerado processo de deterioração típico da ictiofauna. Além do clima, o valor da espécie e a distância dos pontos de distribuição são elementos determinantes para a decisão sobre a técnica de conservação, se em gelo, congelamento rápido, defumação ou enlatamento.

De qualquer forma, o peixe vendido limpo (sem cabeça e eviscerado) ou em filés, já agrega maior valor ao produto que somente comercializado da maneira em que é pescado. Porém existem tecnologias simples adequadas ao embarque e manuseio do pescado, perfeitamente factíveis de serem adotadas pelos pescadores artesanais no sentido de potencializar o valor venal do produto. Desde o abate, passando pela sangria e conservação em gelo, seguindo ao processamento, transporte, armazenagem, embalagem e preservação, o pescador artesanal dispõe de instrumentos adequados a sua realidade (WORLD FISHERIES TRUST - WFT, 2005; SEBRAE, 2009).

A literatura aliada a relatos *in situ*, demonstra a imprescindibilidade do resfriamento para a conservação e qualidade do pescado. No entanto, a despesa com as “caixas de gelo” representa considerável investimento ao pescador artesanal. A baixa temperatura também é fundamental para o negócio da pesca durante o transporte do produto. O edital FNMA 3/2003 - Fortalecimento da Gestão Participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável - promove políticas voltadas para as Reservas Extrativistas, determina a aquisição de 81 caminhões frigoríficos, dos quais 41 seriam destinados à região Norte. O objetivo é auxiliar na viabilização do labor extrativista marinho, disponibilizando veículos capazes de comportar de 1,6 a 16 toneladas de produto. Os trabalhadores receberiam ainda caixas térmicas adequadas a transporte de pequenas distâncias e a comercialização de peixes vivos.

10.1.1.2 Filetagem

A filetagem, ou seja, a limpeza, “desossa” (remoção das espinhas e “falsas costelas”) e corte padronizado dos filés de peixe é outra opção para agregação de valor ao pescado, viável ao pescador artesanal de pequena escala. Este processo, apesar de simples, requer atenção e cuidado para não macular a pele. Ela deve estar íntegra, no sentido de obter maior valor em sua comercialização ao curtume.

A pesquisa de campo realizada

TOEMI COMERCIO LTDA - ME
CASA DO CAMARAO
AV. DUQUE DE CAXIAS, 12 - MARCO
BELEM - PARA

CNPJ:01.138.731/0001-60 IE:15.187.545-6
31/03/2010 14:30 BNF:011956 C00:046196

CUPOM FISCAL

Item	Código	Descrição	Quant	Preço	Unid	ST	Preço Total
001	02199	PESCADA AMARELA FILE	1,554	28,00	T	R\$	43,512
002	00476	CAMARAO EMPANADO - PACOTE	0,150	80,00	Ta	R\$	12,000
TOTAL							R\$ 55,51
CARTAO							R\$ 55,51

Obrixado: Volte sempre !!! Te:17.881

DARUMA AUTOMACAO F3345 VERSAO:1.22
ECF:0001 IFAb:00GR5244
31/03/2010 14:31 RNATPCPFINMITHDMS BR

Foto 25: Cupom fiscal – demonstração do valor do quilo do filé de pescada amarela Belém/PA
Fonte: Acervo pessoal da autora da pesquisa (2010)

entre abril de 2009 e março de 2010, demonstrou que, enquanto uma espécie como a pescada amarela vendida inteira vale, em média R\$ 3,00 o kg, o filé alcança até R\$ 25,00 em feiras livres e R\$ 28,00 em supermercados e redes especializadas em pescado e frutos do mar na capital paraense. Portanto, embora exija mão-de-obra intensiva, o processo de filetagem em pescados de alto valor comercial, ainda se mostra bastante lucrativo, sobretudo se o pescador artesanal se encontrar capacitado a comercializar os dois subprodutos (filé e pele) diretamente ao consumidor interessado (WORLD FISHERIES TRUST, 2005; SEBRAE, 2008).

Com relação a embalagem, a tecnologia à vácuo, é a que tem demonstrado maiores vantagens, ante ao processo convencional. Ao retirar totalmente o ar do recipiente, evita contato do pescado com microorganismos quintuplicando o período de tenridade do produto. Preserva ainda a coloração e o sabor do peixe, eliminado odores e evitando “queimaduras” resultantes das baixas temperaturas por longos períodos de estocagem. Esse tipo de acondicionamento tornou-se bastante interessante ultimamente tanto para quem vende quanto para quem compra, pois, dependendo do *lay-out* podem ser atraentes e exclusivas, funcionando como *merchaidising* ao produtor no sentido de fidelizar o consumidor. Vale lembrar, no entanto, que exigem informações quanto à inspeção sanitária, código de barras e preços grafados para mercados externos.

O mercado oferece diversas marcas e modelos que vão desde as de pequeno porte para uso doméstico até as destinadas a indústrias de grande porte. As menores podem ser utilizadas sobre simples balcões e não demandam complexidade de operação. Possuem capacidade para embalar desde 200g até 30 kg de alimento. Dependendo da capacidade de produção, marca e modelo, equipamentos importados são ofertados a partir de US\$300,00 já os nacionais requerem algo em torno de R\$6.900,00 de investimento. (WORLD FISHERIES TRUST, 2005; SEBRAE, 2008).



Foto 26: Selovac
Fonte: TECMAQ (2009).



Foto 27: Modelo Robotic 900 TecMac
Fonte: TECMAQ (2009).

No tocante aos processamentos de salga, defumação e enlatamento, a pesquisa demonstrou que os dois primeiros foram extremamente importantes nas antigas civilizações, sobretudo indígenas. Não apenas para o consumo cotidiano ou subsistência nos períodos de oferta natural escassas, mas para a preservação do alimento durante longas viagens. Atualmente os dois métodos não são mais utilizados no sentido da conservação,



Foto 28: pescado salgado – segmento *gourmet* – Madri – Espanha jul/ 2009

Fonte: Pesquisa de campo realizada em jul. 2009

substituídos por criotecnologias, mais eficientes e positivas com relação ao custo X benefício. Por outro lado, o segmento *gourmet* tem apresentado crescimento junto ao mercado de alimentos, sobretudo em centros urbanos nacionais e internacionais, porém o pescado mais comumente defumado é o salmão, sendo o Chile o segundo maior produtor mundial dessa iguaria.¹⁴

No entanto, vale lembrar ainda, que o brilho e viva coloração impressas no pescado defumado, dificultam a identificação de qualquer anormalidade que o torne impróprio ao consumo, oferecendo, portanto, riscos à saúde podendo desencadear a listeriose, (causada pela bactéria *Listeria monocytogenes*), intoxicação por escombrídeos (presentes em espécie que contém alto nível de histamina) e botulismo (causada pela bactéria



Foto 29: Salmão defumado – segmento *gourmet* – Santiago - Chile abril/ 2009

Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 2009

Clostridium botulinum) (ARAÚJO, 2009, entrevista). Portanto, apesar do processo de defumação acessar tecnologia descomplicada, factível, inclusive, ao âmbito doméstico, oferecendo alternativas à industrialização em larga escala, acredita-se haver necessidade de melhor avaliação quanto a aplicabilidade, no sentido da agregação de valor à cadeia produtiva do pescado na RESEX MGC, PA.

¹⁴ Pesquisa de campo, Chile, abril de 2009.

10.2 O COURO DE PEIXE

A utilização de peles de répteis no universo vestimentar é ancestral. O registro mais antigo que se conhece sobre a utilização de couro de pescado, remonta do século V, com a cultura japonesa *Ainu*, basicamente insular. Durante a idade média, os *Inuit* e povos do hemisfério Sul, já utilizavam a pele do salmão na confecção de sapatos e jaquetas. Logo o



Foto 30: Couro de pescada amarela, curtido e tingido na empresa Fora D'Água, Belém/ PA
Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril 2009

homem tem total domínio sobre a tecnologia de beneficiamento dessas peles, no entanto ela vem sendo constantemente aperfeiçoada até para fazer frente às exigências contemporâneas referentes ao modo de produção. Contudo, na cultura ocidental o diálogo é recente, data de aproximadamente duas décadas. Peles de tubarão, por suas características morfológicas centradas na resistência tem se mostrado interessantes na confecção de botas e punhos de espada. As de enguia, além de resistentes são macias, cobiçadas para confecção de carteiras, bolsas e calçados finos. (WORLD FISHERIES TRUST, 2005; ANDRADE, 2005).

Pesquisas iniciadas em 2003 na Universidade Estadual de Maringá – UEM passaram a investigar o potencial mercadológico da pele de peixes até chegar ao couro. Enquanto 1 m² de couro bovino *wetblue* é comercializado entre R\$40,00 e R\$60,00 o de tilápia varia entre R\$150,00 e R\$200,00 dependendo do processo de curtimento e acabamento. O Paraná é o estado da federação melhor posicionado nesse mercado, realizando constantes eventos e rodadas de negócios focados na ampliação e melhoramento da cadeia produtiva do pescado “Em um exercício sobre novas tecnologias e tendências que despontarão nos próximos dez anos no Brasil, uma rodada tecnológica realizada em Curitiba, dedicou um capítulo para peles e couros exóticos.” afirma a pesquisadora (SOUZA apud LEMES, 2006).

Curtumes destinados a trabalhar com peles de peixes são extremamente diferenciados, dos que lidam com as peles e couros de outros animais como bovinos, ovinos, caprinos e aves. O curtume em questão utiliza número reduzido de maquinário, trabalhando então de forma mais artesanal. Preparam as peles para serem utilizadas como detalhes de peças finas de alto valor comercial. Não são necessários grandes espaços ou altos investimentos para que a

pele de peixe seja curtida artesanalmente.

Equipamentos básicos compostos por uma balança, um potenciômetro, um termômetro, um aerômetro e um fulão, este um tambor rotativo necessário a algumas etapas do processo, mais detalhado a frente. Com esta estrutura podem ser processados “200 kg/mês de pele descarnada”¹⁵, com uma atividade de baixo impacto ambiental e relevante importância social, na medida em que cria alternativas de geração de renda para o pequeno produtor. Por outro lado, por ser um processamento



Foto 31: Fulão
Fonte: RRZINZE (2010)

menos elaborado resultam em produtos semi-manufaturados voltados ao artesanato, uma vez que o mercado de moda exige procedimentos mais complexos capazes de gerar acabamentos sofisticados. O ideal é que o ciclo completo cumpra 24 a 48 horas, permitindo um hiato maior de tempo entre uma etapa e outra, proporcionando melhor qualidade ao produto final.

É importante grifar que a pescada amarela e a arraia – *galuchat* para o mercado internacional - estão entre as que despertam maior interesse do mercado de moda (MELO, 2007). Novas tecnologias permitem a retroalimentação hídrica e redução de índices de periculosidade de produtos químicos utilizados no processo de transformação. As etapas exigem paciência, dedicação e alguma habilidade.



Foto 32: Sandália de couro de pescada amarela, curtido e tingido e couro bovino fabricado na empresa Eri JR, Belém/PA
Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 2009



Foto 33: Sacola em couro de tilápia do Nilo curtido e tingido e lona. 3ª Conferencia Nacional de Aquicultura e Pesca.
Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2009.

¹⁵ Dra. Maria Luiza Rodrigues de Souza, especialista em curtimento de pele de peixes, executadas na Universidade Estadual de Maringá (PR), atualmente centro de excelência no assunto.

10.2.1 O couro de peixe na cena global e local

A partir dos anos 90 a evidente preocupação ambiental planetária levou consumidores, de alto poder aquisitivo, direcionar suas opções de compra aos acessórios elaborados com peles de peixe, não apenas pelo viés icônico, mas também pelos possíveis desdobramentos positivos que poderia agregar ao modelo sustentável de desenvolvimento humano. Certamente produtos como acessórios e bijóias ainda são



Foto 34: Carteira em couro de pescada amarela, curtido e tingido e pelica dourada fabricada na empresa Fora D'Água, Belém/ PA

Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril 2009

direcionados ao topo da pirâmide social, uma vez que essa dispõe de mais recursos e esclarecimentos sobre a importância do produto no contexto global. Nesse cenário pós-moderno o aproveitamento do couro de peixe tem buscado firmar-se no mercado de moda internacional e nacional. (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, 2006, ANDRADE, 2005).

As peles de peixe já são hoje, o principal resíduo da aquicultura (WORLD FISHERIES TRUST, 2005, SEBRAE, 2008, Universidade do Estado de Maringá - UEM, 2009). Antes de ser adotada pela moda a pele de peixe era descartada ou misturada a fertilizantes para a agricultura, com baixo valor agregado. No sistema de moda ela é sempre, ou constantemente ligada ao alto padrão social, uma vez que são únicas, na medida em que funcionam como “impressão digital”, ou seja, não existem duas exatamente iguais (LIPOVETSKY, 2005). As características únicas de cada espécie de peixe são determinadas pelo desenho formado na sua superfície, sobretudo, nas espécies escamosas (INPA, 2009 e UFAM, 2006).

Dentre os atributos positivos do couro de peixe estão a resistência, maciez, versatilidade e possibilidade de criação de produtos inovadores, daí sua grande aceitação no mercado de moda, sobretudo o de luxo e alto luxo. Exigente, esse mercado pressionou os beneficiadores na elaboração de novas tecnologias de processamento, o que levou o couro de peixe a se tornar o mais inodoro dentre os disponíveis para a indústria. É certo que países como a Nova Zelândia e Canadá conseguem produzir peles de peixes com a mesma

resistência das de répteis como o crocodilo, e durabilidade próxima às artificiais.

Sob a lógica do mercado internacional, o couro de peixe encontra excelente aceitação. A Christian Dior criou uma linha de calçados elaborados com pele de salmão a US\$2.000,00 o par; John Galliano, uma bolsa, em edição limitada, comercializada a US\$1.900,00; Bottega Venetta utilizou a galouchat (arraia) em bolsas e carteiras que variavam entre US\$600,0 a US\$1.180,00, já a criação da Maison Givanchy chegou a US\$1.680,00. Conforme já explanado, tais demandas são extremamente exigentes, a fim de atender as expectativas do público-alvo, posicionado nas mais altas camadas do extrato social. Desta forma são prioritariamente abastecidos pela produção europeia e asiática. (WORLD FISHERIES TRUST, 2005, SEBRAE, 2008, UEM, 2009).

O preço do couro varia bastante dependendo da espécie, da qualidade de acabamento, da textura, da resistência, da coloração requerida pelo mercado de moda e da procedência, pagando de R\$350,00 a R\$450,00 o kilo. Mercados externos são mais sofisticados e valorizam selos ambientais, no entanto as empresas locais, que trabalham com o couro de peixe em elementos voltados à construção vestimentar, dado o amadorismo em que operam, ainda são bastante insensíveis ao valor social e ambiental, materializado por um selo de procedência do produto. Logicamente um “produto selado” alcança custo final maior que outro sem tal requisito.

A transformação da pele de peixe em couro e comercialização do produto teve o início, no Brasil, em meados dos anos 70, mas veio a ganhar maior impulso no final dos anos 90. Por se tratar de aproveitamento de rejeitos da indústria pesqueira, uniu o apelo do “ecologicamente correto” às características positivas como resistência, maleabilidade e beleza exótica, tendo no mercado de moda seu principal consumidor. Estudos de mercado realizados pelo SEBRAE/PA (2005 – 2009) demonstram boas perspectivas comerciais para o couro de peixe, uma vez que se posiciona no mercado de peles exóticas: um nicho onde a quantidade não é o fator preponderante. É um produto de origem orgânica capaz de aliar características valorizadas na construção vestimentar, como a inodorabilidade, a raridade e exclusividade, pois não há duas peles de pescado exatamente iguais. Dentre os elementos que compõem a cadeia produtiva ictiológica, é o de maior valor agregado (produto acabado) e requer baixo investimento econômico para alto benefício social e ambiental (SEBRAE, 2009).

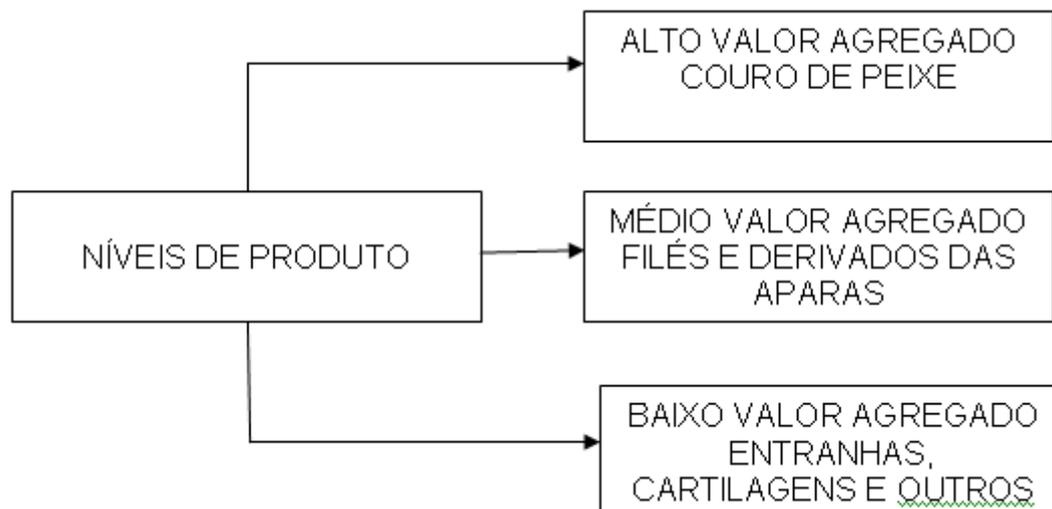


Diagrama 1: Valor agregado.

Fonte: Desenvolvido pela autora desta pesquisa (2010).

A semi-manufatura do produto possibilitaria geração/ complementação de renda para a população haliêutica da RESEX MGC, PA e a interiorização do trabalho e da renda, uma vez que “historicamente os municípios da região tem sua economia alicerçada no agronegócio com foco para a pesca artesanal” (SESCOOP/PA, 2006). Outra possibilidade é a ampliação da qualificação de atores por meio de cursos e oficinas voltadas para a utilização do *ictiocouro*, gerando capacitação profissional e todos os desdobramentos positivos advindos da ação (sedimentação da mão-de-obra jovem e inclusão de gênero, valores imateriais). É evidente que o estudo pressupõe parcerias, uma vez que “[...] a sinergia entre o Estado e a sociedade civil é possível e fundamental para motivar as ações públicas para o desenvolvimento, e, conseqüentemente, instituir condições para a criação de capital social” (EVANS apud VASCONCELLOS SOBRINHO, 2007, p. 39).

10.2.2 O *ictiocouro*: Possibilidades e desafios

Além da comercialização do produto semimanufaturado junto ao mercado nacional, o *ictiocouro* poderá ser negociado da mesma forma no mercado local, além de utilizado no âmbito da RESEX, na confecção de acessórios disponibilizados via Economia Solidária. Logicamente esta possibilidade dependeria de capacitação de mão de obra, voltada inclusive, à noções de moda e *design*.

O MMA reconhece que avanços realizados não foram capazes de alterar o cenário das

atividades associadas à inovação na Amazônia. É preciso ampliar o foco e “criar maior vínculo entre as agendas de pesquisa e as questões objetivas da estrutura produtiva regional”, aliado a estratégia de implementação de um novo padrão de financiamento da Amazônia, que deve combinar a rearticulação das fontes de recursos existentes com a utilização de oportunidades e fontes potenciais de novos recursos para a região (PAS, 2008).

Além de perfis de financiamento adequados à região no sentido de incentivar a pequena produção e conseqüentemente, reduzir desigualdades sociais, o PAS chama atenção para “às exigências estratégicas do modelo de desenvolvimento baseado na inovação tecnológica”. A inovação tecnológica, portanto, é determinante no sentido de “assegurar o acesso aos recursos naturais, por grupos sociais mais vulneráveis (produtores familiares, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas, etc.)”, bem como para que a produção possa se apropriar da comercialização, voltada ao “estímulo à venda para os mercados doméstico e internacional de produtos das populações tradicionais, tirando partido das novas possibilidades de circulação, inovação e capacitação para ganhar escala e agregar valor” e por fim “favorecendo a integração inter e intra-regional, especialmente no que diz respeito às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais” (PAS, 2008).

A pesca em Curuçá demonstra a superexploração dos recursos ictiológicos a níveis insustentáveis, gerando conflitos de diversas ordens e de certa forma, fragilizando a RESEX no alcance de seu objetivo maior. Ainda que a frota pesqueira de Curuçá tenha aumentado em 25% (1997 a 2003), a produção da maioria do pescado foi reduzida. Atualmente poucas espécies sustentam o processo produtivo como a gorijuba (*Arius parkeri*), bandeirado (*Bagre bagre*), go (*Macrodon ancylodon*) e pescada amarela (*Cynoscion occupa*), conjunto basilar na alimentação da população, no entanto uma das mais apreciadas é a arraia pintada (RENAS, 2008, p. 5). Nessa perspectiva reflete-se sobre a possibilidade da agregação de valor à cadeia produtiva da pesca artesanal visando a ampliação/geração e renda a esses usuários da RESEX MGC, por meio do melhor aproveitamento ou utilização de partes do pescado, hoje descartadas no meio ambiente.

Desenharam-se dois cenários para a produção e posicionamento mercadológico do *ictiocouro*: o primeiro voltado ao mercado local e o segundo ao mercado nacional. Descartou-se, a princípio, a distribuição do *ictiocouro* no mercado global por conta dos seguintes fatores:

- a) Hegemonia asiática, seguida pelo Canadá e outros países europeus como a Espanha;
- b) Insipiente *expertise* da produção local;

c) Exigências do mercado de moda internacional referente a qualidade e quantidade. A seguir se elencará aspectos comuns do produto aos dois cenários para em seguida se demonstrar a performance do ictiocouro no mercado nacional e local, respectivamente.

10.2.2.1 O Negócio *Ictiocouro*

O uso e aproveitamento da pele do pescado em couro, por ser considerado um couro exótico e inovador, tem aceitação geral em vários segmentos do mercado de moda, caracterizando como o principal subproduto da cadeia produtiva do pescado (INGRAM; DIXON *apud* SOUZA, 2003), na confecção de acessórios e indumentária.

Iniciativas econômicas ainda exploram de forma artesanal o uso da matéria prima, no entanto grandes mercados consumidores, altamente qualificados, vem buscando o produto sobretudo diante do apelo sócio-ambiental. Assim importantes eventos voltados para o mercado de Moda e grifes prestigiadas, centram os olhares para o couro de peixe tratando-o como uma matéria prima rara e por isto mesmo valorizada. Existem por volta de 450 curtumes no Brasil regularizados, cerca de 80% dos de pequeno porte absorvem entre 10 e 99 empregados cada um (SEBRAE, 2009).

Enquanto uma das grandes barreiras a implantação de curtumes para o processamento de peles exóticas está relacionada a obtenção da matéria-prima, isto, na RESEX MGC se configura em oportunidade, pois a pele do peixe, na verticalização da cadeia produtiva poderá ser abundante. Outro fator positivo à RESEX é o fato de o mercado de moda estar interessado em adquirir peles de procedência garantida a fim de não perder o caráter sócio-ambiental tão valorizado atualmente.

Dáí a importância do neoextrativismo, enquanto modelo à extração dos recursos naturais, pois a solução não está em pescar mais e sim em “pescar melhor”, buscando ampliar a cadeia produtiva, associando o saber tradicional à inovação tecnológica, de forma sustentável visando mercados que respeitem e valorizem tal operação. O produto aceita a composição com outros materiais orgânicos, por ventura manejada na RESEX, na elaboração de objetos destinados ao arsenal vestimentar (madrepérola/ manguê, ouriço, gemas orgânicas, etc.).

O produto tem boas vantagens comparativas uma vez que é contato em centavos de real, encontra-se em abundância na região pesquisada exploração não condicionada a

autorização do IBAMA, uma vez que a matéria prima é um resíduo.

10.2.2.2 Caracterização do Produto

O *ictiocouro*¹⁶ é o resultado do beneficiamento da pele do pescado em couro, no âmbito da RESEX MGC, PA. Peles de pescada amarela, arraia, cação, dourada e, a princípio qualquer outra, depois de curtida poderá vir a ser *ictiocouro*.

O *ictiocouro* encerra alto valor imaterial, por ser proveniente de uma reserva extrativista, cujas populações contam com importante lastro cultural, do ponto de vista de suas tradições e necessitam continuar mantendo uma relação integrada com a natureza. Tem ainda alto valor identitário com a comunidade haliêutica; (FURTADO, 2002; CASTRO, 2007). Pode ser integrado ao Comércio Justo ou *Fair Trade* – rede de atores focados na relação de intercâmbio marcada pelos aspectos sociais, ecológicos e comerciais. Dignifica o produtor, o produto e o trabalho em si. Diante do alto valor subjetivo também pode ser ofertado ao *mercado Premium* que valoriza a imaterialidade (LIPOVETSKY, 2005).

10.2.2.1.3 Utilização do Produto

Assim como o couro, o *ictiocouro* se presta ao mercado de moda, sobretudo na construção vestimentar do sujeito contemporâneo alinhado às tendências globais de consumo sustentável. É destinado a confecção de acessórios como cintos, bolsas, braceletes, calçados, prendedores de cabelo, hastes de óculos, carteiras, chaveiros e até jaquetas, vestidos, *tops*, biquínis e uma gama de opções, por ventura, demandadas preferencialmente pelo mercado de moda ética. Pode ser incluído ainda em projetos próprios ao *design* de interiores, compondo porta-retratos, porta-copos, porta-garrafas, porta-joias, porta-lapis, caixas decorativas, detalhes em *abatjourns*, mata-borrões, espátulas e serviços de mesa. A principal diferenciação entre o couro de peixe e o *ictiocouro* é o viés sócio-ambiental deste último cujo valor imaterial é preponderantemente considerando na RESEX MGC, Pa. O *ictiocouro* é um produto gerado, predominantemente, por processo artesanal, portanto, encerra em si dois

¹⁶ Denominação criada por esta pesquisadora para designar o couro resultante do processo de beneficiamento da pele de peixe, no contexto da Reserva Mãe Grande de Curuçá, no estado do Pará.

fatores valorizados pelo Comércio Justo e Mercado *Premium*: o viés da manufatura e o valor imaterial anexado a sua gênese. Por outro lado é necessário que o material/ produto, desfrute de certificação reconhecida. Com isto deve-se selecionar estrategicamente sua utilização, no sentido de não tornar negativo o custo x benefício.

A destinação à confecção e/ ou aplicação do produto, depende de fatores como qualidade, resistência, elasticidade, textura, coloração e quantidade de material disponível¹⁷. Os couros de pescada amarela e outros peixes escamosos são mais valorizados no mercado de moda, uma vez que a beleza das peles é diretamente proporcional ao “tamanho e comprimento das lamélulas de inserção das escamas”, afirma Souza (2003, p. 8). O desenho da superfície confere textura sofisticada ao produto e aspecto visualmente único. Este registro abre a possibilidade de dois tipos de *ictiocouro*, denominados à priori: *ictiocouro mod* derivado de espécies lemulárias e *ictiocouro décor*, resultante de coberturas lisas como arraia;

Pelas evidências, acredita-se que o *ictiocouro* venha a se posicionar economicamente via Comércio Justo. Logicamente seriam necessários estratégias, inclusive o *ecomarketing*, especialista em aliar o “politicamente correto” e socialmente justo á produtos voltados para a construção vestimentar do sujeito contemporâneo (FLORES, 2009, anotações de aula, *FUNDACION SINCHI SACHA*, 2009). O consumidor atento às mudanças do mundo passa a adotar um estilo de vida sustentável. Direciona suas preferências a produtos que não maculem o meio ambiente ou utilize processos fabris antiéticos. Objetos confeccionados com o *ictiocouro* possuem esse viés, por advirem de uma Reserva Extrativista, cujos valores vão para além da materialidade. Outro fator positivo é minimização da Pegada Ecológica gerada pela ação, já que de outra forma, o resíduo seria descartado no meio ambiente impactando negativamente na saúde humana (MATHIS, 2009, anotações de aula).

10.2.2.1.4 Substitutivos

O *ictiocouro* não encontra substitutivo. Primeiramente por conta de sua proveniência exclusiva: a RESEX MGC, PA, Depois, a própria especificidade do couro de peixe, assim como de répteis, categorizado como exótico, possuindo propriedade identitária única. No entanto, a imagem do couro de peixe pode ser impressa em outros tipos de couro orgânico a exemplo do bovino, ou ainda em similares sintéticos, sem, no entanto, conseguir reproduzir

¹⁷ Dra. Maria Luiza Rodrigues de Souza, especialista em curtimento de pele de peixes, executadas na Universidade Estadual de Maringá (PR), atualmente centro de excelência no assunto.

sua exata textura, sobretudo a dos escamosos. Contudo, os substitutivos sintéticos, produzidos abundantemente no pólo asiático, sobretudo chinês, são destinados a um público com menor poder aquisitivo, menor grau de instrução/ educação e que confere menor importância ao processo fabril: “onde o cenário é conformado pela semi-escravidão, exploração infantil, condições desumanas de produção, mão de obra abundante e miserável, fatores determinantes à composição de um preço final praticamente inigualável no mercado global (DENNY, 2008).

1.2.2.1.5 Vida Útil do Produto

Curtir significa conservar, porém, assim como qualquer outro subproduto orgânico, o *ictiocouro* necessita “respirar”. A exemplo do que ocorre com as gemas orgânicas amazônicas aplicadas em biojóias, o clima quente e úmido equatorial propicia a instalação e proliferação de patógenos (mofo) em peças confeccionadas em qualquer tipo de couro. Porém o mercado dispõe de produtos higienizadores, hidratantes e conservantes, dotados de propriedades impermeabilizantes capazes de propiciar alguma longevidade ao material. Contudo o tratamento oferecido a objetos confeccionados em *ictiocouro* deve se assemelhar ao dispensado a peças fabricadas em couros de répteis, bovinos, ovinos e caprinos, por exemplo. Tais cuidados consistem em limpeza, hidratação e aeração periódica, utilizando sempre química adequada. Evitar molhar, expor a umidade ou calor excessivos e, por fim, acondicionar em recipiente apropriado fabricado em tecidos de tramas abertas e leves totalmente naturais como algodão tipo triline, completam o trato necessário à longevidade da mercadoria. Já os tecidos 100% sintéticos tipo *nylon*, não são os mais apropriados para guardar peças em couro, pois o abafam intensificando a ação de patógenos. Todavia, já existem têxteis elaborados a partir de fibras sintéticas muito leves, que associadas a naturais podem se prestar a acomodação da peça. (ANDRADE, 2005).

10.2.2.2 Matéria Prima/ Mercadoria

A principal matéria prima é a pele de peixe obtida junto aos pescadores artesanais. Estes podem ser treinados com técnicas de conservação e acumular significativo volume de peles de peixe para depois comercializá-las ao curtume. Podem ainda ser capacitados para

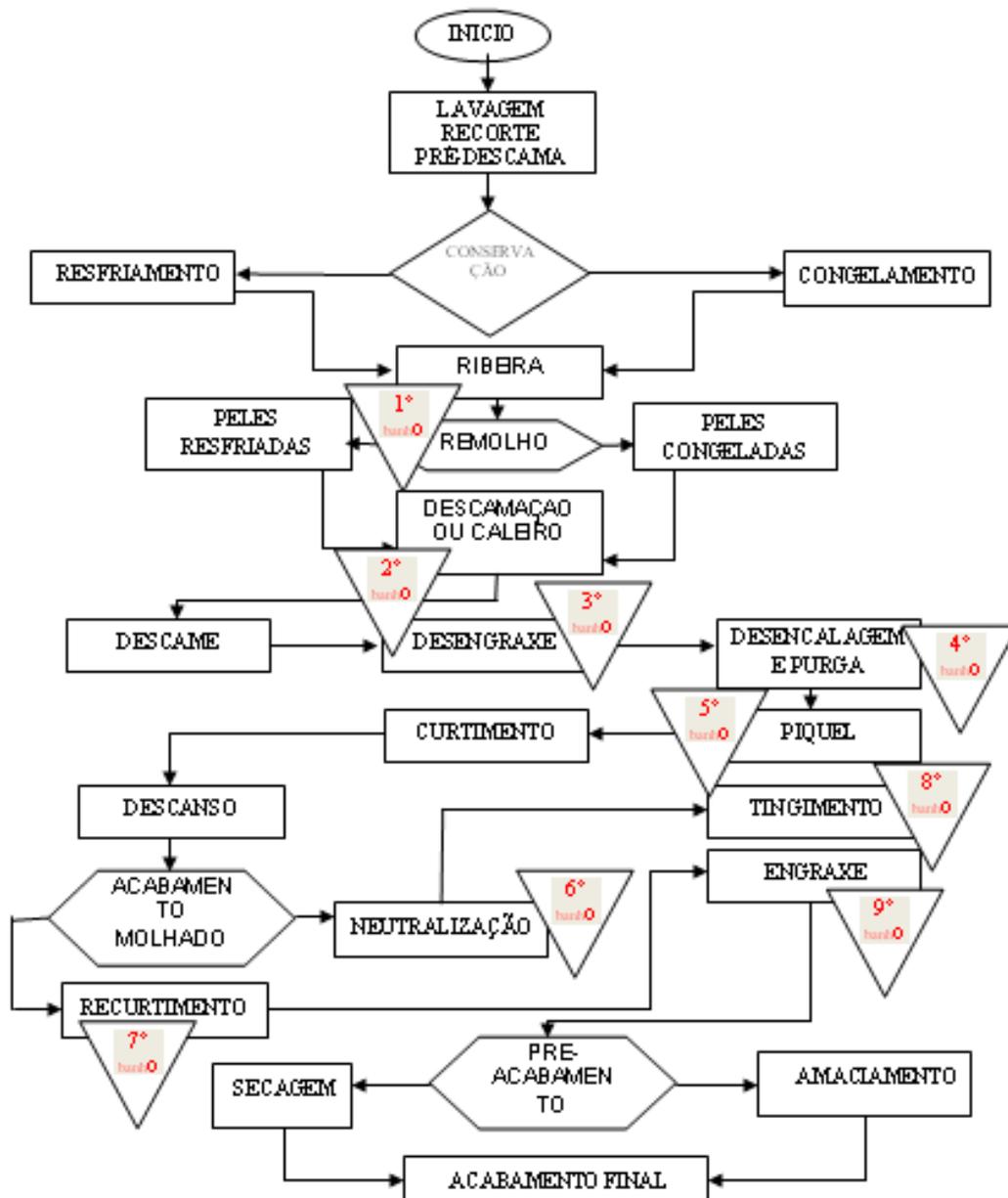
retirar essas peles sem maculá-las a fim de se obter maior qualidade no produto acabado, pois o cuidado com que é removida a carne de peixe contida entre o tecido e a fibra é que vai conferir a superioridade do *ictiocouro*. Tanto peles de peixes de água doce, quanto água salgada são apropriadas ao curtimento, independente se a matéria prima é proveniente de tanques rede ou fontes naturais. As principais espécies de água doce são: tilápia, curimatã, tambaqui, carpa, dourada e pacu enquanto os marinhos se concentram em tainha, pescada amarela, cação e outros. A arraia, abundante, na RESEX MGC, Pa, é muito demandada pelo mercado externo, no entanto, desprezada na cena local.

Os produtos químicos mais utilizados no curtimento são o sulfato de cromo, a cal cujo objetivo é inchar e corrigir o ph natural das peles salgadas, o sulfeto de sódio ou ácidos sulfúricos e fórmicos, porém empregado em pequenas quantidades na preparação das peles. São utilizados materiais de apoio e preparação para acabamento final como corantes e siliconados. Por fim as embalagens para acondicionamento do couro devem ser resistentes e devidamente etiquetadas identificando o produto e o fabricante.

10.2.2.2.1 Organização do Processo Produtivo

O curtimento das peles de peixes além de lucrativo é realizado para evitar que essas sejam descartadas no lixo e apodreçam. A forma de realizar este processo é semelhante à aplicada a peles de outros animais. As diferenças estão nas características observadas nas de peixes que chegam oferecer resistência muito superior a outras. O descarte inicial vai permitir que o restante do processo de curtimento flua evitando o ataque de microorganismos. O resultado é uma pele preservada, com validade indeterminada, macia, flexível e resistente, ideal para aplicação em calçados, acessórios e vestuário.

As principais etapas pelas quais passa a pele durante o processo de curtimento são as descritas no Fluxograma a seguir. Após estas etapas e acabamento final adequado ao mercado ao qual se destina, bem como é colado em telas especiais, costurado e embalado, no caso de ser comercializado em mantas. Caso contrário pode ser comercializado em kilo, o que por um lado, favorece a ausência de padronização, porventura ocorridas nas peças. O *ictiocouro*, por fim se configura em opção de geração de renda por meio do cunho social e ambiental embutidos em seu propósito.



Fluxograma 1: Etapas do curtimento do couro de peixe
 Fonte: Fluxograma elaborada pela pesquisadora em março de 2010

10.2.2.2.2 Fisco e tributos

As cooperativas são regidas pela lei 5.764, por conta de suas especificidades. Até 1999 as cooperativas eram isentas de todos os impostos coletados para a seara federal, por conta do valor social agregado em sua filosofia de trabalho e produção. No entanto pressões

advindas de empresas privadas, sobretudo do setor agropecuário questionavam a medida se dizendo prejudicadas pela “concorrência desleal” já que as cooperativas ofertavam preços menores de seus produtos por conta de seus baixos custos especialmente no tocante a impostos. A pressão resultou na revisão da legislação direcionada às cooperativo, obrigando-as a recolher alguns impostos, mas ainda assim diferenciados.

Imposto de Renda – como o ganho auferido no ambiente cooperativista não se constitui em lucro e sim em sobras, elas não pagam imposto sobre o lucro e sim 1,5% sobre o resultado obtido no ano fiscal.

Contribuição Social sobre o Lucro – Não recolhe

PIS (0,65%) e COFINS (3%) – Após 1999 passaram a recolher mas existem muitas cooperativas questionando o fato judicialmente pois a cobrança vai contra a Lei magna do Cooperativismo, 5764.

ICMS e ISS – depende de negociações com a prefeitura, pois são impostos municipais. Variam de 2% a 5% mas as cooperativas podem ficar isentas, conforme o Código Tributário Nacional

INSS – recolhido conforme legislação nacional.

10.2.2.2.3 Exigências Legais Específicas

Mesmo para empreendimentos via autogestão comunitária às exigências legais para funcionamento não se afastam da burocracia, que tanto avolumam o Custo-Brasil. São necessários registros e licenças aqui elencados:

- a) Registro da cooperativa nos seguintes órgãos:
 1. Junta Comercial;
 2. Secretaria da Receita Federal para o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 3. Secretaria Estadual da Fazenda;
 4. Prefeitura municipal para obtenção do alvará de funcionamento;
 5. Cadastro junto à caixa Econômica Federal no sistema “conectividade social” – INSS/ FGTS (em caso de mão de obra contratada e não cooperada);
 6. Corpo de Bombeiros Militar.
- b) Certidão de Uso de Solo, caso seja uma exigência da prefeitura municipal;
- c) Atenção ao CDL – Lei no.9.870/1999, quanto a responsabilidade sobre o fornecimento dos produtos, garantia de qualidade, rastreabilidade, dentre outros.

A Lei nº 6.938/1981 dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente e institui o licenciamento ambiental e avaliação de impacto ambiental enquanto instrumentos dessa

política, no entanto o Brasil não possui uma lei específica que trate dos aspectos ambientais relativos à produção de couro. A Lei nº 11.211 de 19 de dezembro de 2005, conhecida como “lei dos Couros” dispõe sobre exigências quanto a identificação do couro e matérias primas sucedâneas utilizadas na confecção de calçados e artefatos. Portanto é imprescindível uma consulta a órgãos municipais, estaduais e federais competentes para a viabilização de registro e licenças necessárias ao funcionamento do curtume tendo como base: a) Licença ambiental estadual; b) Licença ambiental federal; c) Licença prévia; d) Licença de instalação e e) Licença de operação.

10.2.2.3 O curtume para o processamento do ictiocouro

Pela própria característica da atividade, o local para a instalação do curtume deve ser adequado e apresentar condições para a sedimentação de uma unidade de tratamento de resíduos, mesmo que a quantidade de produtos químicos manipulados seja ínfima se comparada com atividade similar (curtume bovino). Deve também estar próximo aos fornecedores de matéria-prima, pois isto reduz os custos de pré-processamento, armazenagem e transporte. É imperativo grifar que a área para instalação do curtume necessita estar de acordo com o Plano Diretor Municipal, atender normas da vigilância sanitária e do Ministério da Agricultura, estabelecendo áreas apropriadas para o acondicionamento da matéria-prima e embalagens. Mesmo em um estabelecimento de pequeno porte como o aqui proposto o imóvel deve possuir instalações sanitárias e um local adequado a refeição dos empregados.

10.2.2.4 Principais produtos

Desde 2002 o SEBRAE Nacional vem estimulando o artesanato como oportunidade de negócios. Por outro lado a mesma instituição chega a conclusão que o purismo não encontra mais mercado no mundo contemporâneo, inserindo nesse contexto conhecimentos de Moda e *Design* o que tem se mostrado uma tendência em aliar o *hand made* a modernidade (MARINHO, [2006]). O revigoramento da produção artesanal ganhou consistência pela observação de que “algumas organizações artesanais contemporâneas por sua natureza substantiva apresentam potencial para renovação de valores de mercado e de formas de acoplamento do processo econômico”. A atuação coletiva direcionada para a sustentação econômica, preservação ambiental, fortalecimento de elos culturais e comunitários aproxima

o artesanato do CJ e do consumo consciente. Todavia o coordenador do Projeto de Couros e Calçados do SEBRAE/PA informa que as leis ambientais são extremamente rígidas para o negócio de couro, exigindo elevado volume de documentação e licenças que permitam o amplo funcionamento desse tipo de empresa. “As imposições vão desde a aquisição de produtos químicos ao tratamento de efluentes, somente conseguidos através de tecnologias sofisticadas”.

10.3 CENÁRIO 1: MERCADO NACIONAL

Para este cenário considera-se um curtume cujo investimento seja de aproximadamente R\$280 mil reais com capacidade inicial para produzir 800kg/mês de couro de peixe.

10.3.1 Estrutura Física

Mesmo um curtume para processamento artesanal é necessário uma infra-estrutura composta por:

- a) Área de recebimento e armazenagem de matéria-prima principal, a pele de peixe, como por exemplo, uma câmara fria;
- b) Espaço para armazenagem de produtos químicos;
- c) Área de processamento guarnecida com tanques e sistema de lavação;
- d) Área de secagem, preferencialmente com controle de temperatura e umidade;
- e) Espaço para estoque e expedição de produtos acabados;
- f) Sistema de tratamento de efluentes;
- g) Um pequeno escritório, banheiros e área para refeições completam a estrutura.

As figuras 2 a 5 mostram uma simulação de como pode ficar o Galpão para instalação do curtume de *ictiocouro*. Esta simulação foi elaborada pela arquiteta Lorena Gomes.



Figura 2: Galpão para instalação do curtume de



Figura 3: Galpão para instalação do curtume de

ictiocouro (1)



ictiocouro (2)



Figura 4: Galpão para instalação do curtume de *ictiocouro* – Vista interna (1)

Figura 5: Galpão para instalação do curtume de *ictiocouro* – vista interna (2)

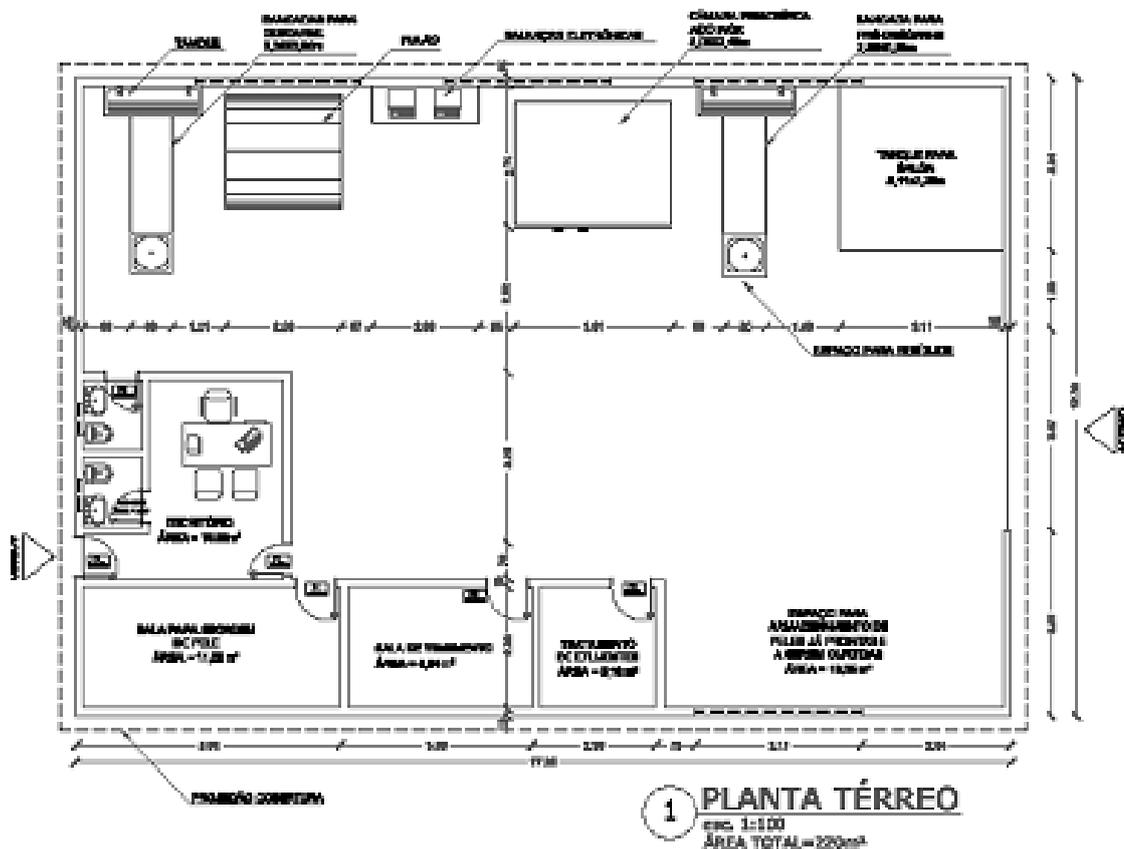


Figura 6: Galpão para instalação do curtume de *ictiocouro* – planta baixa
 Fonte: Elaboração: arquiteta Lorena Gomes segundo especificações do SEBRAE Nacional

10.3.1.1 Investimento em equipamentos e custos

O quadro abaixo apresenta os principais equipamentos para a operacionalização de um curtume de pequeno porte visando produzir 800 kg/mês são:

ordem	Item	Valor R\$
01	Fulão, com gramalheira e disco	24.000,00
02	Máquina de descarna e corte *	16.000,00
03	Máquina de rebaixar ou rebaixadeira *	18.000,00
04	Mesas de aço inox – 2 um *	6.000,00
05	Balança	1.500,00
06	Esmeril	1.800,00
07	Serra mecânica *	1.200,00
08	Plaina limpadora *	2.450,00
09	Máquina de secar *	25.000,00
10	Máquina de lixar com exaustor *	3.700,00
11	Máquina de amaciar *	2.800,00
12	Prensa hidráulica *	1.700,00
13	Ferramentas manuais	3.000,00
14	Móveis e utensílios para escritórios *	10.000,00
15	Câmara fria *	20.000,00
16	Estação de tratamento de efluentes *	25.000,00
	TOTAL	162.150,00

Quadro 1: Relação dos equipamentos para a operacionalização de um curtume de pequeno porte.

A estrutura acima está prevista para instalação em um galpão de 220m² em torno de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) para edificação.

O quadro abaixo busca apresentar de forma simplificada os principais itens de custo mensal que devem ser absorvidos pelo curtume de *ictiocouro*:

Ordem	Item/ mês	Valor R\$
1	Matéria prima	1.600,00
2	Produtos químicos	16.000,00
3	Tratamento de resíduo	4.000,00
4	Energia elétrica, água, telefone, internet	3.500,00
5	Material de escritório	200,00
6	Material de segurança	600,00
7	Salários e encargos	12.000,00
9	Manutenção	800,00
10	Frete para São Paulo	800,00
11	outras despesas com insumos	3.000,00
TOTAL		42.500,00

Quadro 2: Levantamento de custos para a operacionalização mensal de um curtume de pequeno porte.

Tabela 15: Cálculo mensal de faturamento de um curtume de pequeno porte 800kg/ictiocouro/mes

Descrição	Valor R\$
Receita Bruta para a Produção/ Comercialização/mês	280.000,00
Custos para Produção/ Comercialização/ mês	42.500,00
Receita Líquida/ mês	237.500,00

Fonte: Pesquisa de campo

* Etapas que podem ser realizadas artesanalmente/ manualmente para a produção reduzida.

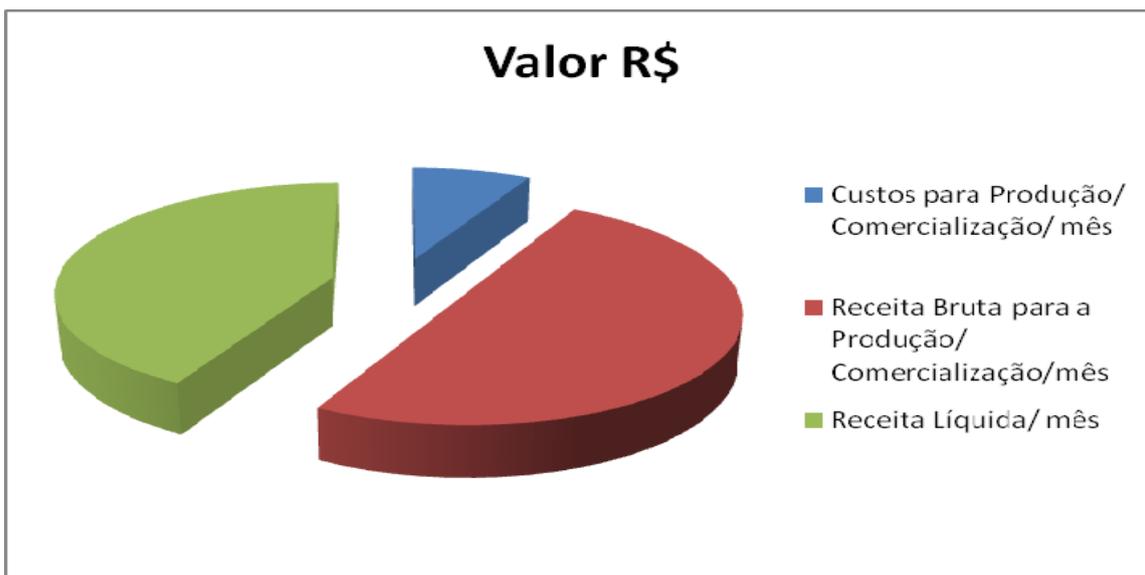
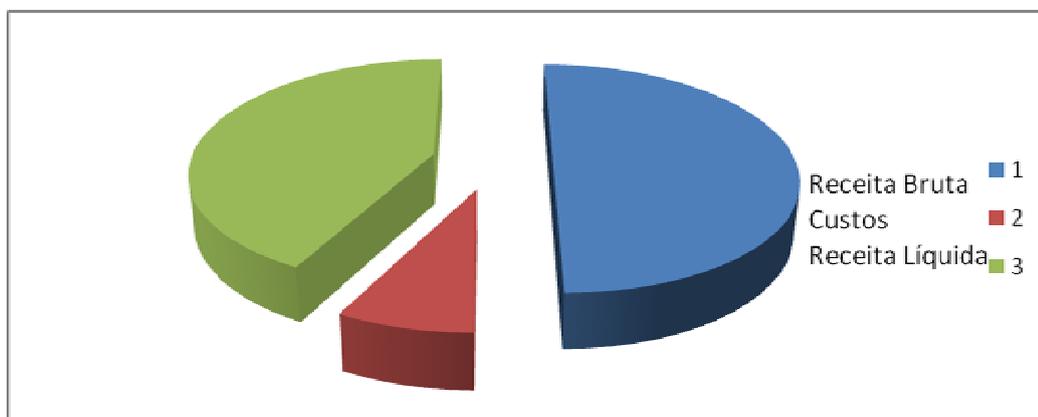


Tabela 16: Cálculo anual de faturamento de um curtume de pequeno porte 800kg/ictiocouro/mes

Descrição	Valor R\$
Receita Bruta para a Produção/ Comercialização/ano	3.360.000,00
Custos para Produção/ Comercialização/ ano	510.000,00
Receita Líquida/ ano	2.850.000,00

Fonte: Pesquisa de campo



É fato que um dos maiores custos para o negócio é a água e seu tratamento, portanto é necessário um plano para redução de consumo e reutilização da água composto pelas seguintes etapas:

- Medição rotineira da quantidade de água consumida;
- Formação de histórico e acompanhamento contínuo de consumo hídrico;
- Medidas de melhoria e otimização de processos relacionados com a minimização do uso de água e geração de efluentes líquidos;
- Reuso e reciclagem de águas e de soluções;

- Tratamento adequado e otimizado de efluentes;
- Avaliação sobre a possibilidade de reuso de efluentes líquidos;
- Boas práticas de organização, manutenção e limpeza da área produtiva;
- Treinamento efetivo de pessoal.

O gestor necessitará registrar os principais custos fixos e variáveis sendo os fixos, como por exemplo, aluguel, salários, contador, telefone, energia – pois apresentam taxa mínima fixa, apesar de variar conforme a produção. Já nos variáveis estão a matéria-prima, insumos e demais materiais utilizados, manutenção, impostos sobre o faturamento dentre outros. É imperativo que o gestor detalhe minuciosamente o custo unitário de produção no sentido de calcular a margem de contribuição unitária de cada produto na composição geral do custo. Outro fator extremamente relevante para análise dos custos está relacionado ao correto aproveitamento da capacidade de produção dos colaboradores. A incidência do custo fixo sobre os produtos tende a cair na proporção do aumento da produção, pois este custo é dividido segundo critério apropriado, por tudo que é produzido representando um menor custo unitário e melhorando a margem de contribuição. O acompanhamento deve ser mensal comparado ao faturamento obtido relacionado à produção do mesmo período, logicamente o saldo deverá ser sempre positivo para não comprometer a sobrevivência e longevidade do empreendimento.

10.3.1.2 Estrutura Humana

Por se tratar de uma atividade econômica pouco explorada e ainda em expansão, a oferta de pessoal especializado ainda é mínima, portanto é necessário prever um período inicial de treinamento de mão-de-obra. No entanto o treinamento e contratações podem ir aumentando na medida da demanda pelo produto acabado.

A atividade em um curtume artesanal de peles exóticas é basicamente manufatureira e absorve pessoas com baixo grau de instrução, o que poderá ocasionar alta rotatividade de mão-de-obra, isto gera problemas na continuidade do trabalho impactando negativamente na qualidade do produto final e cumprimento de prazos. Neste sentido quanto mais criterioso for o processo de seleção e mais justas as remunerações e valorização do quadro de pessoal, menores serão os problemas futuros com relação aos colaboradores. Esta operação

inicialmente absorve um gestor em tempo integral, um secretário, um comercial, um estoquista, um técnico em informática e dez funcionários na produção do couro, totalizando quinze pessoas. A produção do artesanato absorveria mão de obra a parte e específica.

10.3.2.1 Automação

As principais atividades produtivas são necessariamente realizadas por pessoas, diante das características únicas de cada pele de peixe, portanto não existem equipamentos totalmente automáticos para este tipo de produção. Por outro lado, atividades administrativas e comerciais podem lançar mão de sistemas de controle com elevado nível de automação inclusive interligando todas as etapas do negócio desde a aquisição das peles até a comercialização.

10.3.2.2 Capital de giro

O capital de giro exige permanente controle, pois tem a função de minimizar o impacto das mudanças no ambiente de negócios onde o empreendimento se estabelece. O desafio da gestão do capital de giro está justamente em lidar com variáveis que se posiciona fora da zona e conforto do gestor. É imperativo estar atento à ocorrência de fatores como:

- variação dos diversos custos absorvidos pelo empreendimento;
- aumento de despesas financeiras, em decorrência das instabilidades desse mercado;
- Baixo volume de vendas;
- Aumento do índice de inadimplência;
- Altos níveis de estoque de produtos;

O controle deve ser rígido a fim de evitar consumir recursos sem previsão. O gestor não deve lançar mão de recursos além do estipulado visando o crescimento e auto-sustentação do empreendimento. Para um investimento inicial de R\$162.150,00, estima-se um capital de giro de R\$59.500,00 valor que deve estar disponível para pagamento dos custos.

10.3.1.2.3 Fatores Locacionais

Em se considerando o mercado nacional (São Paulo), a geografia apresenta algumas

dificuldades por estar distante de grandes centros consumidores e ainda pelos principais concorrentes situados no Paraná e Rio de Janeiro se localizarem a cerca do principal consumidor nacional. Os insumos químicos são produzidos fora do estado o que acarreta majoração para a produção.

10.3.1.4 Setor Produtivo

Os principais produtores nacionais de couro de peixe encontram-se no Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, embora existam também em São Paulo. A maioria desses curtumes processa peles adquiridas de tanques redes e pesque-pagues. No entanto, por ser uma atividade bastante recente em termos mercadológicos, ainda não existem estatísticas quanto ao volume de produção e comercialização. De acordo com Delzimar Braga¹⁸ (2009), curtumes cariocas treinam funcionários de empresas exportadoras de filé de peixe, para que a pele não seja danificada e consigam obter melhor preço no mercado. Essas pessoas também são orientadas no armazenamento e no transporte. “Logo após a pele ser retirada é enviada para o processo de curtimento no Rio de Janeiro. Após o tratamento e acabamento volta ao Pará onde empresários as transformam em acessórios de moda”, revela o coordenador do SEBRAE/Pa.

Para este cenário considerou-se apenas a produção e comercialização do *ictiocouro* de forma semimanufaturada não se levando em conta a produção de artesanato, muito embora se esteja consciente que a maior agregação de valor resida do produto acabado (confeccionado), no entanto a insipiente *expertise* existente na RESEX MGC, Pa, desestimula a comercialização de produtos acabados para fora do estado do Pará.

10.4 CENÁRIO 2: MERCADO LOCAL.

O cenário aqui desenhado considerou a operacionalização de um curtume eminentemente artesanal com capacidade para processar 200kg de pele/mês gerando 100kg/ de *ictiocouro*/mês. Considerou-se ainda que 25kg/*ictiocouro*/mês é destinado à confecção de artesanato e sua posterior comercialização enquanto 75kg/*ictiocouro*/mês são comercializados a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais/ kilo) no mercado local.

¹⁸ Responsável pela Unidade Artefatos de Couro, do SEBRAE/ PA.

10.4.1 Estrutura Física

A estrutura física se assemelha a do curtume anterior, no entanto, por contar com número reduzido de equipamentos, o curtume pode ser instalado em uma área de 50m². O acondicionamento das peles pode ser feito em caixas térmicas bem lacradas. Os produtos químicos, por serem em quantidade reduzida são acondicionado em um armário com chave e fora do alcance de crianças. Nada impede que a lavação e processamento seja realizado em uma área ao ar livre e sombreada, com estrutura de tanque doméstico. A área de secagem necessita ser coberta, dispensando controle de temperatura e umidade, no entanto precisa de uma pequena sala para estoque e expedição de produtos acabados. É necessário contar com o assessoramento de um químico ou estudante de Engenharia Química para elaborar um sistema básico para tratamento de efluentes, bem como um pequeno escritório com banheiro.

10.4.1.1 Investimento em equipamentos e custos

O quadro abaixo apresenta as necessidades para a operacionalização de um curtume de micro porte formatado para produzir 100 kg/*ictiocouro*/mês são:

ordem	Item	Valor R\$
1	Fulão, com gramalheira e disco	24.000,00
2	Balança	1.500,00
3	Esmeril	1.800,00
4	Ferramentas manuais	3.000,00
5	Termômetro profissional	100,00
6	Potenciômetro	40,00
7	Caixas térmicas	1.000,00
9	Aerômetro	70,00
8	Tratamento de resíduos	1.500,00
Total		33.010,00

Quadro 3: Relação dos equipamentos para a operacionalização de um curtume de pequeno porte.

A estrutura abaixo está prevista para instalação em um galpão de 50m² locado facilmente em Curuçá.

O quadro a seguir busca apresentar de resumidamente os principais itens de custo mensal que devem ser absorvidos pelo curtume de *ictiocouro*:

Ordem	Item/ mes	Valor R\$
1	Matéria prima	200,00
2	Produtos químicos	2.000,00
3	Tratamento de resíduo	1.500,00
4	Energia elétrica, água, telefone, internet	300,00
5	Material de escritório	100,00
6	Material de segurança	300,00
7	Salários e encargos	6.885,00
8	Manutenção	200,00
9	Frete para Belém/ Ananindeua	300,00
10	Comissão sobre venda (5% da receita)	1.312,50
11	Outras despesas com insumos	300,00
TOTAL		12.897,50

Quadro 4: Levantamento de custos para a operacionalização mensal de um curtume para produção de 100kg/*ictiocouro*/mês

Considerando que neste arranjo cuja produção é 100kg/*ictiocouro*/mês, serão comercializados 75kg semimanufaturados e 25kg destinados à confecção de artesanato pelos locais, demonstra-se, a seguir, o faturamento com a comercialização do *ictiocouro* e do artesanato.

Tabela 17: Cálculo mensal de faturamento da comercialização do *ictiocouro* semimanufaturado 75kg/*ictiocouro*/mes

Descrição	Valor R\$
Receita Bruta para a Produção/ Comercialização/mês	26.250,00
Custos para Produção/ Comercialização/ mês	12.897,50
Receita Líquida/ mês	13.352,50

Fonte: Pesquisa de campo

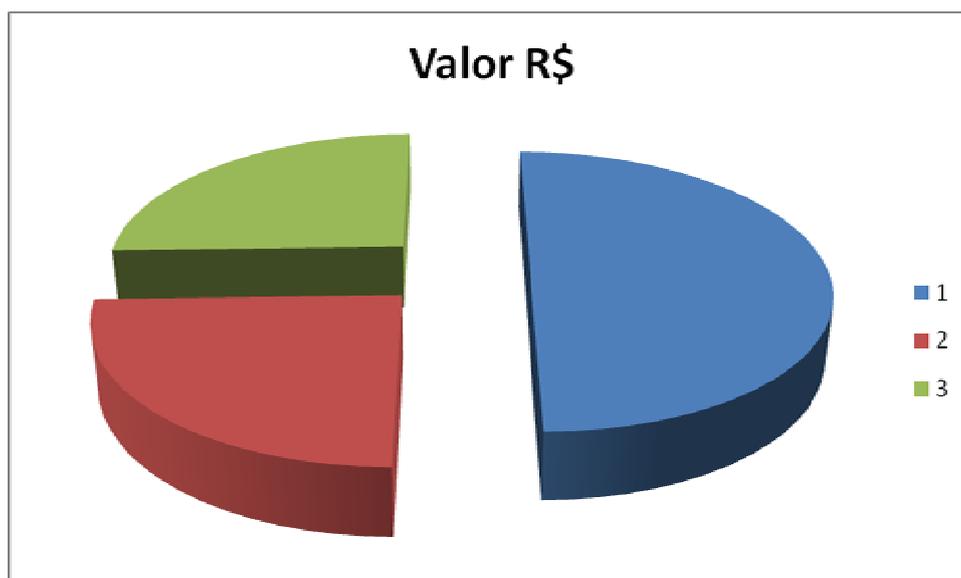


Gráfico 1: Cálculo mensal de faturamento da comercialização do *ictiocouro* semimanufaturado 75kg/*ictiocouro*/mes

10.4.1.2 Estrutura Humana

Aqui valem os mesmos preceitos identificados para o curtume anterior, no entanto, se absorverá maior número de mão de obra, pois neste cenário se inclui a confecção de artesanato. Inicialmente são necessários um gestor em tempo integral, um comercial e secretário, oito funcionários na produção do couro e dez pessoas na confecção do artesanato, totalizando vinte e uma pessoas.

10.4.1.3 Setor Produtivo

Até março de 2009 o estado do Pará contava com apenas um curtume para processamento de peles exóticas. Em entrevista, realizada em 12 de abril daquele ano, a proprietária, revelou não conseguir atender toda a demanda diante de impeditivos financeiros. Informou ainda que recebeu uma “grande encomenda” de importadores estrangeiros quando participou da Feira Moda Pará, integrante do Fashion Business, em julho de 2008, no entanto, pelo mesmo motivo alegado, não conseguiu “entregar o pedido” o que segundo ela, deixou os empresários extremamente descontentes e duvidosos da capacidade “do Norte de fabricar bons produtos para a área de moda”. Na ocasião a empresária informou que comprava as peles “cruas” do “nordeste paraense”, não sabia se vinham de Vigia, Salinas ou ainda não se sentiu a vontade em revelar. As peles variavam de R\$1,20 a R\$1,50, por kilo, de acordo com o tamanho e qualidade de conservação, “pois dependendo do estado não servem mais para curtir”.

Após curtidas, com tratamento *wetblue* – estágio mais primitivo do curtimento, mas o único que a capacidade financeira da empresária permitia – o couro era colorido e comercializado semimanufaturado de R\$40,00 a R\$60,00 reais, a peça. Ou em objetos prontos como carteiras e sandálias que ficavam em torno de R\$100,00 as mais baratas e R\$280,00 as mais caras. Em novo contato com a empresária, em final de maio de 2009, toma-se conhecimento do encerramento da atividade, por conta de desavenças na sociedade. A empresária continua extremamente interessada no negócio, porém, não tem capital, calculando sua necessidade inicial de R\$30 a R\$50 mil reais de investimento. O fechamento do curtume deixou em média 15 pessoas sem emprego, pois em tempos de grande demanda chegava a criar até trinta empregos diretos.

Ainda segundo Braga, “O Pará não possui nenhum fornecedor de pele de peixes

oriundo de cativoiro. Tem a maior produção pesqueira do Brasil e toda a pele vem das empresas de pesca de captura instaladas ao longo da costa do Pará, que exportam apenas a carne dos animais e o restante é descartado”.

Tabela 18: Cálculo mensal de faturamento da comercialização do *ictiocouro* em artesanato 25kg/*ictiocouro*/mes

Produto	Qde	Outros	Qde Couro (g)	Valor de venda da unidade	Valor de Custo	Valor Total de Venda	Qde Total de Couro (kg)	Mão de Obra
bolsa	20	R\$ 15,00	200	R\$ 160,00	R\$ 300,00	R\$ 3.200,00	4	3
carteira	60	R\$ 8,00	100	R\$ 100,00	R\$ 480,00	R\$ 6.000,00	6	4
sandalia rasteira	200	R\$ 10,00	10	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	2	1,52
portaniquel	100	R\$ 1,00	25	R\$ 10,00	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	2,5	1,10
acessorio colar	200	R\$ 4,00	25	R\$ 20,00	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00	5	1
acessoriopredador	120	R\$ 0,50	25	R\$ 10,00	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00	3	0,6
acessorio tiara	100	R\$ 2,00	25	R\$ 15,00	R\$ 200,00	R\$ 1.500,00	2,5	0,5
					R\$ 3.940,00	R\$ 24.900,00	25	11,72

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 19: Cálculo mensal de faturamento da produção/comercialização do *ictiocouro* em artesanato 25kg/*ictiocouro*/mes

Descrição	Valor R\$
Custos para Produção/ Comercialização/ mês	3.940,00
Receita Bruta para a Produção/ Comercialização/mês	24.900,00
Receita Líquida/ mês	20.960,00

Fonte: Pesquisa de campo

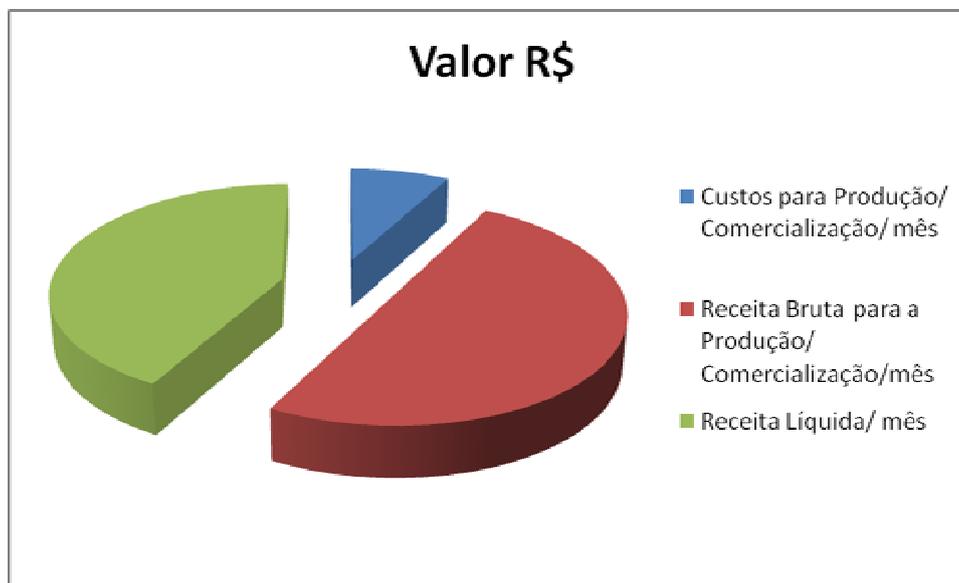


Gráfico 2: Cálculo mensal de faturamento da produção/comercialização de 75kg/mês de *ictiocouro semimanufaturado* e 25kg/*ictiocouro*/mês em artesanato.

Tabela 20: Cálculo mensal de faturamento da produção/comercialização do *ictiocouro* semimanufaturado e em artesanato 25kg/*ictiocouro*/mes

Descrição	Valor R\$
Receita Líquida/ ictiocouro semimanufaturado/ mês	13.352,50
Receita Líquida artesanato/ mês	20.960,00
Receita Líquida integral	34.312,50

Fonte: Pesquisa de campo

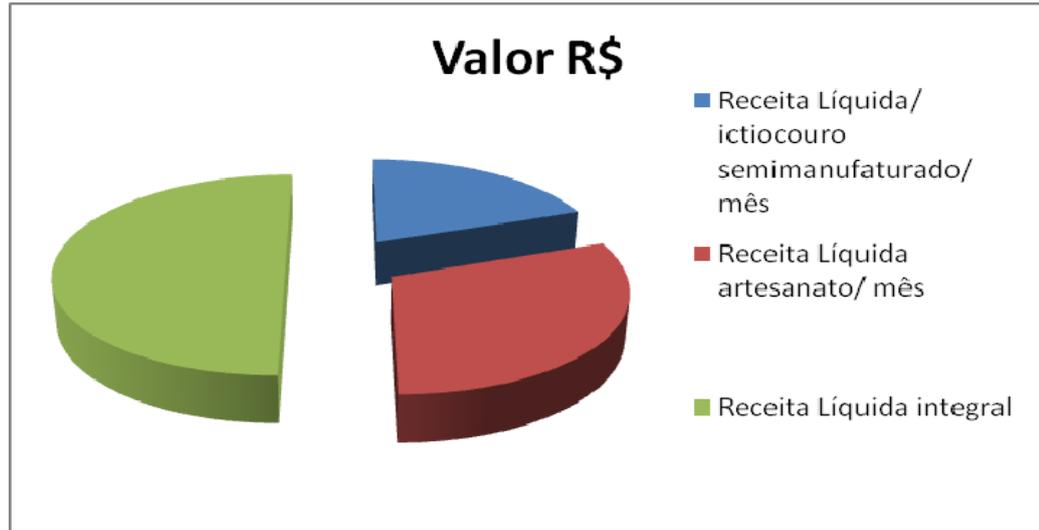


Gráfico3: Cálculo mensal de faturamento da produção/comercialização de 75kl/*ictiocouro* semimanufaturado e 25kg/*ictiocouro*/mes em artesanato.

10.4.1.4 Fatores Locacionais

Em se considerando o mercado consumidor local, a geografia não impõe limitações, na medida em que não há necessidade de complexas estratégias de transporte e conservação, contando com boas condições infraestruturais para o escoamento do produto, além do que, conforme já demonstrado, o município dispõe de rede de energia elétrica, hidrossanitária e de comunicação. A matéria prima é abundante e necessita de uma destinação ambientalmente viável. Porém os insumos químicos são produzidos fora do estado.

10.4.1.5 Canais de distribuição (potenciais consumidores/ mercado e comercialização)

O mercado para este tipo de negocio esta em plena formação sobretudo calcado em preceitos de sustentabilidade, uma das grandes preocupações do sujeito contemporâneo. O empreendimento necessita estabelecer canais de venda perante os principais consumidores de *ictiocouro*, como fábricas de acessórios e vestuário, mesmo que primeiramente, no âmbito local. O produto processado e embalado não requer maiores cuidados, logo tanto os canais convencionais de distribuição quanto o *ecommerce* podem ser seguramente adotados.

Braga (2009) informa que os principais consumidores dos produtos manufaturados em couro de peixe - acabados e semi-acabados - estão localizados em Belém e Ananindeua. São

empresas e artesãos que utilizam o esse tipo de couro para “fabricação de bolsas, cintos, vestuários, calçados, pequenos artefatos de decoração e brindes”.

Conforme já explicado um dos pilares de sustentação para o posicionamento mercadológico do *ictiocouro* é a Economia Solidária, operacionalizada via Comércio Justo. Esta forma de circulação de bens abrange o valor cultural dos objetos, amplamente discutida; carrega em seu bojo qualidades caras a postura ética do ser humano, maximizando a importância material do produto. Conforme demonstrado no desenvolvimento da pesquisa, há possibilidades para a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado na RESEX MGC, desde a simples filetagem à transformação da pele em *ictiocouro*. Qualquer que seja a opção escolhida é mais rentável e menos danosa tanto sob o aspecto social quanto ambiental. Contudo o foco da pesquisa é o *ictiocouro*.

10.4.1.6 Principais fornecedores e principais clientes

Os principais fornecedores serão os pescadores artesanais interessados no negócio, os quais inclusive poderão ampliar suas possibilidades de incremento de renda, se filetarem o pescado e comercializarem independente da pele.

No levantamento realizado pelo SEBRAE entre 2007 e 2009 o couro semimanufaturado, encontra principais clientes locais nas seguintes empresas: Bazzola Fashion (Ananindeua), Fora D'água (Belém), Vitorella (Icoaraci), Calçados Vitória (Belém), COOPSAI (Barcarena), Associação de Artesãos da Praça da República (Belém) além de profissionais de *Design* (Belém) e decoração (Belém e região metropolitana), bem como estilistas de moda (Vestuário, Calçados e Acessórios). Lembra-se que o produto semi-acabado destinado a esses consumidores conta com menor valor agregado que peças prontas como carteiras, bolsas, cintos, etc.

- Caso os próprios produtores de *ictiocouro* se interessem em comercializar produtos acabados, seriam necessários outros investimentos dentre os quais capacitação de mão de obra para a manufatura dos objetos, além de profissionais ligados a moda e ao *design* que pudessem alinhar a produção a estética do mercado, no entanto o faturamento seria maior do que comercializar apenas o produto semi-acabado, conforme já demonstrado.

10.4.1.7 Principais Concorrentes

Existe apenas um curtume para beneficiamento de pele de peixe no estado do Pará e este absorve toda sua produção gerando demanda reprimida. Segundo Braga “para este tipo de produto não existe concorrentes conhecidos no Estado do Pará”.

10.4.1.8 Novos Entrantes

As próprias especificidades da RESEX MGC, PA, já se constituem em barreiras para “novos entrantes”. Vale ressaltar que por volta de dois anos atrás o campus de Bragança da UFPA, tomou a iniciativa de aproveitar a pele do peixe em couro. Convidou técnicos vindos do Rio de Janeiro para demonstrar as especificidades do processo a empresários locais. Na avaliação de Braga alguns motivos levaram aos potenciais investidores desistirem do negócio, dentre os quais as já citadas rígidas leis ambientais e altas cargas tributárias aplicadas ao “empresário comum”, custos que empreendimentos solidários operacionalizados por populações tradicionais estariam isentos.

10.4.1.9 Diversificação/ agregação de valor

Conforme já explanado o couro de peixe representa o maior valor agregado na cadeia ictiológica, por atingir um público de elevada faixa de renda que buscam os diferenciais oferecidos como durabilidade, resistência, qualidade e características únicas do desenho de cada peça permitem várias aplicações do produto. Pode-se agregar valor ao produto por meio de parcerias com fabricantes de produtos de moda ou ainda estabelecer um padrão de montagem para clientes exclusivos.

10.4.1.10 Divulgação

A divulgação se processa de duas maneiras diferentes. A primeira trata de promover

demonstrações a possíveis clientes e parceiros comerciais, apresentando amostras das peças e demonstrando as aplicações. A segunda deve promover o produto em parceria com empresas clientes, diretamente no mercado consumidor apresentando peças elaboradas a base de ictiocouro como acessórios e vestuário dentre outros. Por ser um produto diferenciado a divulgação deve ser voltada ao mercado específico no caso o mercado de Moda/ Decoração apresentado em lojas e boutique bem como empresas que trabalham com esse público.

10.4.2 Autogestão Comunitária

Conforme já explanado a RESEX MGC, PA conta com a Associação de Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande – AUREMAG e com a Colônia de Pescadores Z5. Tanto uma quanto outra poderá buscar caminhos para a implantação da proposta de acordo com a motivação de seus membros, uma vez que as duas demonstraram interesse. A ação se configura em uma alternativa de geração de renda podendo ser integrada ao Plano de Uso e Manejo da RESEX MGC, PA. É possível também se organizarem em cooperativa conforme instruído pelo SENAES (2008).

O Grupo de Ação Comunitária do Abade, cujo estatuto data de 1975, participou do GRUPO FOCAL, demonstrando sumo interesse em buscar meios para a implantação desta proposta. Por ser formada por esposas de pescadores, revelam dispor de estratégias para a obtenção da matéria prima, segundo elas a custo zero. Devido o recorte da pesquisa ter sido elaborado com pescadores artesanais prioritariamente localizados no Abade, a associação em questão deve ser considerada como um provável viés para a implantação da proposta.

10.4.2.1 Geração de Renda

Uma oficina pequena destinada à produção de peças simples demandaria, em média, 12 artesãs e 13 pessoas na operação mais gestão. No caso de uma unidade mais completa utilizando maquinário moderno o empreendimento necessitaria de um número maior de pessoas, além de um químico e um profissional capacitado para o mercado de moda.

Obviamente este arranjo pressupõe parcerias entre a comunidade e institutos tecnológicos ou universidades. Estas com a responsabilidade de subsidiar o empreendimento por meio de mão de obra em formação, como estudantes. Conforme Sachs (2009), esse tipo de acordo beneficia tanto o estudante, que encontra um campo real para praticar e a sociedade que se apropria do conhecimento gerado na academia.

10.4.2.2 Gerência e organização

Conforme já exposto a Economia Solidária operacionalizada pelo Comercio Justo, em organizações de perfil comunitário como associações e cooperativas seriam a forma mais adequada de administrar o empreendimento.

10.4.2.3 Nós Críticos

O traço individualista inerente a população haliêutica, é um nó crítico para empreendimentos solidários. Outro entrave marcante é a baixa escolaridade ocasionando, em certa medida, dificuldades de acesso ao crédito disponível no sistema financeiro convencional. A desmotivação com a realidade vigente e insipiente prática associativista, essencial a empreendimentos cooperativistas também são outras barreiras. Além destes há no inconsciente coletivo a noção da obrigatoriedade do Estado em lhes prover de todas as necessidades, desde as mais básicas até específicas, como criação de postos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tematiza o desenvolvimento na Amazônia considerando impactos externos e conseqüências nos espaços nacional e locorregional. Em seguida, dialoga com o extrativismo sob o ângulo histórico, sua estreita ligação com a Amazônia seja pela lupa política, social e/ ou ambiental, resultando em outras formas de olhar tal prática milenar ao associá-lo a novas tecnologias: o neoextrativismo, imbricado na operacionalização de reservas extrativistas como alternativa à preservação socioambiental alinhada à economia. Para tanto se caracterizou este tipo de UC, o sitio da pesquisa: o município de Curuçá, território ao qual se sobrepõe a RESEX Mãe Grande.

Há séculos a pesca artesanal embasa a economia dessa região, portanto situou-se o *labor* no contexto nacional e estadual do ponto de vista social, ambiental e econômico. Analisou-se a relação haliêutica com a RESEX, produção e comercialização do produto *in natura* para, enfim, focar-se na possibilidade de agregação de valor à cadeia produtiva. Mais objetivamente centra-se no aproveitamento da pele de peixe, hoje descartada no meio ambiente, e sua transformação em *ictiocouro* para o mercado de moda por meio do Comercio Justo, no bojo da Economia Solidária, uma vez que a pesquisa demonstrou ser este nicho o mais adequado.

Em um contexto mundial aonde a questão ambiental veio à tona, traçaram-se políticas que buscassem alinhar o desenvolvimento econômico a interesses ambientais e sociais. Nesse cenário, o estado nacional criou as Reservas Extrativistas. Uma das estratégias para a viabilização das RESEX é a utilização do neoextrativismo, defendido por Rego (1999): um novo modelo de extrativismo, aberto a novas tecnologias na intenção de fazer frente ao triptico prudência ecológica, justiça social e viabilidade econômica, simultaneamente. Assim o conceito de desenvolvimento sustentável contribui para atizar a polêmica com relação a unidades de conservação ambiental frente ao extrativismo. Os ruídos alcançam a criação das Reservas Extrativistas no Brasil, do ponto de vista político, social e econômico. O discurso é profícuo, mas a pratica incipiente. Existem muitos eventos, encontros e reuniões estimuladas pelo poder central, no sentido de sedimentar a política das RESEX. O seminário “A importância do Litoral” sobre o Gerenciamento Costeiro do Litoral Paraense 23 e 24 de abril de 2009 em Curuçá, é apenas uma dessas ações que culminaram em audiência pública sete meses depois visando implantação da proposta. No entanto, o resultado foi a instalação de uma comissão parlamentar para tratar do assunto cujo poucos avanços práticos alcançou. O

peso das instituições e do estado acaba oxidando a realização efetiva das demandas sociais. A falta de celeridade é reconhecida pelos parlamentares que acusam o excesso de pleitos como pivô da lentidão. “Criar leis é por decreto, mas não se muda a mentalidade das pessoas por decreto” afirma o deputado Ailton Faleiro, hoje na legenda do PT. E ainda há o conflito entre poderes executivo, legislativo e judiciário.

Pelos fatores constatados e outros a elencar, acredita-se que o “caminho das águas” ainda se encontra bastante turvo no que diz respeito a consolidação das reservas extrativistas enquanto instrumento de proteção socioambiental com geração de renda. Questiona-se inclusive, se a denominação mais adequada para a estratégia econômica porventura gerada à viabilização das RESEX do ponto de vista econômico deveria ser expressa por “Planos de Negócios”, no sentido clássico da proposta. Etimologicamente um negócio tem como principal função o lucro pecuniário maximizado, onde impera o capital acima de qualquer outro valor. Onde o ganhador é quem faz “o melhor negócio” em detrimento do perdedor – o que sai prejudicado na transação comercial (Negócio da China). Essa visão começa a se diluir, ainda que no entendimento popular, quando o “negócio é de pai para filho”. Ou seja, em uma negociação onde valores imateriais se sobrepõem ao cobre (FERREIRA, A.; FERREIRA, M.; ANJOS, M., 2004, p. 1393).

Partindo da premissa que a Economia Solidária seria o modelo mais adequado para a realidade amazônica, é imperativo grifar que “Planos de Negócios” traçados para serem aplicados na região, sobretudo no âmbito das Reservas Extrativistas, não devem, nem podem, seguir os mesmos moldes cartesianos dos desenhados para empreendimentos exógenos a esse universo. O fator relevante a uma proposta com este perfil é o condão sócio-ambiental antes do econômico, na medida em que “empreendimentos sócioambientais”, sobretudo no *locus* regional, são absolutamente dependentes e proporcionais aos recursos públicos específicos para o cenário local (Plano de Desenvolvimento da Amazônia). Sem esta clareza é difícil, quiçá impossível, traçar negócios às RESEX: instrumentos institucionalizados, justamente, para aliviar a pressão sobre os recursos naturais ao mesmo tempo visando preservar o saber tradicional (PAS, 2009; ICMBIO, 2008).

Experiência pretérita aliada a esta pesquisa demonstram que a pertinência das RESEX enquanto mecanismos de preservação sócio-ambiental, somente podem oferecer suporte econômico à população tradicional a partir de “negócios de pai pra filho”, na medida em que valores éticos universais superam a relação capital X trabalho, pura e simples. Não se advoga o assistencialismo gratuito, mas condições justas e diferenciadas alinhadas as especificidades

das RESEX, sobretudo com relação ao acesso ao crédito. Hoje este mecanismo depende de apresentação de projetos junto às instituições de fomento, exigência bastante pesada à uma população maciçamente analfabeta funcional e com intenção insipiente de dar continuidade aos estudos. O papel de “projetistas” tem cabido às ONG’s e ações hebdomadárias de instituições de pesquisa. O subsídio público, mesmo nocivo na visão de autores como Boaventura de Souza Santos, ainda é fundamental, não somente para implantação desta proposta, mas para qualquer uma no contexto de reservas extrativistas na Amazônia. A categoria haliêutica investigada sofre de carências profundas desde a baixa escolaridade até condições insalubres de vida, dentre outros fatores que a impede de acessar crédito convencional disponível no sistema capitalista.

Empreitadas ancoradas nos preceitos da sustentabilidade exigem equilíbrio entre os ganhos sociais, ambientais e econômicos. Olhadas apenas pela ótica monetarista, cooperativas ou associações formadas por catadores de resíduos sólidos ou constituídas por coletores de óleo lubrificante destinados a reciclagem, por exemplo, resultam em custo X benefício sabidamente negativo. Porém, auxiliam na preservação do meio ambiente e geram renda para pessoas, que de outra forma, encontrariam imensa dificuldade em inserir-se no âmbito produtivo. Iniciativas onde o ganho social e ambiental supera em muito o econômico, contam com políticas de estado específicas, diante de problemas sociais gerados a partir da necessidade do desenvolvimento sustentável. Reduzindo o desenvolvimento local a vantagem econômica o Superporto Espadarte projeto para ser construído no âmbito da RESEX MGC, PA, elevaria a exportação estadual a R\$80 milhões, deixando para traz os R\$16 milhões alcançados em 2007 (PARÁ. Assembléia Legislativa do Pará, 2007).

Buscou-se entabular a proposta calcada na autogestão comunitária por meio de criação de cooperativas. Está demonstrado que esse tipo de arranjo tem conseguido êxito localmente e globalmente. Por outro lado existem fatores intrínsecos a formatação de cooperativas determinantes para seu êxito ou fracasso. (Empreendimentos de Economia Solidária e Desenvolvimento Local Sustentável na Amazônia Paraense: fatores que influenciam para o Desempenho de Cooperativas de Produção – Dissertação de Mestrado de Marcia Luana Moreira de Sousa – PPGEDAM - 2009). O recente estudo de Sousa corrobora com as informações prestadas pelo Dr. Erivaldo Araujo, Presidente do Sistema OCB/ SESCOOP no tocante a fatores preponderantes ao sucesso de uma cooperativa. O protagonismo de atores diretamente ligados a criação da cooperativa é um deles. Portanto, deve haver motivação legítima dos cooperados alinhados a filosofia do cooperativismo em consonância com a

demanda de mercado, em se tratando de uma cooperativa de produção, na medida em que estão atreladas a uma economia capitalista mesmo que em termos micro busque praticar os princípios da Economia Solidária. Os resultados apresentados por Sousa “permitem enxergar o cooperativismo como uma importante iniciativa de desenvolvimento local.”

A opção pelo sistema cooperativo necessita ser consciente e responsável. No entendimento de Boaventura a presença do Estado nesse tipo de empreendimento tende a cooptá-lo e axficia-lo. No entanto, vale grifar a existência de um objetivo comum e a forte relação social com suas entidades representativas são fatores preponderantes para o sucesso de um empreendimento cooperativista.

Conforme Dr. Araujo, uma cooperativa para ser formada necessita, antes de tudo, da base filosófica dotada pelo entendimento do que é uma cooperativa. Para tanto implantou no sistema OCB/ Sescop, um elenco de cursos gratuitos destinados a tal esclarecimento, para que os interessados possam refletir se realmente desejam e/ ou se encontram em condições de abraçar a empreitada cooperativa. No entanto, Márcia Luana concluiu que o “conhecimento é um processo que pode ser adquirido” não sendo sua ausência impeditiva para o estabelecimento de negócios cooperativos, demonstrando também que apesar da escolaridade ser importante para o sucesso de cooperativas, a baixa escolaridade pode ser superada pelo capital social substantivo, porventura existente na cooperativa. Este fator é importante para a análise, pois se os pescadores artesanais se unirem em torno de um objetivo poderão ser capazes de superar dificuldades que atualmente se configuram em impeditivos para que alcancem outro patamar de qualidade de vida

Por outro lado a pesquisa de campo demonstrou, corroborando com a literatura consultada, o traço individualista do pescador artesanal e sua pouca disposição em trabalhar de forma cooperativa. O universo pesquisado também não tem como prática filiar-se a associações classistas por não tê-las em total crédito. Este conjunto de práticas enfraquece o capital social, um dos pilares da autogestão comunitária. Demonstram ainda uma forte participação “passional” na política partidária. Este fator é nocivo de parte a parte, pois por muitas vezes inviabiliza boas propostas por não terem sido emanadas por determinado grupo de interesses.

Ainda com relação a autogestão comunitária via cooperativa, especificamente focando a categoria dos pescadores arsenais, a pesquisa demonstrou haver necessidade de um *Coaching*, composto por um grupo de profissionais focados na gestão visando impacto positivo nos resultados a serem alcançados. O processo de *Coaching* não trata apenas de um

programa de treinamento para capacidades específicas, mas permanece na organização, no caso a cooperativa, até ela atingir os resultados predeterminados. É dar suporte ao conjunto de pessoas para essas produzirem, buscando transformar intenções em ações a serem traduzidas em resultados. O *Coachig* é uma relação dinâmica que permite romper antigos paradigmas e estabelecer novas fronteiras.

As parcerias entabuladas com instituições de pesquisa, conforme Sachs (2009), são fator preponderante ao desenvolvimento local, na medida em que as relações sociais, ambientais e econômicas se encontram cada vez mais imbricadas no contexto contemporâneo. Um empreendimento cooperativo, assessorado por um “Coaching Institucional” conforme proposto, poderia ser lócus de pesquisa e extensão universitária, favorecendo cursos como Química, Engenharia Ambiental, Economia dentre outros. No entanto os acordos pactuados entre a AUREMAG e algumas instituições de pesquisa se encontram em ritmo leniente diante a burocracia. Todavia estabelecer uma rede de relações dialógicas entre a esfera pública e privada não é tarefa fácil, pois exige um alto nível de articulação para evitar o clientelismo.

A política que institui as RESEX elenca a elaboração do Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais enquanto instrumento de gestão. Ao determinar áreas de exploração, também deve buscar valorizar produtos da biodiversidade e posicioná-los no mercado; agregar valor às cadeias produtivas e a similares manufaturados localmente; impedir a diminuição da geração de renda local, historicamente baixa, em decorrência à obediência das normas de manejo; promover a correlação direta entre geração de renda e conservação dos recursos naturais com desdobramentos no âmbito educacional e social; potencializar a geração de renda por meio de ações não impactantes negativamente no cosmos sócio-ambiental, auxiliando na melhoria da qualidade de vida da população local, no entanto este instrumento basilar ao desenho sociopolítico da RESEX está em fase de espera.

De todo modo, as reservas extrativistas, instrumento legítimo de regulação social, econômica e ambiental sob a lógica do desenvolvimento sustentável, encontram toda ordem de dificuldades na operacionalização de questões prioritárias como “regularização fundiária, demarcação de perímetro, sinalização, desentrosamento, plano de manejo, infra-estrutura, assistência técnica e crédito. O PRODEX linha de crédito do Banco da Amazônia, destinada ao labor extrativista, ou linhas de crédito advindas do BNDS voltadas à modernização de pequenos empreendimentos na Amazônia, não se mostraram ainda suficientes para fazer frente às necessidades do neoextrativismo. Portanto, não basta demarcar é imperativo

viabilizar e isto passa necessariamente por dotação orçamentária, no âmbito das políticas públicas.

Perdemos a conta da reunião, seminário, conferência em que autoridades de governo explicaram programas, apresentaram planos, pedem tempo e compreensão das comunidades, e os resultados são quase insignificantes em relação nossa demanda (CARTA, 2008).

A pele de peixe apodrece e engrossa o lixo que se acumula nas praias, em igarapés, no mangue e em torno de “barracas de pescadores que se encontram na prática de pesca”. O cenário demonstra a carência na sustentação das bases legais como instrumentos para a conscientização da população da dimensão ambiental em todas as esferas sociais e de recursos humanos capacitados para atuação na área. Todavia tanto as entrevistas e questionários quanto o resultado do Grupo Focal demonstraram, em síntese, a necessidade de ampliação da cadeia produtiva ictiológica em Curuçá visando, se não eliminar, pelo menos diminuir, a dependência do pescador ao “atravessador”. No discurso do gestor do ICMBIO, presidente da Colônia Z5 e presidente da AUREMAG fica claro a maior preocupação em gerar ocupação e renda para pescadores e familiares preservando os recursos naturais, sem, no entanto, apontar soluções concretas nessa direção. Para estes é fundamental a adição de tecnologia à cadeia produtiva no sentido do melhor aproveitamento do pescado.

O interesse na ampliação da cadeia produtiva é verbalizado também por pescadores e seus familiares buscando adotar alguma ação que os permita obter maior renda no âmbito da atividade haliêutica. Estes entenderam o *ictiocouro* como uma oportunidade. O poder municipal, articulado com a AUREMAG, intenciona sensibilizar o pescador artesanal para o programa federal de incentivo a criação de pescado em cativeiro por meio da maricultura. A empreitada tem demonstrado sucesso no universo pesquisado onde 40% dos entrevistados já se tornaram simpáticos à piscicultura. Tanto a pesca artesanal quanto a aqüicultura oferecem oportunidades de industrialização, desde o beneficiamento do pescado até a utilização da pele de peixe em calçados, bolsas e cintos sofisticados, como também no fornecimento de equipamentos, insumos e serviços (SEPAq, 2008). Porém resta saber qual será o reflexo dessa política de geração de renda na perpetuação da população tradicional haliêutica: razão de ser da RESEX MGC, PA, do ponto de vista da fragilização do saber ancestral por conta de uma atividade substitutiva. Apesar da piscicultura conformar outra cadeia produtiva que não a da pesca artesanal, o discurso institucional se alinha ao dos pescadores quando se trata do incentivo a essa prática comercial. Segundo os atores ouvidos o Ministério da Pesca e Aquicultura criado em 26 de junho de 2006, pela Lei 11.958, demonstra grande disposição em

aportar recursos para tal fim acreditando ser a medida capaz de operar a diminuição da sobreexploração advinda da pesca artesanal e geração de renda para as populações tradicionais. Mesmo sendo uma das centrais preocupações da AUREMAG, não afastar o filho do pescador da atividade tradicional de pesca, apóia a piscicultura como forma de geração de renda na RESEX MGC, Pa. Todavia é imperativo grifar o condão da proposta de aproveitamento da pele do pescado transformada em couro destinado ao mercado de moda. O objetivo é o beneficiamento do resíduo independente se ele advêm de fonte natural ou não, contanto que possa gerar um *plus* financeiro ao pescador artesanal e o fortalecimento das relações produtivas.

A análise do discurso dos principais atores demonstra ainda pontos confluentes no tocante a dependência do pescador ao atravessador ser um dos nós críticos da cadeia produtiva ictiológica em Curuçá, a sobreexploração responsável pela escassez de cardumes gerando como consequência o afastamento do pescador artesanal de seu sitio de trabalho na medida em que não reúne condições técnicas para adentrar áreas mais distantes em busca do pescado por conta de suas posses limitadas. O baixo grau de educação formal apontado como um dos entraves ao fomento de projetos advindos da pesca, aliado a desarticulação da categoria e consequente capital social enfraquecido é outro traço comum ao discurso institucional e verificado *in loco*. Segundo o gestor municipal e a presidente da Z5 a construção do entreposto pesqueiro se configuraria em uma das soluções para agregar valor a cadeia produtiva ictiológica.

Em relação a atividade tradicional ser praticada em área de reserva não há consenso. Enquanto o gestor municipal diz ser a pesca artesanal atividade executada no entorno da RESEX MGC, Pa, o vice, a Z5 e AUREMAG dizem ser em área de reserva. O gestor do ICMBIO concorda com os três últimos, mas diz não contar com mecanismos reguladores, até o momento. Concernente a elaboração e implantação do Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais, o prefeito, vice e Z5 informaram estar em fase de coleta de dados e em andamento, no entanto o gestor do ICMBIO revelou estar suspenso no aguardo de condições para continuidade, porém a AUREMAG não quis se posicionar. Enquanto o prefeito entende haver ações no sentido de verticalizar a cadeia produtiva ictiológica em Curuçá, seu vice, a presidente da Colônia Z5 e do ICMBIO revelam não ter conhecimento de atitudes efetivas neste sentido, já a presidente da AUREMAG não soube refletir sobre o assunto.

O entendimento no tocante ao desenvolvimento sustentável, o prefeito e o vice concordam entre si sobre a população esperar muito do poder municipal, sem, no entanto

fazer sua parte a respeito. A AUREMAG revela buscar conscientizar seus membros e moradores das ilhas sobre a importância da preservação ambiental. Já a presidente da Z5 pensa haver dificuldade por parte do pescador artesanal dotar-se desse entendimento diante suas imensas carências de toda ordem, discurso este alinhado com o do ICMBIO. Cerezo entende a RESEX como um instrumento político em construção passível de profundas avaliações, acreditando que a maior presença do estado na localidade possa facilitar a compreensão de sua importância por parte da população local, na medida em que o pescador artesanal não consegue ainda perceber seus benefícios.

Peles de animais cobrem o homem desde a pré-história. Primeiramente com a função de proteger, depois como símbolo de *status* se prestando ao poder e ao adorno, enriquecendo o processo de comunicação subjetivo. A modernidade agregou a essa matriz tecnologia oferecendo ao mercado peles e couros sintéticos. (ANDRADE, 2005). No entanto, o mundo pós-revolução industrial paga preço alto por conta da insustentabilidade do processo extrair-processar-produzir-consumir-descartar exigindo outra racionalidade ao modelo de desenvolvimento humano. (MANZINI; VELOZZI, 2008; GHEMAWAT, 1986). O redesenho dessa cadeia, no entanto, tem sido formatado sob o enfoque da prudência ecológica, atenção social e às necessidades humanas sem que isto inviabilize a questão econômica, na busca de um modelo de desenvolvimento onde formas alternativas de produção e consumo encontrem efetividade (MANZINI; VELOZZI, 2008).

O investimento técnico em equipamentos para estruturar uma planta básica de curtume, adequada ao beneficiamento de peles exóticas, importa em torno de R\$282.150,00 (duzentos e oitenta e dois mil cento e cinquenta reais), já incluindo uma estação de tratamento para resíduos líquidos e sólidos e a construção física do galpão sob especificações técnicas. Diante de um suposto faturamento mensal na ordem de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) a proposta veria garantida a viabilidade econômica, possibilitando a inserção direta de 30 usuários da RESEX MGC, PA sob o viés do alargamento da cadeia produtiva da pesca artesanal. Conforme já avaliado, as profundas carências pelas quais passam os pescadores artesanais não lhes possibilita os recursos necessários a implantação do negócio. As dificuldades já elencadas os distanciam das linhas de crédito para o empreendimento. De um modo ou de outro se vêem reféns de programas estatais, no caso, voltados à sedimentação das reservas extrativistas para geração de renda.

Ainda pesa negativamente sobremaneira sobre o produto, candidato ao Comércio Justo a utilização indevida do chamado *ecomarketing* e *marketing* social visando promover

marcas que não atendem ao preceito do CJ. Tal atitude levou o consumidor, de um modo geral e, sobretudo no Brasil, a desconfiar da legitimidade desses produtos. Grandes redes de supermercados tem oferecido produtos provenientes do CJ, no entanto *a priori* parece que oferecer produtos justos em escala industrial é um contracenso, e desvirtua a proposta pela pressão que tal escala pode imputar tanto ao cosmo social quanto ambiental (ROOZEN; VANDERHOFF, 2002; FBES, 2009). Desatados os supracitados nós críticos e no bojo das considerações sobre Economia Solidária onde habita o Comércio Justo se acredita ser esta a forma mais adequada para a comercialização de produtos em *ictiocouro*, visto os valores imateriais pregados por esse tipo de economia onde o capital não subjuga o sujeito.

O principal intuito deste trabalho foi averiguar a possibilidade do uso e aproveitamento de um recurso natural ictiológico residual na RESEX MGC, Pa, no entanto a pesquisa demonstrou que a política partidária e os conflitos internos entre instituições ou autoridades constituídas estão na base dos problemas existentes na RESEX MGC, PA, sendo este o principal nó crítico para a verticalização da cadeia produtiva ictiológica na área. Outros fatores importantes são grau de educação formal exigido para acesso ao crédito por conta da instrumentalização desse mecanismo, ligado diretamente a essa estrutura de conhecimento. A carga cultural imbricada no fâcies haliêutico formado por um certo traço de individualismo conformador da baixa capacidade de articulação da categoria dificulta o fortalecimento do capital social basilar ao cooperativismo. Por outro lado tais entraves poderiam ser minimizados se o principal gargalo for tratado.

Não se advoga a utópica ausência de conflitos, próprias do ser social, contudo é imperativo o estabelecimento de mecanismos capazes de solucionar atritos tendo como foco central o benefício da população tradicional motivadora da implantação da RESEX MGC, Pa. Políticas federais dotaram a reserva de caminhões frigoríficos e outros insumos no sentido estimular o pescador aproximando-o de seu público alvo e minimizando a dependência do atravessador. Todavia a política não surtiu o efeito desejado na medida em que desentendimentos entre os principais atores não permitiram que tais bens chegassem as mãos de seus destinatários.

A política federal de implantação maciça da piscicultura marinha visa aliviar a pressão aos recursos ictiológicos, bem como fazer do pescador senhor do seu destino criando e vendendo seu próprio peixe. Não é objetivo aqui, avaliar o impacto dessa política no saber tradicional haliêutico do ponto de vista de sua ancestralidade, mas vale ressaltar que a implantação da RESEX MGC, Pa se deu na medida da existência de populações tradicionais

na área. Todavia a pesquisa demonstrou que o pescador artesanal não aspira para seus descendentes à repetição do *modus vivendi* que eles mesmo vêm adotando há séculos, mas a piscicultura como forma de possibilitá-los melhor qualidade de vida. Desatados os nós críticos já elencados é possível o aproveitamento da pele do pescado em *ictiocouro* visando a agregação de valor a cadeia produtiva ictiológica na RESEX MGC, Pa, independente se este resíduo é proveniente da pesca artesanal ou aqüicultura, muito embora se creia que este último deva merecer maiores cuidados do ponto de vista social, ambiental e, sobretudo relativo a preservação do saber tradicional haliêutico.

A produção de *ictiocouro* nas proporções estudadas é uma atividade de baixo impacto ambiental e relevante ganho social visto que não afasta o pescador de seu labor e sim gera renda para sua família por meio da mão de suas esposas e filhas. A proposta está alinhada a um dos objetivos do Plano de Uso e Manejo dos Recursos Naturais “oferecer às populações tradicionais alternativas de encontrarem subsistência a partir dos recursos naturais sem, no entanto esgotá-los” (ICMBIO, 2009). Por fim quando se leva em conta os ganhos socioambientais, a questão econômica se torna extremamente relativa, sendo necessário a viabilização de mecanismos eficientes de transferência de recursos para atividades que, de alguma forma, permitam à população das reservas extrativistas refletir sobre seu próprio desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **Brasil e Reino Unido trocam experiências em Comércio Justo**. [2007]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article_ed8b.html?id_article=310. Acesso em: 11.01.2009.

_____. **Comércio Justo beneficia 60 famílias em bairro de Salvador**. 2008. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?noticia=7670196&canal=203>. Acesso em: 11.01.2009.

ALLEGRETI, Mary. **O Pará, finalmente, valoriza o extrativismo**. Disponível em: http://www.maryallegretti.blogspot.com/2008_02_01_archive.html. Acesso em: 20.01.2009.

ALVES FILHO, Armando; ALVES JUNIOR, José; NETO, José Maria. **Pontos de História da Amazônia**. 2. Ed. rev. e ampl. Belém: Editora Paka-Tatu, 2008. V. 2.

ANDRADE, Rita. **Moda e Cultura material**. Curso de Pós-Graduação em Cultura e Moda da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo. 15.03.2005. Anotações de aula.

ARAUJO, Erivaldo de Jesus, médico especialista em Epidemiologia e Segurança Alimentar. **Informações verbais sobre ictiologia**. Entrevista concedida em 03.05.2009.

ARAUJO, Erivaldo de Jesus, presidente da Organização Brasileira das Cooperativas/Pará e do sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Informações verbais sobre cooperativismo**. Entrevista concedida em 03.10.2009.

BAUDOT, François. **Moda do Século**. Trad. Maria Thereza de Rezende Costa. 2. ed. rev. São Paulo. Ed. Cosac & Naïf, 2002.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 1, 2005. (Série Dossiê Amazônico, 1)

BEZERRA, Arerê Marrocos. **Amazônia Lendas e Mitos – Curuçá: sua terra, sua gente**. Belém: Paka-Tatu, 2005.

BIODIVERSIDADE brasileira – Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&idMenu=3812>. Acesso em: 22.08.2009

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972/1977

BRAGA, Delzimar, responsável pela Unidade Artefatos de Couro, do SEBRAE/ PA. **Informações verbais**. Entrevista concedida em: 22.10.2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 33. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Decretos e Leis, etc. Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências **Diário Oficial da União**. Brasília, 17.12.1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm
m. Acesso em: 13.02.2009.

BRASIL. Decretos e Leis, etc. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19.07.2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso em: 13.02.2009.

_____. Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23.08.2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4340.htm.

_____. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23.08.2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2002/D4340.htm.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento estratégico. **Plano Plurianual 2004 – 2007**, Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallpa/41_\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallpa/41_(menspresanexo).pdf). Acesso em: 02.05.2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável - PAS**. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivospdf/pas.pdf>. Acesso em: 02.05.2008.

_____. **Extrativismo e Desenvolvimento Rural**. 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.pesquisa&busca=resex>. Acesso em: 02.05.2008.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Comprovada a alta resistência dos couros de peixes**. 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articleed8b.html?id_article=310. Acesso em: 11.01.2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. **Atlas da Economia Solidária**. 2009. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/AtlasESmenu.html>. Acesso em: 11.01.2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. **Atlas da Economia Solidária**. 2009. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/AtlasESmenu.html>. Acesso em: 11.01.2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária?**. 2009. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em: 11.01.2009.

CAIRNCROSS, F. **Meio Ambiente: Custos e Benefícios**. São Paulo: Nobel, 1992.

CANEDO, Karina Soares. **Moda e Identidade: Um Estudo de Caso Sobre a Construção da Imagem da Marca OSKLEN**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Universidade Anhembi Morumbi) – 2007.

CANEVACCI, Massimo **Antropologia Visual Urbana: o caso de São Paulo**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP, em 13 de abril de 2005. Palestra.

CANTOS, Eduart. **El Porqué Del Comercio Justo: Hacia unas relaciones Norte – Sul más equitativas**. [s.l.]: Icaria Antrazyt, 1998.

CAPRA, Fritjof. Uma nova concepção de vida. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 1, pp. 7-9, jan./abr. 2007.

CARTA das reservas extrativista do Pará. Belém, 12.06.2008. Disponível em: <http://www.extrativismo.org.br/uploadfiles/CartaRESEXCNS.pdf>. Acesso em: 18.06.2009

CÁSSIA, Cristiane de. **Comércio justo e a crise financeira**. 2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/posts/2009/06/04/comercio-justo-a-crise-financeira-192207.asp>. Acesso em: 05.06.2009.

CASTILHO, Kathia; MARTINS, Marcelo M. **Discursos de Moda: semiótica, design e corpo**. São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi, 2005.

CASTRO, Edna. Fronteira e Territorialidades: atores locais e conexões transnacionais. In FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (Org.). **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Belém: Fundação Editora da UNESP, 2007.

CASTRO, Fábio. Amazônia: Cenário político e econômico. **Informações verbais**. Palestra proferida em 28.05.2009.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **A polêmica em torno do conceito de Reserva Extrativista enquanto atividade econômica sustentável**. Universidade Federal do Acre, out. 1993. Disponível em: <http://www.ida.org.br/artigos/Polemresextrat.pdf>. Acesso em: 05.01.2009.

CHAGAS, Maria do Rosário Saraiva das. Presidente da Colônia Z5. **Informações verbais**. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2009.

CEREZO, Flávio. Gestor da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá/ PA. Informações verbais. Entrevista concedida em 26 de novembro de 2009.

CEVALLOS, Diego. **Recessão desafia o comércio justo**. Disponível em: <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/recessao-desafia-o-comercio-justo/>. Acesso em 20.02.2009

CRUZ, Fernando, Prefeito de Curuçá. **Informações verbais**. Entrevista concedida em 30.11.2009.

DENNY, Dorila Araújo, Doutora P. h. D em Economia pela Universidade de Osaka – Japão e Oficial de Chancelaria em Taiwan – China. **Informações verbais**. Entrevista concedida em 08.12.2008.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP, 1997. p 315-347.

_____. **Desenvolvimento Sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. Disponível em: http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf - Acesso em 24.05.2009.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. 2. Ed. São Paulo: M. Fontes, 1999. Coleção Tópicos.

FACES DO BRASIL. **Comércio Justo no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br>. Acesso em: 03.01.2009.

FANON, Frantz. **Aos condenados da terra**. Trad: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. (a primeira edição é de 1961, a 2ª de 68, a 3ª de 91 e a 4ª de 2002 todas em Frances. Esta é a primeira em português.)

FENZL, Norbert. O conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. Revista **POEMATROPIC: Pobreza e meio ambiente no Trópico Úmido**, Belém, v. 01, n. 01, p. 34-42 jan./jul. 1998.

_____. **A sustentabilidade dos sistemas complexos – Partes I, II e II – A e B**. 13.01.2009. 15.01.2009. 16.01.2009. 20.01.2009. 22.01.2009. 23.01.2009. 06.02.2009. 10.02.2009. 13.02.2009. Notas de aula.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos (Coord.) **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed., rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Acero temático. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 20.02.2009.

FLORES, S.. **Comércio Justo**. 06.04.2009, anotações de aula,

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FUNDACION SINCHI SACHA. 2009. Disponível em: <http://www.sinchisacha.org/>. Acesso em: 20.02.2009,

FURTADO, Lourdes Gonçalves “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental : reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de. **Povos das Águas: realidade e perspectiva na Amazônia.**- Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves, Antropóloga, pesquisadora do MPEG. Trabalhadores da pesca e a reserva extrativista marinha mãe grande: impactos sócio-ambientais da estrada PA-136 (Curuçá, Pará). **Informações Verbais.** Palestra proferida durante o Fórum Social Mundial 2009, em 29.01.2009.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; SIMÕES, Janduari. **Iconografia da pesca ribeirinha e marítima na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002.

FURTADO, L.G.; SILVEIRA, I.M.S.; Mendes, A.C.; BASTOS, M. N. C.; SANTANA, M.G.; QUARESMA, H. D. B. Q.; I. NASCIMENTO: **Relatório sobre a visita técnica à Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá- Município de curuçá-Pará - Relatório Técnico.** Belém: MPEG, 2003.

GARCIA. Carol; MIRANDA. Ana Paula de. **Moda é Comunicação.** São Paulo: Ed. Anhembi Morumbi, 2005.

GONÇALVES, Sandra, Presidente da AUREMAG. **Informações verbais.** Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2009.

HOMMA, A. K. O. . **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria:** como produzir benefícios para a Amazônia. Texto para Discussão (Brasília), v. 27, p. 1-97, 2008.

IMBIRIBA, Nazaré. Secretaria Nacional do Programa Bolsa Amazônia – Consultora da UNESCO. **Informações Verbais.** 12.05.2005.

IPSOS. **Observatório de tendências.** Disponível em: http://www.ipsos.com.br/m3.asp?cod_pagina=1114. Acesso em: 22.01.2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Contagem da População.** 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em: 22.01.2009.

_____. **Carta Topográfica MI-337, Exército Brasileiro.** 1982. Escala 1:100.000. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/pesquisa/uas/uas800/Folha%20MI-337.htm>. Acesso em: 22.01.2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros. **Estatística da Pesca, 2006**: grandes regiões e unidades da federação. Brasília: IBAMA, 2008.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ. **Dados Estatísticos – 2008**. Belém, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICA – IPEA. **Textos para discussão**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>. Acesso em: 10.06.2009.

ISAAC, Vitória; ESPÍRITO SATO, Roberto; ALMEIDA, Morgana Carvalho de; ALMEIDA, Oriana; ROMAN, Ana Paula; NUNES, Leocyvan. Diagnóstico, tendência, potencial e política pública para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal. In: PARÁ. Secretaria de Estado de pesca Artesanal. **Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura no Estado do Pará**. 2008. v. 2, 7 v. Disponível em: http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/diag_pesca

JOHNSON, Pierre W. **Comercio Justo e Solidário** – caderno de proposições para o século XXI. Polo de socioeconomia solidária. Trad. João Guilherme de Farias Teixeira, 2004.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPÉIA. **Título 20 – Comércio. 2008**. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:071:1327:1332:PT:PDF>. Acesso em: 10.06.2009

LEMES, Francismar. **A Pele de peixe na passarela**. Disponível em: http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=50745. Acesso em: 20.02.2009.

LEWIS, Maybury Biorn. Terra e água: identidade camponesa como referencia de organização política entre água: identidade camponesa como referencia de organização política entre ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org.). **Amazônia, desenvolvimento, sociedade e qualidade de vida**. Belém: UFPA, NUMA, 1997. p. 31-70.

LIMA, Deborah de Magalhães. Equidade, Desenvolvimento sustentável e preservação da Biodiversidade: Algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, 1997. p 285-313.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do efêmero**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles; ROUX, Elyette. **O luxo Eterno**: da idade do sagrado ao tempo das marcas. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIPSTICK com repuesto. Revista Elle Mexico, fevereiro de 2010, p. 111

MACEDO, Jorge, Vice-Prefeito de Curuçá. **Informações verbais**. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2009.

MÁCOLA, Gilberto. EL-ROBININI, Maâmar. **Ilha dos Guarás (mariteua “mariteua) - município de curuçá (NE do Pará): aspectos físicos, meteorológicos. & oceanográficos - Relatório Final**. Belém: CDP, 2004. Disponível em: http://www.cdp.com.br/images/espardarte/espardarte_estudo.pdf.

MARINHO, Heliana. **Artesanato: tendência do segmento e oportunidade de negócios**. [2006?]. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/1E54FD5A8D8594EE8325735B006E1BBE/\\$File/NT0003610A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/1E54FD5A8D8594EE8325735B006E1BBE/$File/NT0003610A.pdf). Acesso em: 05.04.2009

MATHIS, Armin. **A Sociedade na Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann**. [1999]. Disponível em: http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf. Acesso em: 02.05.2008.

_____. **Tópicos avançados em Sustentabilidade**, 25.03.2009, anotações de aula.

MCGRATH, D. G.; CARDOSO, Alcilene Magalhães; SÁ, Elias Pinto. Community fisheries and co-management on the lower Amazon floodplain of Brasil. **Fisheries Management and Ecology**, 2003.

MELO, Karina Suzana Gomes de. **Extração e Uso de Corantes Vegetais no tingimento do couro de matrinxã (*Bricon Amazonicu Spix e Agassiz, 1819*)**. 2007 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Agricultura no Trópico Úmido. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2007.

MELLO, Alex Fiuza de, Ex-reitor da Universidade Federal do Pará. Geração de renda, estratégias de comercialização e pequena produção rural na Amazônia. Informações verbais. 2008. Evento promovido pelo Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia – PPGEDAM/UFPA, de 12 a 13 de novembro de 2008, no Auditório do POEMA/UFPA.

MITSCHEIN, Thomas. Amazônia: alianças em defesa da vida – Série POEMA; n. 1. In: MITSCHEIN, Thomas; MAGAVE Jayr; JUNQUEIRO, Ronald (Orgs.) **Amazônia: alianças em defesa da vida**. Belém: UFPA/ POEMA, 1994

_____. **Comportamento sustentável**. 15.09.2008. Anotações de aula.

_____. Atraso Histórico desenvolvimento retardatário e o futuro incerto da Amazônia no século XXI. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sonia; TEISSERENC, Pierre. **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém, EDUFPA, 2009.

MITSCHEIN, Thomas; CHAVES, Jadson. **Desenvolvimento local e associativismo empreendedor no Pará: um desafio político**. Belém: Bolsa Amazônia, 2008.

MONBIOT. George. **A era do consenso: um manifesto para uma nova ordem mundial**. São Paulo: Record, 2004.

MORAES, Sergio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca - Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2007.

_____. **Sobre o mito**. 28.08.2008. Notas de aula.

MOUTINHO, Maria Rita; VALENÇA, Maslova Teixeira. **A moda no século XX**. São Paulo: Ed. do SENAC, 2005.

NOSSO Futuro Comum ou Relatório Brundtland, 1987. Disponível Em: <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portuguesv>. Acesso em: 11.04.2009,

PARÁ. Secretaria Especial de Estado e Produção. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Lei nº 6.381/2001 - Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará e legislação complementar**. Belém: SECTAM, 2005. Disponível em: <http://www.para30graus.pa.gov.br/recursos.htm>.

PARÁ. Secretaria de Estado de Pesca e Aqüicultura. **Diagnóstico da Pesca e da Aqüicultura do Estado do Pará**. 2008. Disponível em: http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/diag_pesca 2008.php. Acesso em: 18.05.2009.

PESCA, novas tecnologias e economia solidária. A Voz do Brasil. Informações verbais. Programa transmitido em 11.03.2009.

PINTON, F.; AUBERTIN, C. "O extrativismo entre conservação e desenvolvimento. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP, 1997. p 221-242.

PROJETO POPULAÇÕES TRADICIONAIS HALIÊUTICAS-IMPACTOS ANTRÓPICOS, USO E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS E COSTEIRAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – RENAS. **Relatório Ictiológico – RESEX MGC**. Realizado por Ivaneide Assunção, MSc Ictiologia, Belém, 2008.

_____. **Histórico**. 2009. Disponível em: http://www.museu-goeldi.br/renas/projeto_renas.htm. Acesso em: 16.02.2009.

RAZETO, Luis. O Papel central do trabalho e a economia solidária. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 26, n 75, p. 91-99, fev/dez.1997.

REDE CELPA. **Relatório de Responsabilidade Socioambiental**. 2006. Disponível em: <http://www.gruporede.com.br/celpa/responsabilidade.asp>. Acesso em: 20.05.2009

REGO, José Fernandes. **Amazônia: Do extrativismo ao neoextrativismo**. 1999. Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:yRquIJUX7EoJ:cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch147/opiniaio.rtf+Amaz%C3%B4nia:+Do+extrativismo+ao+neoextrativismo&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em: 06.12.2008.

RESERVA Extrativista de Curuçá receberá R\$ 36 milhões da União. 23.06.2006. **Jornal O Liberal**. Disponível em: <http://www.oliberal.com.br/index.htm>. Acesso em: 23.03.2009.

REYNOLDS Laura T; MURRAY, Douglas L.; WILKINSON John. **Fair Trade: The Challenges of Transforming Globalization**. New York: Routledge Taylor & Frances Group, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

ROCHA, Maria do Perpetuo Socorro Silva da. **Curtimento de peles de tambaqui (*Colossoma macropomum*, Cuvier 1818) e pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*, Bloch & Schneider 1801) com curtentes sintéticos e com curtentes naturais da amazônia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA, 2007.

ROOZEN, Nico; VANDERHOFF, Frans. **La Aventura del Comercio Justo**. Trad. H. J. M. Janssen. México: El Atajo Ediciones, 2002.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Nobel, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002

SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, 1.: 2008: Belém. **Informações verbais ...** Belém, 9-11.12.2008.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Aqüicultura e Pesca**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/aquicultura-e-pesca>. Acesso em: 10.05.2009.

_____. **Socialmente lucrativos**. 2009. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=4456&%5E%5E>. Acesso em: 22.08.2009

SIMONIAN, Ligia T. L., Ph. D. Professora e pesquisadora do NAEA/UFPA. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, MARIA Célia N.; SIMONIAN, Ligia; FENZL, Norbert (Org.) **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP, 2000.

_____. Políticas públicas, movimentos sociais e desenvolvimento na RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas sustentáveis?. **Informações verbais**. Palestra proferida durante o Fórum Mundial Social em: 29.01.2009.

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE PESCA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PEABERU. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.peaberu.br>. Acesso em: 12.02.2009.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ – SINPESCA. **Estatística**. Disponível em: <http://www.sinpesca.belemvirtual.com.br>. Acesso em: 12.06.2009

SINGER, Paul. A economia solidária no Brasil de hoje. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES - **Relatório Nacional**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria.asp>. Acesso em: 18.01.2009.

SINGER, Paul; MACHADO João. **Economia Socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Desenvolvimento Sustentável, Manejo Florestal e o Uso dos Recursos Naturais na Amazônia Brasileira**: desafios, possibilidades e limites. Prêmio NAEA Belém: NAEA/ UFPA, 2002.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues de. **Processamento do Filé e da Pele da Tilápia do Nilo (Oreochromis niloticus)**: Aspectos Tecnológicos, Composição centesimal, Rendimento, Vida Útil do Filé Defumado e Testes de Resistência da Pele Curtida. 2003. Tese (Doutorado em Aqüicultura) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 2003.

_____. **Tecnologia para peles de peixe**: processo de curtimento. Maringá: Ed. da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2005.

TECMAQ. **Linha de seladoras à vácuo**. Disponível em: <http://www.tecmaq.com.br/selad.htm>. Acesso em: 01.03.2009.

VAINER, Carlos. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental. **Unitrabalho Informa**: uma publicação Rede Unitrabalho, São Paulo, v. 2003, n 10, p. 10-11, 2000

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Partnership for rural development**: the relationship between local organizations and government in two areas of North-East Pará, Amazonia, Brazil. 2007. 345 f. Thesis (PhD) – School of Environment and Society, Centre for Development Studies, University of Wales Swansea, Swansea , 2007.

VIGARELLO Georges. **História da beleza: o corpo e a arte de se embelezar , do renascimento aos dias de hoje**. Ediouro, São Paulo, 2005

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. São Paulo: EDUSP, 1988.

WAUTIER, Anne Marie. Economia social na França. In: CATANI, Antonio D. **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 109-116.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1: ROTEIROS DE ENTREVISTAS COM OS PRINCIPAIS ATORES DA RESEX MGC, PA



PPGEDAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM



ROTEIRO DE ENTREVISTA
DESTINADO AO PODER MUNICIPAL

TERMO LIVRE DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DA PESQUISA

A presente entrevista visa a coleta de informações para a pesquisa “Caminho das Águas: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil, cujo principal objetivo é a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado, no sentido de maior geração de renda à população local. Agradecemos suas boa vontade em responder estas perguntas, pois suas respostas são fundamentais para este trabalho. O resultado da pesquisa será enviado ao senhor (a) entre março e junho de 2010. Obrigada,

Almira Martins

Mestranda do PPGEDAM/UFPA

Informo que não recebi qualquer remuneração ou contrapartida material para contribuir com esta pesquisa, onde minha identificação será mantida em sigilo. Autorizo a compilação e publicação das informações por mim prestadas, apenas para fins da pesquisa acadêmica realizada pela Sra. Almira Martins, como parte integrante de sua dissertação de Mestrado intitulada “Caminho das águas: uma proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará Brasil”, junto ao PPGEDAM/ UFPA.

.....
entrevistado

Curuçá,// 2009

Nome do entrevistado:

Cargo:

Dia/ Hora/ Local:

Contato:

- 1) Como se estrutura a cadeia do pescado EM Curuçá/ Pa?
- 2) De que forma a pesca artesanal se insere no contexto da RESEX MGC, PA?
- 3) Quais as perspectivas de agregação de valor ao pescado proveniente da pesca artesanal no âmbito da RESEX MGC, PA?
- 4) Existem ações voltadas para a verticalização da cadeia produtiva do pescado?
- 5) Quais são essas ações? Se não existem, porque?

- 6) Como o tema sustentabilidade é tratado pelo gestor municipal e seu gabinete?
- 7) O senhor tem conhecimento em que estágio se encontra o Plano de manejos dos Recursos Naturais na RESEX MGC, PA?
- 8) Como membro do Conselho da AUREMAG, quais as propostas da RESEX MGC, PA para a população tradicional haliêutica inseridas no Plano de Manejo?
- 9) Quais os mecanismos legais de apoio e fomento a agregação de valor da cadeia produtiva do pescado no âmbito da RESEx MGC, PA, inclusive do ponto de vista econômico?
- 10) O senhor tem conhecimento da relação de aviamento no município? Em caso positivo, como poder local trata essa relação estabelecida entre pescadores e proprietários de estrutura de pesca, instaladas no desenho cênico da RESEX?
- 11) O senhor tem conhecimento sobre o Zoneamento Econômico Ecológico para Curuçá? Em caso positivo fale sobre o ZEE.
- 12) Qual a importância da pesca artesanal do ponto de vista social, ambiental e econômico?
- 13) Qual o montante aproximado de recursos a pesca artesanal deixou nos cofres de Curuçá, por meio de impostos, em 2007 e 2008?
- 14) De que forma é estruturada a arrecadação? Ela é eficiente e suficiente?
- 15) O senhor gostaria de acrescentar mais alguma informação?



PPGEDAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM

TERMO LIVRE DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DA PESQUISA

A presente entrevista visa a coleta de informações para a pesquisa “Caminho das Águas: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil, cujo principal objetivo é a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado, no sentido de maior geração de renda à população local. Agradecemos suas boa vontade em responder estas perguntas, pois suas respostas são fundamentais para este trabalho. O resultado da pesquisa será enviado ao senhor (a) entre março e junho de 2010.

Obrigada,

Almira Martins

Mestranda do PPGEDAM/UFPA

Informo que não recebi qualquer remuneração ou contrapartida material para contribuir com esta pesquisa, onde minha identificação será mantida em sigilo. Autorizo a compilação e publicação das informações por mim prestadas, apenas para fins da pesquisa acadêmica realizada pela Sra. Almira Martins, como parte integrante de sua dissertação de Mestrado intitulada “Caminho das águas: uma proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará Brasil”, junto ao PPGEDAM/ UFPA.

.....
 entrevistado

Curuçá,// 2009

Roteiro de ENTREVISTA DESTINADO A COLONIA Z5

Nome do entrevistado:

Cargo:Dia/ Hora/ Local:

Contato:

- 1) Como se estrutura a cadeia do pescado em Curuçá/ Pa?
- 2) Qual a importância da pesca artesanal para o município e para a RESEX MGC, Pa?
- 3) Na sua opinião, quais as perspectivas de agregação de valor ao pescado proveniente da pesca artesanal depois da federalização da RESEX MGC, PA?
- 4) Existem ações voltadas para a verticalização da cadeia produtiva do pescado? Quais são essas ações? Se não existem, porque?

- 5) A senhora acredita na possibilidade de verticalização da cadeia produtiva do pescado em Curuçá? Como?
- 6) O senhor tem conhecimento sobre o Zoneamento Econômico E Ecológico para Curuçá? Em caso positivo fale sobre o ZEE.
- 7) O que a senhora entende por sustentabilidade?
- 8) Como o tema sustentabilidade é tratado pela presidência da Colônia Z5 e seus filiados?
- 9) Como membro do Conselho da AUREMAG, quais as propostas da Colônia Z5 para a população tradicional haliêutica?
- 10) O senhor tem conhecimento em que estágio se encontra o Plano de manejos dos Recursos Naturais na RESEX MGC, PA?
- 11) Como membro do Conselho da AUREMAG, quais as propostas da RESEX MGC, PA para a população tradicional haliêutica inseridas no Plano de Manejo?
- 12) A senhora tem conhecimento de leis de incentivo e linhas de fomento e apoio à pesca artesanal?
- 13) Quais são esses mecanismos de apoio e fomento a agregação de valor da cadeia produtiva do pescado a disposição da Colônia Z5, inclusive do ponto de vista econômico?
- 14) A senhora tem conhecimento da relação de aviamento na pesca artesanal?
- 15) Como a Colônia Z5 trata a relação de aviamento estabelecida entre pescadores e proprietários de estrutura de pesca, instaladas no desenho cênico da RESEX?
- 16) Quais as principais conseqüências, na sua opinião, da relação de aviamento na pesca artesanal?
- 17) Qual o montante aproximado de recursos que a pesca artesanal deixou nos cofres da Colônia Z5, por meio de mensalidades/ anuidade em 2007 e 2008?
- 18) A senhora gostaria de acrescentar mais alguma informação?



PPGEDAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM



TERMO LIVRE DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DA PESQUISA

A presente entrevista visa a coleta de informações para a pesquisa “Caminho das Águas: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil, cujo principal objetivo é a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado, no sentido de maior geração de renda à população local. Agradecemos suas boa vontade em responder estas perguntas, pois suas respostas são fundamentais para este trabalho. O resultado da pesquisa será enviado ao senhor (a) entre março e junho de 2010.

Obrigada,

Almira Martins

Mestranda do PPGEDAM/UFPA

Informo que não recebi qualquer remuneração ou contrapartida material para contribuir com esta pesquisa, onde minha identificação será mantida em sigilo. Autorizo a compilação e publicação das informações por mim prestadas, apenas para fins da pesquisa acadêmica realizada pela Sra. Almira Martins, como parte integrante de sua dissertação de Mestrado intitulada “Caminho das águas: uma proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará Brasil”, junto ao PPGEDAM/ UFPA.

.....
 entrevistado

Curuçá,// 2009

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO A RESEX MGC, PA

Nome do entrevistado:

Cargo: Dia/Hora/Local:

Contato:

- 1) Como se estrutura a cadeia do pescado em Curuçá/ Pa?
- 2) De que forma a pesca artesanal se insere no contexto da RESEX MGC, PA?
- 3) Quais as perspectivas de agregação de valor ao pescado proveniente da pesca artesanal no âmbito da RESEX MGC, PA?
- 4) O que está sendo planejado e o que já está sendo executado visando

agregação de valor à cadeia produtiva do pescado no âmbito da RESEX MGC, PA?

- 5) Existem ações voltadas para a verticalização da cadeia produtiva do pescado?)
- 6) Quais são essas ações?
- 7) Se não existem, porque?
- 8) O que o senhor entende por sustentabilidade?
- 9) Como o **tema sustentabilidade** é tratado pela presidência da RESEX e membros da AUREMAG?
- 10) O senhor tem conhecimento em que estágio se encontra o Plano de manejos dos Recursos Naturais na RESEX MGC, PA?
- 11) Como membro do Conselho da AUREMAG, quais as propostas da RESEX MGC, PA para a população tradicional haliêutica inseridas no Plano de Manejo?
- 12) Como membro do Conselho da AUREMAG, quais as propostas da RESEX para a população tradicional haliêutica?
- 13) Quais os mecanismos legais de apoio e fomento a agregação de valor da cadeia produtiva do pescado a disposição da RESEX MGC, Pa, inclusive do ponto de vista econômico?

RESPOSTA:

- 14) Como a RESEX MGC, Pa trata a relação de aviamento estabelecida entre pescadores e proprietários de estrutura de pesca, instaladas no desenho cênico da RESEX?
- 15) Na sua opinião, quais as conseqüências da relação de aviamento na pesca artesanal?
- 16) Qual(is) o(s) maior(es) benefício(s) que a institucionalização da RESEX MGC, Pa trouxe a população haliêutica habitante da área?
- 17) Como se estrutura a arrecadação da AUREMAG? Ela é eficiente e suficiente?



PPGEDAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM



TERMO LIVRE DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DA PESQUISA

A presente entrevista visa a coleta de informações para a pesquisa “Caminho das Águas: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil, cujo principal objetivo é a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado, no sentido de maior geração de renda à população local. Agradecemos suas boa vontade em responder estas perguntas, pois suas respostas são fundamentais para este trabalho. O resultado da pesquisa será enviado ao senhor (a) entre março e junho de 2010.

Obrigada,

Almira Martins

Mestranda do PPGEDAM/UFPA

Informo que não recebi qualquer remuneração ou contrapartida material para contribuir com esta pesquisa, onde minha identificação será mantida em sigilo. Autorizo a compilação e publicação das informações por mim prestadas, apenas para fins da pesquisa acadêmica realizada pela Sra. Almira Martins, como parte integrante de sua dissertação de Mestrado intitulada “Caminho das águas: uma proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará Brasil”, junto ao PPGEDAM/ UFPA.

.....
 entrevistado

Curuçá,// 2009

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AO GESTOR DA RESEX MGC, PA

Nome do entrevistado:.....

Cargo: **Chefe do ICMBIO/ Pa / Presidente do Conselho deliberativo da AUREMAG e Gestor da RESEX MGC/ Pa.....**

Dia/ Hora/ Local:

Contato:

- 1) Como se estrutura a cadeia do pescado em Curuçá/ Pa?
- 2) De que forma a pesca artesanal se insere no contexto da RESEX MGC, PA?

- 3) Quais as perspectivas de agregação de valor ao pescado proveniente da pesca artesanal no âmbito da RESEX MGC, PA?
- 4) O que está sendo planejado e o que já está sendo executado visando agregação de valor à cadeia produtiva do pescado no âmbito da RESEX MGC, PA?
- 5) Como o **tema sustentabilidade** é tratado pelo ICMBIO enquanto gestor da RESEX e presidente do Conselho Deliberativo da AUREMAG?
- 6) Quais as propostas da AUREMAG via RESEX para a população tradicional haliêutica?
- 7) Quais os mecanismos legais de apoio e fomento a agregação de valor da cadeia produtiva do pescado a disposição da RESEX MGC, Pa, inclusive do ponto de vista econômico?
- 8) Como a RESEX MGC, Pa trata a relação de aviamento estabelecida entre pescadores e proprietários de estrutura de pesca, instaladas no desenho cênico da RESEX?
- 9) Qual o impacto que tal relação tem para a pesca artesanal, do ponto de vista social, ambiental e econômico?
- 10) Qual(is) o(s) maior(es) benefício(s) que a institucionalização da RESEX MGC, Pa trouxe a população haliêutica habitante da área?
- 11) Qual a estrutura de arrecadação da AUREMAG? Ela é eficiente e suficiente?



PPGEDAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM



TERMO LIVRE DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DA PESQUISA

A presente entrevista visa a coleta de informações para a pesquisa “Caminho das Águas: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil, cujo principal objetivo é a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado, no sentido de maior geração de renda à população local. Agradecemos suas boa vontade em responder estas perguntas, pois suas respostas são fundamentais para este trabalho. O resultado da pesquisa será enviado ao senhor (a) entre março e junho de 2010.

Obrigada,

Almira Martins

Mestranda do PPGEDAM/UFPA

Informo que não recebi qualquer remuneração ou contrapartida material para contribuir com esta pesquisa, onde minha identificação será mantida em sigilo. Autorizo a compilação e publicação das informações por mim prestadas, apenas para fins da pesquisa acadêmica realizada pela Sra. Almira Martins, como parte integrante de sua dissertação de Mestrado intitulada “Caminho das águas: uma proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará Brasil”, junto ao PPGEDAM/ UFPA.

.....
 entrevistado

Curuçá,// 2009

**ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AO RESPONSÁVEL PELA
 ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA RESEX MÃE GRANDE DE
 CURUÇÁ, PA**

Nome do entrevistado:

Nome da Empresa:

Cargo:.....

Dia/ Hora/ Local:

Contato:

- 1) Como se estrutura a cadeia do pescado em Curuçá/ Pa?
- 2) De que forma a pesca artesanal se insere no contexto da RESEX MGC, PA?

- 3) Quais as perspectivas de agregação de valor ao pescado proveniente da pesca artesanal no âmbito da RESEX MGC, PA?
- 4) O que está sendo planejado e o que já está sendo executado visando agregação de valor à cadeia produtiva do pescado no âmbito da RESEX MGC, PA?
- 5) Como o tema sustentabilidade é tratado pela empresa que o senhor representa, com relação a RESEX MGC, PA?
- 6) Quais as propostas do Plano de Manejo traçado para a RESEX MGC quanto a população tradicional haliêutica?
- 7) Quais os mecanismos legais de apoio e fomento a agregação de valor da cadeia produtiva do pescado a disposição da RESEX MGC, Pa, inclusive do ponto de vista econômico?
- 8) Qual a estratégia proposta pelo Plano de Manejo voltado à RESEX MGC, Pa quanto a relação de aviamento estabelecida entre pescadores e proprietários de estrutura de pesca, instaladas no desenho cênico da RESEX?
- 9) Qual o impacto que tal relação tem para a pesca artesanal, do ponto de vista social, ambiental e econômico?
- 10) Qual(is) o(s) maior(es) benefício(s) que a institucionalização da RESEX MGC, Pa trouxe a população haliêutica habitante da área?

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESCADORES ARTESANAIS DO PORTO DO ABATE, EM CURUÇÁ PA, ÁREA DO ENTORNO DA RESEX MGC, PA



PPGEDAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM



NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE NUMA - UFPA

QUESTIONÁRIO DESTINADO AO PESCADOR ARTESANAL EM CURUÇÁ – 2009

TERMO LIVRE DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DA PESQUISA

O presente questionário visa a coleta de dados para a pesquisa “Caminho das Águas: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil, cujo principal objetivo é a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado, no sentido de maior geração de renda à população local. Agradecemos sua boa vontade em responder estas perguntas, pois as respostas são fundamentais para este trabalho. Você poderá tomar conhecimento do resultado final da pesquisa junto à Colônia Z5, AUREMAG e Prefeitura Municipal, em março de 2010.

Obrigada,

Almira Martins

Mestranda do PPGEDAM/UFPA

Informo que não recebi qualquer remuneração ou contrapartida material para contribuir com esta pesquisa, onde minha identificação será mantida em sigilo. Autorizo a compilação e publicação das informações por mim prestadas, apenas para fins da pesquisa acadêmica realizada pela Sra. Almira Martins, como parte integrante de sua dissertação de Mestrado intitulada “Caminho das águas: uma proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará Brasil”, junto ao PPGEDAM/ UFPA.

.....
entrevistado

Curuçá,// 2009

Cód. (não preencher) Comunidade _____

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: M () F ()

Endereço: _____

1. **Estado civil:** ()Solteiro ()Casado ()Viúvo ()Desquitado ()Amigado ()Divorciado ()Outros _____
2. **Está estudando atualmente:** Sim() Não()
3. **Última Série cursada e concluída:** ()Alfabetização ()Ensino fundamental ()Ensino Médio ()Ensino Superior ()Não é alfabetizado. Porque? _____
4. **Tipo de moradia:** ()Alvenaria ()Madeira ()Enchimento ()Mista
5. **A moradia é?** ()Própria ()Cedida ()Alugada ()Agregada ()Conseguida pela RESEX ()Outros _____
6. **Quantos cômodos na casa?** ()1 ()2 ()3 ()4 ()5 ()+ de 5. **Não** incluir banheiro.
7. **A moradia possui banheiro?** () interno () externo () Não possui banheiro
8. **A água para o consumo da família é filtrada** em () filtro de barro () filtro elétrico () Mineral comercial () fervida () direto do poço, igarapé ou similar () Outro. Qual? _____
9. **Tempo que a família mora na área** _____

10. Você acredita que a criação da RESEX MGC trouxe benefícios para suas condições de moradia? () SIM () NÃO. Porque?

Situação Familiar sócio-Econômica e Política

1. **Participação das famílias em organizações sociais** () sindicatos () comitês () Associações () Partidos políticos () Clubes () Congresso () Cooperativas () Grupos () Torcidas organizadas () Outros _____ () Não participa
2. **Utiliza equipamentos e serviços sociais** () Creche () escola () praça () Posto de saúde () Quadra e Ginásio de esportes () Igrejas () Não utiliza
3. **Participação em programa de Transferência de Renda** () Bolsa Família () Bolsa Escola () PBE - município () PBE - Estado () PBE - Federal () Jovem Aprendiz () PROUNE () Primeiro Emprego () Outro Benefício _____
4. **Renda Familiar** (Somando a renda de todos que contribuem no domicílio incluindo pensões, bolsa auxílio, etc): R\$(_____)
5. **Religião:** () Católica () Evangélica () Espiritismo () Outras _____
6. **Existe caso de mudança de membro da família nos últimos cinco anos?** () Sim () Não.
7. **Qual a idade dos que se mudaram?** () Entre 15 e 20 anos () entre 21 e 26 anos () mais de 30 anos.
8. **Qual o sexo dos que se mudaram?** M () F ().
9. **Qual o destino dos que se mudaram?** () Belém () Castanhal () outra cidade do Pará () Outra cidade do Brasil.
10. **Qual o motivo da mudança?** () Estudo () Assistência pública deficitária () Familiares () Busca de melhor qualidade de vida () Busca de oportunidade de trabalho () Outro motivo. Qual? _____

Situação Laboral e Econômica do Pescador Artesanal

1. **Possui embarcação própria?** () Sim () Não. Porque? _____
2. **O proprietário da embarcação é:** () parente () aviador () atravessador () empresário sediado na cidade () Outro. Quem? _____
3. **Os instrumentos de trabalho são utilizados em conjunto com outros pescadores?** () Sim () Não. Porque? _____
4. **Há quanto tempo trabalha com a pesca artesanal?** () Até cinco anos () de 6 a 10 anos () de 11 a 15 anos () de 16 a 20 anos () de 21 a 25 anos () mais de 25 anos. Quantos anos? _____
5. **Outros membros da família trabalham com a pesca artesanal?** () Sim () Não. Se não por qual motivo? _____
6. **Qual o sexo e idade dos outros membros que trabalham com a pesca artesanal?**

() Até 12 anos () de 13 a 15 anos () de 16 a 20 anos () Mais de 20 anos. Quantos anos? _____

7. **É cadastrado na Colônia de Pescadores Z5?** () Sim () Não (). Porque?

8. **Faz parte de alguma associação ou cooperativa?** () Sim () Não. Porque?

9. **De qual ou quais associações faz parte?** _____

10. **Em algum período pesca por conta própria?** () SIM () NÃO. Porque?

11. **Com quem comercializa o peixe quando pesca por conta própria?** ()
() Diretamente com o consumidor doméstico () com o dono da embarcação () Com empresas locais () com representantes de empresas de fora do Pará () Outro. Quem? _____

12. **Como é comercializado o pescado?** () *In natura* () Eviscerado mas com escamas/ pele () em postas com escamas/ pele () em filés sem escamas/ pele () Outro Qual?

13. **Quando o pescado não é totalmente comercializado de que forma estoca o produto?**

14. **Geralmente o esforço de pesca dura qual tempo?**

() Menos de 2 dias () De 3 a 5 dias () de 6 a 12 dias () de 15 a 20 dias () Mais de 20 dias. Quantos? _____

15. **Quanto a atividade na pesca artesanal rende, em média, por mês?**

Na alta temporada () meses R\$ _____ Na baixa temporada () meses R\$ _____

16. **Tem alguma atividade complementar?** () Sim () Não. Porque?

17. **Qual a atividade complementar e qual o rendimento dessa atividade por mes?**

18. **Quais os meses que mais depende da atividade complementar e porque?**

19. **Quantas horas por dia de trabalho?** _____

20. **Você gosta de ser pescador?** () Sim () Não. Porque? _____

21. **Você quer que seus filhos(as) sejam pescadores?** () Sim () Não. Porque?

22. **Com base em perspectivas reais, você gostaria que seus filhos trabalhassem com a pesca em qual atividade? Escolha 3 atividades na ordem de prioridade.**

() pescador

() proprietário de embarcação

() piscicultor = criador de peixe em tanques

() engenheiro de pesca

() engenheiro naval

() técnico ambiental

() técnico em alimentos

() cooperado de uma unidade de beneficiamento de subprodutos da pesca (files, peles, etc.)

() atividades sindicais

() Outro. Qual? _____

ANEXO 3: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DE
EMBARCAÇÕES PARA A PESCA ARTESANAL, DO PORTO DO ABATE, EM
CURUÇÁ PA, ÁREA DO ENTORNO DA RESEX MGC, PA



PPGEDAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL - PPGEDAM**



NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE NUMA - UFPA

**TERMO LIVRE DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DA
PESQUISA**

O presente questionário visa a coleta de dados para a pesquisa "Caminho das Águas: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil, cujo principal objetivo é a agregação de valor à cadeia produtiva do pescado, no sentido de maior geração de renda à população local. Agradecemos suas boa vontade em responder estas perguntas, pois suas respostas são fundamentais para este trabalho. Você poderá tomar conhecimento do resultado final da pesquisa junto à Colônia Z5, AUREMAG e Prefeitura Municipal, em março de 2010.

Obrigada,

Almira Martins
Mestranda do PPGEDAM/UFPA

Informo que não recebi qualquer remuneração ou contrapartida material para contribuir com esta pesquisa, onde minha identificação será mantida em sigilo. Autorizo a compilação e publicação das informações por mim prestadas, apenas para fins da pesquisa acadêmica realizada pela Sra. Almira Martins, como parte integrante de sua dissertação de Mestrado intitulada "Caminho das águas: uma proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, Pará Brasil", junto ao PPGEDAM/ UFPA.

.....
entrevistado

Curuçá,// 2009

QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PROPRIETÁRIOS DE EMBARCAÇÃO EM CURUÇÁ – 2009

Cód. (não preencher) Comunidade _____

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: M () F ()

Endereço: _____

1. **Estado civil:** ()Solteiro ()Casado ()Viúvo ()Desquitado ()Amigado ()Divorciado () Outros _____
2. **Tipo de moradia:** ()Alvenaria ()Madeira ()Enchimento ()Mista
3. **A moradia é?** ()Própria ()Cedida ()Alugada ()Agregada ()Conseguida pela RESEX ()Outros _____
4. **Quantos cômodos na casa?** ()1 ()2 ()3 ()4 ()5 ()+ de 5. **Não** incluir banheiro.
5. **A moradia possui banheiro?** ()interno ()externo ()Não possui banheiro
6. **Você acredita que a criação da RESEX MGC trouxe benefícios para suas condições de moradia?** () SIM () NÃO. Porque?
7. **A água para o consumo da família é filtrada** em ()filtro de barro ()filtro elétrico ()Mineral comercial ()fervida ()direto do poço, igarapé ou similar. Outro. Qual?

8. **Você é oriundo de outro estado?** () SIM () NÃO. De onde? _____
9. **Você já foi pescador?** () SIM () NÃO. Por que?

10. Está estudando atualmente: Sim() Não()
11. Última Série cursada e concluída: ()Alfabetização ()Ensino fundamental
()Ensino Médio ()Ensino Superior ()Não é alfabetizado. Porque? _____
12. Qual o custo da embarcação por ano em manutenção? R\$ _____
13. Qual o custo aproximado da produção de pesca por ano?
Gelo _____
caixas _____
diesel _____
apetrechos _____
14. Qual a capacidade total da embarcação em kg? _____
15. Quanto a atividade na pesca artesanal rende, em média, por mês?
Na alta temporada () meses R\$ _____ Na baixa temporada () meses
R\$ _____
16. É cadastrado na Colônia de Pescadores Z5? ()Sim ()Não (). Porque?
17. Faz parte de alguma associação ou cooperativa? ()Sim ()Não. Porque?
18. De qual ou quais associações faz parte? _____
19. Com quem comercializam o peixe (rotineiramente)? ()Diretamente com o consumidor doméstico ()com o dono da embarcação ()Com empresas locais ()com representantes de empresas de fora do Pará ()Outro. Quem? _____
20. Como é comercializado o pescado? ()In natura ()Eviscerado mas com escamas/pele ()em postas com escamas/pele ()em filés sem escamas/pele ()Outro
Qual? _____
21. Quando o pescado não é totalmente comercializado de que forma estoca o produto?

22. Geralmente o esforço de pesca dura qual tempo?
()Menos de 2 dias ()De 3 a 5 dias ()de 6 a 12 dias ()de 15 a 20 dias ()Mais de 20 dias. Quantos? _____
23. Qual a quantidade de pescado capturada por viagem (em kg) ? ()De 10 a 20 ()de 20 a 50 ()de 50 a 100 ()de 100 a 200 ()de 200 a 300 ()de 300 a 400 ()de 400 a 500 ()de 500 a 600 ()Mais de 600. Quantos? _____

24. Qual a melhor e pior temporada para pescar cada uma das espécies abaixo:

especie	melhor	pior	Quantidade em kg
Pescada amarela			
Pescada GO			
Serra			
Bandeirado			
Pratiqueira			
Cambéua			
Gurijuba			
Uritinga			
Cação			
Tainha			
Arraia			
Piramutaba			
Outors (Quais?)			

ANEXO 4: ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL

METODOLOGIA DA PESQUISA: **GRUPO FOCAL**

Dia: 23/10/09

Hora: Inicio: Fim:

Evento:

Título da Apresentação: **“Caminho das Águas: proposta de aproveitamento de um subproduto ictiológico na RESEX MGC, PA, Brasil”**

Autor: Almira Alice Fonseca Araujo Martins

Mestranda: **Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia**

QUESTÕES DIRIGIDAS A **REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES LIGADAS A PESCA ARTESANAL EM CURUÇA – 2009**

1. Os senhores acreditam que este projeto seja de interesse da comunidade?
2. Há possibilidade de realizar parcerias entre redes de cooperação:
 - a. RESEX;
 - b. Colonia Z5;
 - c. Prefeitura Municipal;
 - d. Governo Estadual/ Federal;
 - e. Universidades e Institutos de pesquisa;
 - f. Iniciativa privada.
3. Qual a expectativa com relação a possibilidade de implantação do projeto?
4. Que outras sugestões poderiam acrescentar em relação ao projeto?

ANEXO 5: DECRETO PRESIDENCIAL DE CRIAÇÃO DA RESERVA
EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ, NO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ,
ESTADO DO PARÁ.

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002

Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA :

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá abrange uma área de aproximadamente trinta e sete mil e sessenta e dois hectares e nove centiares, com base na Carta Topográfica MI-337, em escala de 1:100.000, publicada pela Diretoria do Serviço Geográfico-DSG do Exército Brasileiro, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 47°55'39.72" WGr e 0°53'33.74" S, localizado na margem direita do Rio Mocajuba, sobre o limite da zona terrestre do mangue, segue no sentido jusante pela margem direita do Rio Mocajuba, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, passando pela confluência com o Rio Tijuoca, seguindo pela margem esquerda do Rio Tijuoca, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, sobre a linha de preamar máxima, passa pela confluência deste último com o Igarapé São Macário; daí, segue pela margem esquerda deste igarapé, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 11.723,12 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográfica aproximadas 47°52'43.72" WGr e 0°52'19.23" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Rio Macário; daí, segue pela margem direita do Rio Macário, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido jusante, passando pela confluência deste com o Igarapé Iririteua e seguindo pela margem esquerda do citado Igarapé, no sentido montante, por uma distância aproximada de 3.754,16 metros, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 47°52'51.04" WGr e 0°51'07.24" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue nas cabeceiras do Igarapé Iririteua; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, no sentido jusante, acompanhando sempre o limite da zona

terrestre do mangue, passando pela confluência deste último igarapé, com o Rio Tijuoca, seguindo pela margem esquerda deste, no sentido montante, percorrendo uma distância de 3.923,02 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}52'10.62\text{ } \zeta$ WGr e $0^{\circ}49'47.50\text{ } \zeta$ S, localizado nas cabeceiras do Rio Tijuoca; daí, segue, pela margem direita do Rio Tijuoca, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passando pela confluência com o Rio Mocajuba, encontrando a foz do Igarapé Igaçaba, seguindo pela margem esquerda deste igarapé, no sentido montante, percorrendo assim uma distância de 9.061,86 metros, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}54'24.22\text{ } \zeta$ WGr e $0^{\circ}50'02.86\text{ } \zeta$ S, localizado nas nascentes do Igarapé Igaçaba; daí, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, na margem direita e sentido jusante do Igarapé Igaçaba, alcançando a margem direita do Rio Mocajuba, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, seguindo pela margem direita do Rio Mocajuba, no sentido jusante, penetrando pela margem esquerda do Rio Candeua, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 7.184,11 metros, até o Ponto 06, de coordenadas aproximadas $47^{\circ}55'04.29\text{ } \zeta$ WGr e $0^{\circ}48'11.81\text{ } \zeta$ S, localizado no limite máximo da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Rio Candeua; deste, segue pela margem direita do Rio Candeua, no sentido jusante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, penetrando pela margem direita do Rio Mocajuba, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido jusante do Rio Mocajuba, até alcançar o Furo Maripanema, por onde continua sua trajetória na margem direita deste Furo, no sentido jusante, alcançando o limite da zona terrestre do mangue de todos os pequenos tributários desta margem, penetrando na margem esquerda, no sentido montante, do Igarapé Patrícia, percorrendo assim uma distância de 43.809,53 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}53'12.98\text{ } \zeta$ WGr e $0^{\circ}43'57.61\text{ } \zeta$ S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Patrícia; deste, segue pela margem direita do Igarapé Patrícia, no sentido jusante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, alcançando novamente a margem direita do Furo Maripanema, por onde segue no sentido jusante, passando pela linha de preamar máxima, na linha de costa que margeia a área urbana de São João do Abade, Distrito de Curuçá, onde penetra na margem esquerda do Rio Grande, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, corta a Rodovia Estadual PA-136, percorrendo assim uma distância de 11.779,29 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}52'13.30\text{ } \zeta$ WGr e $0^{\circ}43'31.79\text{ } \zeta$ S, localizado no limite da zona terrestre do mangue nas cabeceiras do citado Rio Grande; deste, segue pela margem direita do Rio Grande, no sentido jusante, corta novamente a

Rodovia Estadual PA-136, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, volta à margem direita do Furo Maripanema, onde segue sua margem direita no sentido montante, alcança a Baía do Curuçá, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, penetra na margem esquerda do Rio Curuçá, e segue nesta margem no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue de todos os pequenos tributários desta margem, percorrendo uma distância de 41.637,94 metros, até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}50'48.13\zeta$ WGr e $0^{\circ}47'02.15\zeta$ S, localizado nos limites da zona terrestre do mangue, de um pequeno tributário formador do Rio Curuçá, denominado Riozinho, próximo à área urbana de Boa Vista do Iriteua, Distrito de Curuçá; deste ponto, segue pela margem direita do Rio Riozinho, no sentido jusante, alcançando a margem esquerda do Rio Curuçá, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, segue pela margem esquerda do Rio Curuçá, no sentido montante, percorrendo assim uma distância de 2.214,86 metros, até sua confluência com o Igarapé Itororom, onde se localiza o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}49'48.82\zeta$ WGr e $0^{\circ}46'44.04\zeta$ S, nas proximidades do Distrito de Boa Vista do Iriteua; deste, segue pela margem direita do Rio Curuçá, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, alcançando a desembocadura do Igarapé Itajuba, onde segue pela margem esquerda deste Igarapé, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 5.466,52 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}49'04.86\zeta$ WGr e $0^{\circ}46'37.82\zeta$ S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Itajuba, no limite da zona terrestre do mangue, próximo à Rodovia Estadual PA-316; deste, segue pela margem direita do Igarapé Itajubá, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, atingindo novamente a margem direita do Rio Curuçá, segue nesta citada margem, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido jusante, até atingir a foz do Igarapé Itarumã, onde pela margem esquerda deste, segue no sentido montante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 6.323,20 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}47'40.54\zeta$ WGr e $0^{\circ}45'51.75\zeta$ S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Itarumã, nas proximidades da Rodovia Estadual PA-316, na localidade chamada Laranjal; deste, segue pela margem direita do Igarapé Itarumã, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, até atingir a margem direita do Rio Curuçá, por onde segue, nesta margem, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, penetrando na margem esquerda do Igarapé Praujó, segue, no sentido montante pelo citado Igarapé, percorrendo uma distância de 22.624,85 metros, até o Ponto 13, de coordenadas

geográficas aproximadas $47^{\circ}48'15.12\zeta$ WGr e $0^{\circ}42'01.31\zeta$ S, localizado no limite da zona terrestre do mangue nas cabeceiras do Igarapé Prauajó; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Igarapé Araquaim, no sentido montante, e passando pela margem esquerda do Igarapé Cacheira, no sentido montante, percorre uma distância de 4.787,70 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}47'38.20\zeta$ WGr e $0^{\circ}42'39.85\zeta$ S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Igarapé Cacheira; deste, segue pela margem direita do Igarapé Cacheira, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, até alcançar a margem esquerda do Igarapé Araquaim, por onde segue, no sentido montante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 6.892,42 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}46'27.67\zeta$ WGr e $0^{\circ}42'58.83\zeta$ S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Araquaim, nas proximidades da Vila de Araquaim; deste, segue pela margem direita do Igarapé Araquaim, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, alcançando a Ilha Redenção e todos os seus terrenos de marinha, até o limite da preamar máxima; segue pela margem direita do Furo do Pacamurema, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue e todos os terrenos de marinha, até o limite da preamar máxima, alcançando a margem esquerda do Igarapé Simoa, segue por esta margem, no sentido montante, passando pela linha de preamar máxima na área urbana do Distrito de Caratateua e da Vila Simoa, percorrendo assim uma distância de 24.7651,37 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}45'14.46\zeta$ WGr e $0^{\circ}40'35.82\zeta$ S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Igarapé Simoa; deste, segue, acompanhando a linha divisória dos Municípios de Curuçá e Marapanim, acompanhando o leito do Igarapé Simoa, no sentido jusante deste, alcançando a Baía de Cajuteua, segue pelo citado limite municipal, que divide a Baía de Cajuteua, percorrendo uma distância de 15.445,42 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}46'31.87\zeta$ WGr e $0^{\circ}33'26.95\zeta$ S, localizado na Baía de Cajuteua, a uma distância de uma milha náutica da Ilha de Cipoteua; daí, segue por uma linha eqüidistante de um milha náutica da linha de costa da Ilha de Cipoteua, percorrendo uma distância de 5.389,36 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}48'44.77\zeta$ WGr e $0^{\circ}32'10.92\zeta$ S, localizado em águas territoriais brasileiras, eqüidistante em uma milha náutica da linha de costa da Ilha de Cipoteua; deste, segue por uma reta de azimute $270^{\circ}13'47\zeta$ e uma distância de 7.481,44 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas $47^{\circ}52'46.52\zeta$ WGr e $0^{\circ}32'09.84\zeta$ S, localizado em águas territoriais brasileiras, eqüidistante em uma milha náutica da linha

de costa da Ilha Mariteua; deste, segue por uma linha eqüidistante em uma milha náutica do perfil da costa das Ilhas de Mariteua, Ipomonga e Mutucal, e por uma distância de 18.186,24 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 47°58'48.88" WGr e 0°38'31.61" S, localizado sobre a linha divisória dos Municípios de São Caetano de Odivelas e Curuçá, na foz do Rio Mocajuba, quando este deságua no Oceano Atlântico; deste, segue acompanhando a citada linha divisória municipal no leito do Rio Mocajuba, no sentido montante, por uma distância de 16.265,44 metros, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 47°57'17.66" WGr e 0°46'34.91" S, localizado sobre o ponto de intersecção entre as linhas divisórias dos Municípios de São João da Ponta, Curuçá e São Caetano de Odivelas, sobre o leito do Rio Mocajuba; deste, segue acompanhando a linha divisória dos Municípios de São João da Ponta e Curuçá, sobre o leito do Rio Mocajuba, por uma distância de 22.002,66 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 47°55'41.79" WGr e 0°53'31.85" S, localizado sobre a linha divisória dos Municípios de São João da Ponta e Curuçá, no leito do alto Rio Mocajuba; deste, segue por uma reta de azimute 132°11'04" e uma distância de 86,37 metros, atravessando o Rio Mocajuba, até o Ponto 01, início desta descritiva, perfazendo assim um perímetro aproximado de quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e doze metros e quarenta e um centímetros.

Parágrafo único. Ficam excluídos dos limites descritos no caput deste artigo todos os terrenos localizados fora da influência da preamar máxima nas Ilhas de Cipoteua, Pacamurema, Mariteua, Ipomonga e Mutucal. Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração com a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

ANEXO 6: DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ETAPAS PARA O CURTIMENTO DA PELE DE PEIXE.

LAVAGEM, RECORTE E PRÉ-DESCAMA – Tem a função de dotar a pele de condições para o início da manipulação

CONSERVAÇÃO – O objetivo principal é evitar a putrefação provocada pela proliferação de microrganismos. Esta etapa deve se iniciar, no máximo até quatro horas do abate do animal. Pode ser realizada com uso de sal, salmoura, biocidas ou empregando as seguintes técnicas:

Resfriamento: Neste sistema as peles são submetidas a temperaturas próximas a 0°C no interior de geladeiras ou câmaras frias, no entanto a estocagem das peles resfriadas entre 4 °C e 6°C é possível por um prazo máximo de 7 dias;

Congelamento: A técnica exige que as peles, previamente resfriadas sejam mantidas a -30°C em freezers ou congeladores. Nessas condições as peles podem ser armazenadas durante meses e até anos;

RIBEIRA – Envolve a limpeza e adequação das peles para receber os curtentes. Consiste em x etapas:

REMOLHO: A boa condução deste processo de limpeza das peles é determinante para as etapas posteriores. Cada tipo de conservação requer um remolho adequado:

Peles resfriadas: As peles são pesadas e postas no fulão, acrescenta-se 200% de água (sobre o peso das peles) e 0,2% de tensoativo não-iônico. O fulão deve trabalhar em uma velocidade de 4 RPM, até que as peles apresentam aspecto absolutamente flexível. Então despreza-se a água retida no interior do fulão (banho) com auxílio de tampa gradeada.

Peles congeladas: Devem ser colocadas em um fulão sem movimento, onde acrescenta-se água até cobri-las e devem permanecer assim até descongelarem e se tornarem totalmente flexíveis. Acrescenta-se 0,2% de tensoativo ou iônico e movimentada-se o fulão a 4RMP por uma a 2 horas então escorre-se o banho.

Peles frescas ou sem processo de conservação – Peles a serem processadas imediatamente após o escalpe são submetidas a um banho com 200% de água e 0,2% de tensoativo não-iônico. Roda-se o fulão por uma a duas horas e despreza-se o banho.

DESCAMAÇÃO OU CALEIRO: O foco desta etapa é remover a epiderme juntamente com as escamas e promover uma abertura da estrutura fibrosa. As peles advindas do remolho são submetidas a um banho com 100% de água, 1,5% de sulfeto de sódio e

0,2% de tensoativo não-iônico. Nesta etapa o fulão deve ser programado para rodar por dez minutos a cada hora por período total de duas horas. As escamas resistentes após este processo devem ser retiradas com auxílio de uma espátula ou com as costas de uma faca.

DESCAME: Promove a remoção da camada hipodérmica, constituída por tecido adiposo (gorduras) e restos de carne raspada com uma espátula ou costas de uma faca, facilitando a penetração dos produtos químicos nas peles.

DESENGRAXE: Objetiva eliminar o excesso de gordura da peles por meio de um banho com 100% de água e 0,5% de agente desengraxante a base de solventes orgânicos durante 30 minutos em um fulão a 4 RPM. Após isto o líquido deve ser escorrido e as peles bem lavadas.

DESENCALAGEM E PURGA: A desencalagem é necessária para diminuir a alcalinidade residual do processo de caleiro. A purga visa a limpeza interna das peles por meio de um banho composto por 100 % de água e 0,5% de agente desencalante. Nesta etapa o fulão trabalha por 30 minutos em uma rotação de 8 RPM. Acrescenta-se 0,07% de purga de alta concentração, rodando por mais 30 minutos. Tal processo demora de 2 a 12 horas de acordo com a espécie tratada.

Para verificar se o processo está completamente concluído corta-se um pedaço de uma das peles, escorrendo-o para eliminar o excesso de água. Após isto cota-o novamente e aplica um solução de fenoltaleína que deve permanecer icolor. Caso apresente coloração rosada deve-se deixar o fulão rodar por mais tempo ou acrescentar mais agente desencalante no fulão para novas rotações. Assim que o teste com o fenoltaleína der positivo deve-se escorrer e lavar as peles.

PIQUEL: Esta etapa serve para preparar as fibras colágenas para a penetração do agente curtente. As peles já desencaladas e purgadas são postas em um banho com 100% de água e 6% de sal no fulão por dez minutos. Ainda em movimento acrescenta-se, pelo funil, 2% de ácido fórmico diluído em 1/10 de água em tres adições com intervalo de 10 minutos de uma para outras, de 1/3 em 1/3 até completar a adição do ácido. O fulão deve trabalhar por 2 horas após o que o processo deve estar completo. Para verificar se tal etapa foi concluída com sucesso refaz-se o processo da desencalagem desta vez aplicando VBC (verde de bromocresol) cuja coloração deve permanecer amarela. Caso apresente coloração azul ou esverdeada deve-se rodar mais tempo, acrescentando mais ácido fórmico, se necessário, até surgir a cor amarela.

CURTIMENTO: O curtimento promove a estabilização da proteína colágena,

transformando as peles em material estável e imputrescível. No mesmo banho de piquel acrescenta-se 8% de agente curtente (combinação de cromo com tanino sintético ou orgânico) quando o fulão deve rodar por mais uma hora a 8 RPM após o que se acrescenta 1% de agente basificante diluído 1:10 pelo funil em 3 adições com intervalos de 10 minutos, deixa-se rodar por mais uma hora e verifica-se o ph do banho com papel indicador universal, caso esteja abaixo de 3,8 deve-se acrescentar mais basificante até que o PH se estabiliza entre 3,8 e 4.0. O fulão deve rodar por mais 4 horas. Ao final deste tempo o PH deve se manter entre os níveis já citados.

DESCANSO: É o tempo necessário as reações de curtimento. Retira-se a pele do banho de curtimento e deixa que repousem em uma superfície plana por 24 horas.

ACABAMENTO MOLHADO: Determina as características finais da pele por meio das operações seguintes:

NEUTRALIZAÇÃO: Elimina os ácidos livres existentes nas peles. Elas são postas no fulão com 100% de água a 30° e 1,5% de agente neutralizante a 8 RPM por 40 minutos. Após este tempo verifica-se o PH por meio da solução VBC que deve agora apresentar a coloração azulada conferindo entre 4.5 e 5. O PH do banho é verificado com o papel indicador universal devendo ser semelhante ao da pele.

RECURTIMENTO: Serve para acentuar ou mesmo alterar as características obtidas durante o curtimento. As peles são dispostas no fulão com 100% de água a 40 ° e 5% de agente curtente por 40 minutos a 8RPM. Acrescenta-se 0,5% de formiato de sódio e roda-se por mais 20 minutos quando o PH deve estar em torno de 4,5, caso esteja abaixo se acrescenta pequenas doses de bicarbonato de sódio diluído a 1:10 até se alcançar o PH ideal. Escorre-se o banho.

TINGIMENTO: Visa a fixação de cores nas peles Com as peles já no fulão adiciona-se 50% de água e 3% de corante previamente diluído deixa-se rodar por 30% quando se faz um corte em uma amostra de pele para verificar a penetração do corante na espessura da pele. Caso não esteja completamente deixa-se rodar por mais tempo caso não seja suficiente acrescenta-se mais corante. Após o tingimento total acrescenta-se 100% de água a 4 ° e 0,5% de ácido fórmico diluído em 1:10 pelo funil e roda-se por mais 20 minutos. O PH deve estar em torno de 4,5%. Escorre-se o banho.

ENGRAXE: Este processo visa dotar o couro de maciez. Imediatamente após se ter escorrido o banho do tingimento acrescenta-se 100% de água a 40 ° e 8% de óleo

universal para engraxe diluído 1:4 a 60°. O fulão trabalha por uma hora a 8 RMP, o que ao final o banho deve se apresentar transparente ou levemente turvo. Caso contrario se aquece o banho e deixa-se rodar mais tempo. Após adiciona-se 0,5% de ácido fórmico diluído 1:5 e o fulão roda por mais 20 minutos. O PH final deve ser em torno de 3,7. Escorre-e o panho e lava-se as peles o couro em água fria.

PRÉ-ACABAMENTO: É a etapa de secagem e amaciamento visando prepara o couro para o acabamento final O curtimento promove a estabilização da proteína colágena, transformando as peles

SECAGEM: Pendura-se e expõe-se as peles ao ar para que se elimine o excesso de água e umidade.

AMACIAMENTO: Finaliza o trabalho iniciado no engraxe visando conferir maciez ao couro. Após secar o couro é amaciado na roda de amaciar ou friccionados contra a quina de uma mesa desde que as arestas sejam arredondadas.

ACABAMENTO FINAL: Aqui o couro apresentará seu aspecto definitivo de acordo com a destinação das peças. As utilizadas em artefato natural já estão prontas após o amaciamento. O acabamento é feito com aplicações de resinas e lacas sobre o couro utilizando pistola de ar, após o que prensa-se o couro com chapá aquecida para maior realce do brilho. Para tanto utiliza-se uma prensa hidráulica a 7º e pressão a 120 ATM fixando os pigmentos e realçando a beleza das peles exóticas.

TIPOS DE ACABAMENTO:

ACABAMENTO COM PIGMENTO: O pigmento é um produto sintético, aplicado em couro de baixa qualidade com o objetivo de atenuar eventuais defeitos deixando o couro com um aspecto planificado.

ACABAMENTO SEMI-ANILINA: É um acabamento intermediário entre o pigmento e a anilina também com objetivo de corrigir eventuais defeitos no couro.

ACABAMENTO COM ANILINA: Não se usa picmentos o objetivo é realçar o aspecto natural do couro.

OUTROS ACABAMENTOS

O verniz utilizando poliuretano a base de solventes é outra opção bastante utilizada para couros de qualidade inferior.